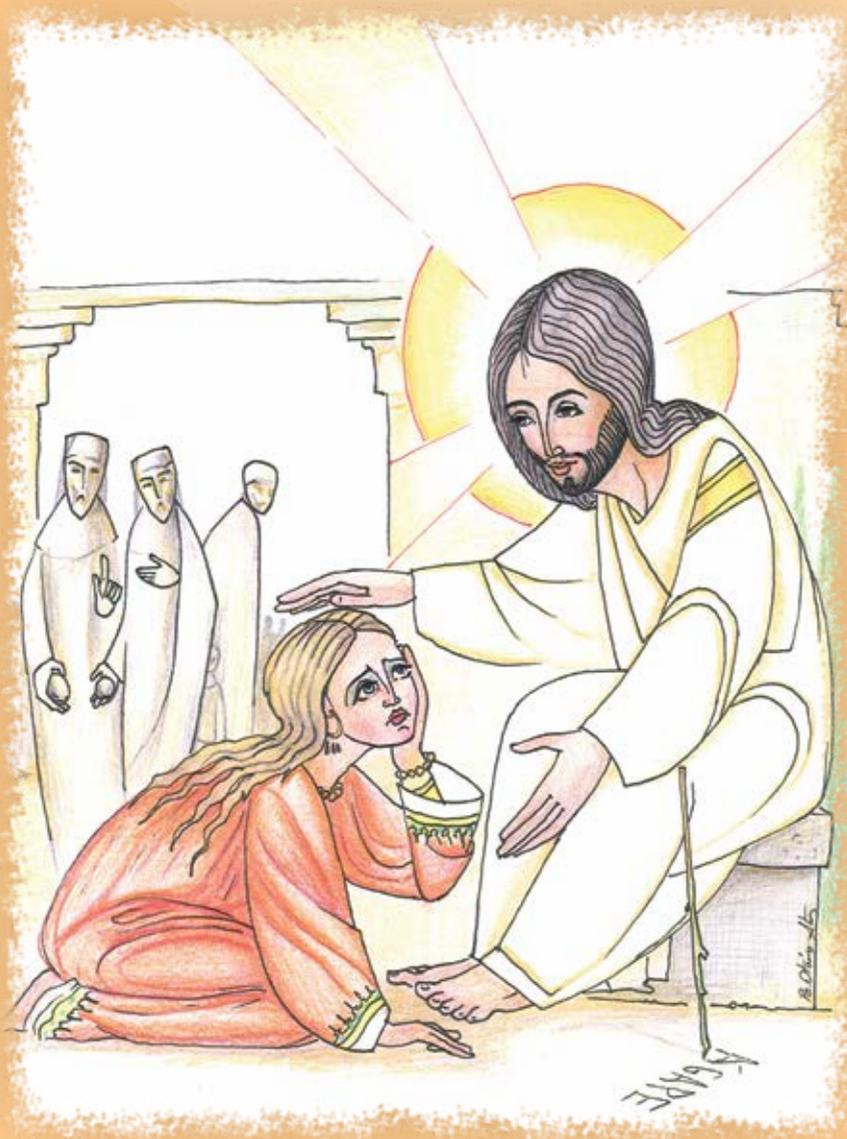


Homoafetividade e fé cristã



05

Religiosidade e
homossexualidade:
como conciliar?

Edith Modesto

09

A Igreja Católica ante
a homossexualidade:
contextualizações
e indicações pastorais

Edênio Valle, svd

29

Homoafetividade e
evangelização: abrir
caminhos

Luís Corrêa Lima, sj

37

Roteiros homiléticos

Pe. Johan Konings, sj

INTRODUÇÕES

NOVA COLEÇÃO APRESENTA TEMAS DE MANEIRA DINÂMICA



A coleção **Introduções** aborda elementos basilares de diversas disciplinas, e de seus principais temas, perspectivas e desafios, evolução cultural.

VENDAS:

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br

 [pauluseditora.official](https://www.facebook.com/pauluseditora.official)

 [editorapaulus](https://twitter.com/editorapaulus)

 [paulus.com.br](https://www.paulus.com.br)


PAULUS

Caros leitores e leitoras,

Graça e paz!

É comum, em ambientes religiosos, ouvirmos dizer que sobre alguns temas de ética da sexualidade é preferível silenciar, para evitar polêmicas. Por isso, publicar uma edição de *Vida Pastoral* sobre a temática da fé cristã ante a homoafetividade foi motivo de bastante reflexão prévia. O objetivo da edição não é polemizar, mas oferecer subsídios para melhor compreensão da questão e favorecer o atendimento de necessidades pastorais. Se, por um lado, houve de fato problemas entre a hierarquia e teólogos morais no passado recente – o que não significa que não haja excelentes reflexões dos teólogos católicos –, por outro, tem havido constante esforço, seja por parte da Santa Sé, seja por parte de muitos pastores do povo de Deus, no sentido de compreender e abordar adequadamente questões de sexualidade e de homoafetividade que interpelam os cristãos atualmente, como atesta Pe. Edênio Valle em seu artigo. Certas posturas extremadas geralmente revelam desconhecimento do que a Igreja diz oficialmente sobre ética da sexualidade. Por vezes, limitam-se a repetir superficialidades e generalizações publicadas pelos meios de comunicação ou pelo senso comum.

Já em 1976, uma carta da Congregação para a Doutrina da Fé (*Declaração sobre alguns pontos de ética sexual*) afirmava: “Indubitavelmente essas pessoas homossexuais devem ser acolhidas, na ação pastoral, com compreensão e devem ser apoiadas na esperança de superar suas dificuldades pessoais e sua inadaptação social. Também sua culpabilidade deve ser julgada com prudência”. Outra carta da mesma congregação, do ano de 1986 (*Carta aos bispos sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais*), afirma que nenhum ser humano é mero homo ou heterossexual, mas é, acima de tudo, criatura de Deus e destinatário de sua graça, que o torna

filho seu e herdeiro da vida eterna (n. 16). A posição da moral católica deve se basear na razão humana iluminada pela fé e encontrar apoio também nos resultados seguros das ciências humanas (n. 2). Toda violência física ou verbal contra pessoas homossexuais é deplorável, merecendo a condenação dos pastores da Igreja onde quer que se verifique (n. 10).

É verdade que, em temas complexos, convém ter prudência. Entretanto, silenciar a respeito do assunto pode significar omissão, seja em relação às pessoas e às famílias que necessitam de orientação, seja em relação à própria Igreja, que tem o desejo e a missão de auxiliar os seres humanos em suas necessidades, ouvindo seus apelos e anseios. Amar a Igreja é também ajudá-la em seu esforço de dialogar com as necessidades atuais, com as ciências sociais, humanas e biológicas, fazendo progredir sua tradição.

Qualquer um que tenha contato pastoral com o público católico ou esteja atento a notícias sobre violência contra homossexuais, casos de homicídios e de suicídios, afastamentos e incompreensões mútuas entre a Igreja e as pessoas homossexuais sabe quanto é importante compreendermos bem a questão.

Educar as pessoas para a boa vivência da ética cristã em todas as dimensões, não apenas na sexualidade, é muito mais do que pôr ênfase em condenações, culpas e medos. Como nos lembra o papa Francisco, o ponto de partida do ensinamento cristão deve ser o seu elemento positivo, que é boa notícia (evangelho). Para ele, a prioridade da pregação deve ser curar todo tipo de ferida e “o anúncio do amor salvífico de Deus precede a obrigação moral e religiosa. Hoje, por vezes, parece que prevalece a ordem inversa”.

Pe. Jakson Alencar, ssp
Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Diretor Pe. Claudiano Avelino dos Santos
Editor Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP
Conselho editorial Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Zulmiro Caon, Pe. Claudiano Avelino, Pe. Manoel Quinta, Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Darci Marin
Capa Pe. Otávio Ferreira Antunes
Ilustrações internas Luís Henrique Alves Pinto
Editoração Fernando Tangi

Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • FAX: 3789-4011
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP

Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 1809-2071
vidapastoral@paulus.com.br
www.paulus.com.br
www.paulinos.org.br
vidapastoral.com.br

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista Vida Pastoral é distribuída gratuitamente pela Paulus. A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

Fax: (11) 3789-4004

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para: Revista Vida Pastoral – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Praça Dom Adauto, S/N
Junto à Cúria – Centro
(83) 3221-5108
joaopessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Av. 7 de Setembro, 80
Rel. de S. Pedro
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

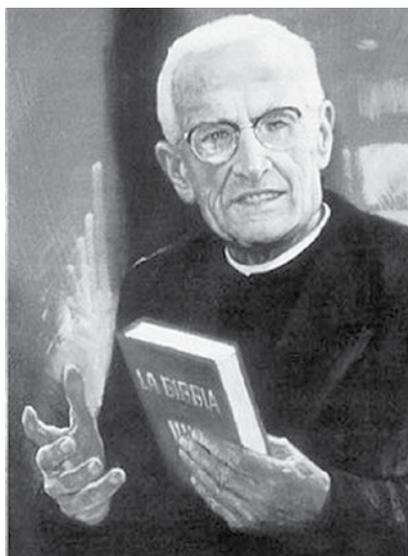
VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br

CENTENÁRIO DOS PAULINOS E DA FAMÍLIA PAULINA

1914 - 2014

O carisma da comunicação é não apenas o específico da família paulina, mas um dom para toda a Igreja, que cada vez mais procura atualizar suas formas de evangelizar. Na contribuição do Bem-aventurado Tiago Alberione, em suas intuições carismáticas e na espiritualidade paulina encontram-se luzes para a pastoral da comunicação em todos os âmbitos eclesiais.



“O mundo evolui rapidamente, os centros habitados, a cultura, o comércio vão mudando de lugar. Revoluções rápidas e pacíficas são feitas através da imprensa, do rádio, do cinema, da televisão, da aviação, dos movimentos políticos, sociais, industriais, da energia atômica... É preciso que a religião esteja sempre presente; devemos lançar mão de tudo para melhorarmos o teor da vida na terra para a glória no céu.”

“Na porta dos conventos, antigamente, se distribuía pão, sopa etc., uso mantido ainda hoje em muitos lugares; assim também é preciso distribuir na porta dos conventos a verdade, tudo aquilo de que o ser humano precisa: conhecer a Deus, conhecer o seu destino eterno.”

“Uma grande missão aguarda o nosso Instituto. É compreensível que, no início, se encontrem dificuldades. Quando se falava pela primeira vez em pôr os religiosos a trabalhar nas máquinas de imprimir, muitos sorriam, não porque isso fosse uma coisa má, mas porque era uma coisa nova.”

Bem-aventurado Tiago Alberione

PE. LIBANIO NA CASA DO PAI!

Nossa homenagem e nossa gratidão ao padre João Batista Libanio, sj, que dia 30 de janeiro de 2014 retornou à casa do Pai. Agradecemos em particular sua contribuição constante com artigos para a *Vida Pastoral*. Sentiremos sua ausência, mas sabemos que está com Deus e continua presente entre nós em espírito e memória; em suas obras publicadas, que são mais de cem; bem como nas muitas gerações de padres e de cristãos em geral que ajudou a formar.



Pe. João Batista Libanio (1932-2014), teólogo jesuíta, licenciado em Teologia em Frankfurt (Alemanha) e doutorado pela Universidade Gregoriana de Roma; foi professor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje), em Belo Horizonte (MG). Publicou cerca de uma centena de livros, entre os de autoria própria e aqueles em colaboração com outros autores, bem como centenas de artigos em revistas nacionais e estrangeiras. Pela Paulus publicou: *Qual o futuro do cristianismo?*; *Para onde vai a juventude?*; *Qual o caminho entre o crer e o amar?*; *Conferências gerais do episcopado latino-americano*; *Coleção Linguagens sobre Jesus* (4 volumes); *Ecologia: vida ou morte?*; *Como saborear a celebração eucarística?*; *Creio em Deus Pai*; *Creio em Jesus Cristo*; *Creio no Espírito Santo*; *Introdução à Teologia Fundamental*; *Caminhos de existência*.



Religiosidade e homossexualidade: como conciliar?

Edith Modesto*

A autora partilha a experiência de trabalho e pesquisa com adolescentes e jovens homossexuais e seus pais. Testemunha que os preconceitos, a autorrejeição e a rejeição religiosa podem se tornar causas de grande sofrimento para os jovens homossexuais e seus pais, assim como qualquer movimento de acolhimento e orientação equilibrada por parte das religiões pode ser muito benéfico em sua integração.

*Mestra e doutora em Semiótica francesa pela USP, terapeuta, especialista em diversidade sexual e questões de gênero; é escritora, professora universitária e pesquisadora. Fundou e coordena a ONG GPH (Grupo de Pais Homossexuais). Sua tese de doutorado, *Homossexualidade: preconceito e intolerância*, recebeu o prêmio Tese Destaque USP em 2011. Publicou, entre outros, o livro *Mãe sempre sabe? Mitos e verdades sobre pais e seus filhos homossexuais* (Record). Site: www.gph.org.br/home.asp; e-mail: edithmodesto@uol.com.br.

Considerando a repercussão da Jornada Mundial da Juventude 2013, nada mais oportuno do que conversarmos sobre a juventude de hoje quanto às suas identidades afetivas e sexuais relacionadas à religiosidade.

1. Os jovens e suas orientações sexuais

Em nossa ONG (organização não governamental), GPH – Grupo de Pais de Homossexuais –, iniciamos um projeto dedicado aos jovens homossexuais, também religiosos, muitos dos quais católicos, baseado no protagonismo juvenil monitorado. A finalidade principal do projeto é reaproximar os filhos de seus pais e ajudá-los a se tornar bons cidadãos brasileiros.

O conceito de homossexualidade que adotamos insere-se no contexto da diversidade sexual humana, realidade que temos observado durante mais de sete anos em nosso projeto para jovens. Os jovens confusos, com depressão ou autoestima muito baixa, falam em suicídio, pois neles também foi internalizada a noção de que deveriam sentir-se atraídos pelo gênero contrário ao deles, e isso não acontece.



Como exemplo, trechos de e-mails que recebo deles:

“Eu percebi a minha homossexualidade, mas não me aceitava de jeito nenhum e procurava agir como os outros homens” (Roberto, 15 anos).

“Eu percebi desde menina e fiquei com muito medo. Como dizer pra minha mãe que eu sou assim? Já pedi tanto a Deus pra mudar... Pedi até pra morrer”¹ (Maria, 16 anos).

2. A homossexualidade seria uma opção?

Embora se façam, no mundo inteiro, tantas pesquisas a seu respeito, a sexualidade humana continua sendo um mistério. Até hoje, os pesquisadores não têm dados seguros que comprovem o motivo pelo qual a maioria das pessoas é heterossexual (sente-se atraída por pessoas do gênero contrário ao dela), mas há pessoas que são homossexuais (sentem-se atraídas afetiva e sexualmente por pessoas do mesmo gênero). Já foi confirmado, contudo, por instituições internacionais e nacionais, que a homossexualidade não é uma doença.

Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) retirou a homossexualidade de seu Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM). No Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Medicina passou a não considerar a homossexualidade uma doença mental ou física. Em 1999, foi publicada uma resolução do Conselho Federal de Psicologia que normatizou a conduta dos psicólogos quanto à questão: “Os psicó-

logos não colaborarão com eventos ou serviços que proponham tratamento e cura para as homossexualidades”.

As pessoas imaginam que a homossexualidade é uma questão de escolha. Para saber mais sobre essa questão importante para o nosso trabalho, dediquei-me à pesquisa sobre o assunto durante mais de vinte anos. Logo, concluí que seria impossível ser uma questão de opção. Quem iria querer viver como minoria em um país ainda tão preconceituoso como o nosso? E os jovens filhos de famílias religiosas, por que optariam por algo condenado por sua fé?

Essa hipótese foi confirmada enfaticamente por centenas e centenas de jovens, de todas as idades, com quem conversei durante estes anos:

“Mestra, eu passei quinze anos da minha vida ajoelhado na igreja, ouvindo os sermões, participando da programação que só me fez atingir um grau elevado de hipocrisia e tristeza. Muita depressão... Só não tive coragem de morrer... Um sentimento de fracasso e derrota me frustra diariamente, por não poder me abrir com meus colegas, meus familiares... Eu me sinto só, apesar de ter ouvido que Jesus é o melhor de todos os meus amigos e que poderia me ajudar... Não vivo, me acho diferente dos outros e sou, mas se fosse apenas isso... É que me sinto incapaz de ser feliz. Não saí da igreja, mas mesmo quando estava protegido pelas paredes do templo, sentia um vazio e uma vergonha indescritíveis, porque pensava nunca poder ser amado por Deus, apesar de ter ouvido que ele era um Deus de amor, o próprio Amor! [...]” (José, 28 anos).

Ao mesmo tempo, os pais ficam surpresos e desolados quando descobrem que têm uma filha ou um filho homossexual. E forma-se um

“Somos testemunhas de que a religião pode se tornar causa de grande sofrimento para os jovens homossexuais.”

¹ MODESTO, Edith. *Mãe sempre sabe? Mitos e verdades sobre pais e seus filhos homossexuais*. Rio de Janeiro: Record, 2008.



infeliz paradoxo: nossos filhos têm o direito e necessitam muito do nosso amor, do nosso apoio, principalmente quando são diferentes da maioria, para enfrentar tão dura prova; por outro lado, os pais cresceram e foram educados para ter filhos heterossexuais, veem seus sonhos desmoronar, sentem-se culpados, envergonhados, ficam tristes, desesperados.

Os jovens passam por dificuldades de autoaceitação, sentem-se rejeitados pelos pais, o que lhes traz problemas psicoemocionais muito sérios:

“Edith, como minha mãe, a pessoa que eu mais amo no mundo, me abandonou, logo agora que eu precisava tanto dela? Eu estou sofrendo muito... Tenho medo de tudo, até de sair de casa... Não consigo estudar... Durmo o dia todo...” (Mário, 14 anos).

“Eu quase perdi meu filho. Fiquei afastada dele por mais de nove anos, até que a Edith me disse que conversasse diretamente com Deus, que ele gosta muito das mães. E também me disse que nunca abandonasse minha fé. Hoje, meu filho e eu somos os melhores amigos...” (mãe participante do GPH).

3. A homossexualidade e a religião

A nossa ONG é ecumênica; aceitamos pessoas de todas as religiões e temos por conduta aconselhar que nunca abandonem sua fé, apesar das dificuldades. Temos no grupo pais católicos praticantes, até mesmo fundamentalistas.

Para a moral católica e para as demais religiões, a homossexualidade é um tema muito difícil. Mas entendemos que o mais importante ensinamento de Jesus Cristo é amar o próximo. Ele nunca nos disse que, para ser amado, o próximo tinha de ser perfeito. Ao contrário, ele dedicou muita aten-

A lista de Bergoglio

Os que foram salvos por Francisco durante a ditadura
A história jamais contada

Nello Scavo



Em 24 de março de 1976, os militares tomaram o poder na Argentina. Em Buenos Aires, o padre jesuíta Jorge Mario Bergoglio empenhou-se em salvar muitas pessoas, que, sem sua ajuda, teriam desaparecido. Esse padre é, hoje, o Papa Francisco.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





ção também a prostitutas e lhes perdoou seus pecados. Jesus não escolheu para amar somente aqueles que estavam de acordo com as normas da sociedade daquele tempo, aqueles que estavam vivendo de acordo com as leis consideradas divinas.

Tendo em conta a grande dificuldade de pais e filhos católicos, o GPH promoveu o encontro do padre José Antonio Trasferetti (professor de Teologia Moral na Pontifícia Universidade Católica de Campinas) com os pais do nosso grupo. Ele nos explicou que a Igreja Católica é muito compreensiva para com os homossexuais. Os documentos, como o *Catecismo da Igreja Católica*, em seu artigo 2.358, por exemplo, pede “respeito, compaixão e delicadeza” para com os homossexuais, portanto, combate o preconceito e a violência contra eles, como não poderia deixar de ser. A Igreja diz que o jovem homossexual pode e deve ser aceito e acolhido em casa, ser aceito e acolhido na Igreja. Mas padre Trasferetti nos alertou para o fato de que, o jovem homossexual, para seguir os ensinamentos da Igreja, precisa abdicar dos atos sexuais. É a prática da homossexualidade que é condenada pela Igreja, não o homossexual. Mas nos perguntamos: um jo-

vem conseguirá abdicar de sua sexualidade? E se fosse somente sexualidade... Um jovem pode abdicar de sentir afeto?

Somos testemunhas de que a religião pode se tornar causa de grande sofrimento para os jovens homossexuais, do ponto de vista do desenvolvimento de sua personalidade e caráter e do ponto de vista de seu equilíbrio psicoemocional. Assim, vemos com alegria qualquer movimento de acolhimento, ajuda e integração dos jovens homossexuais e de seus familiares nas comunidades religiosas.

Fazemos também um trabalho de capacitação de professores nas escolas, para lidarem com jovens que sentem a sexualidade como um problema. O objetivo desse trabalho é ajudar o educador a lidar com o preconceito e a exclusão que se dão nas escolas (*bullying*), motivo de grande sofrimento para os jovens e para o aumento da evasão escolar. Foi grande emoção para nós observar que os primeiros colégios particulares a se candidatar eram instituições católicas (Irmãs Calvarianas). Como sempre, as pessoas religiosas saem na frente, dando o exemplo de fraternidade e solidariedade cristã. ●

LITURGIA DIÁRIA

O periódico LITURGIA DIÁRIA facilita o contato com a Palavra de Deus na liturgia e na leitura pessoal; favorece uma melhor assimilação e compreensão da liturgia da missa.

As edições são mensais e trazem as leituras e orações da missa de cada dia, comentários, preces, pequenas biografias dos santos das memórias a serem celebradas, partes fixas da missa, orações eucarísticas e roteiros de outras celebrações.

Para fazer assinatura entre em contato com o setor de assinaturas da Paulus:

Tel.: (11) 3789-4000 • 0800-164011

E-mail: assinaturas@paulus.com.br



A Igreja católica ante a homossexualidade: contextualizações e indicações pastorais

Edênio Valle, svd*

O artigo expõe o pensamento ético da Igreja Católica sobre a homossexualidade, assim como sua forma de apresentação nos documentos emanados da Santa Sé. Ao mesmo tempo, faz breve resenha das posições de alguns moralistas contemporâneos e de contribuições da psicologia e da pedagogia para um melhor manejo da questão da homossexualidade por parte da Igreja.

*Presbítero da Congregação do Verbo Divino. Professor associado de Psicologia da Religião no Programa de Ciências da Religião da PUC de São Paulo. Fez doutorado pelo Instituto de Psicologia da Universidade Pontifícia Salesiana de Roma. Publicou diversos livros e dezenas de artigos em sua área de especialização.
E-mail: edeniovalle@uol.com.br

Introdução

Minha experiência de contato direto com boa parte do clero do Brasil me mostrou que, entre nós, presbíteros, há um desconhecimento bastante generalizado do que a Igreja Católica tem dito e repetido sobre a ética sexual em geral e, mais especificamente, sobre a homossexualidade. O que a gente geralmente escuta são generalizações imprecisas (pró e contra) que dão a entender que a Igreja Católica continua a considerar a homossexualidade apenas como uma anomalia ou desvio patológico que ofende a lei natural e é sempre e necessariamente um pecado, o que de fato não corresponde nem ao que a Igreja ensina nem aos fatos.

1. Caminhando para nova compreensão teológica e pastoral

Um bom exemplo da abertura da Igreja acha-se sintetizado na declaração feita pela



Congregação para a Doutrina da Fé em 29 de dezembro de 1975, um dos momentos em que, na Cúria Romana, se dá um endurecimento doutrinário e disciplinar. Lê-se aí um parágrafo que representa uma abertura em parte brecada, mas não desmentida:

A pessoa humana, segundo os dados da ciência contemporânea, está de tal modo marcada pela sexualidade que esta é a parte principal entre os fatores que caracterizam a vida dos homens. Na verdade, no sexo radicam as notas características que constituem as pessoas como homens e mulheres no plano biológico, psicológico e espiritual, tendo assim muita parte em sua evolução individual e em sua inserção na sociedade.¹

Não é difícil perceber que o parágrafo supracitado traz algumas novidades que merecem aprofundamento. Primeiro, nele se diz, com todas as letras, que o ser humano é uma pessoa e, enquanto tal, tem sua vida e evolução social e psicológica marcadas e condicionadas pela maneira como é marcada sua vivência da sexualidade. Sublinha-se, assim, que não se pode falar da pessoa e de sua sexualidade em sentido abstrato e/ou puramente espiritualizante. Dizer “pessoa” implica afirmar sua qualidade de ser situado e datado, portador de um corpo sexuado, mas ao mesmo tempo – porque pessoa – livre e potencialmente desenvolvido em ao menos três planos essenciais de seu existir: o biológico, o psicológico e o espiritual. A sexualidade, portanto, abrange o todo do humano. Não cabe dualizar o existir. Há uma espécie de os-

1 CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração acerca de certas questões de ética sexual*. São Paulo: Paulinas, 1976.

mose entre sexualidade e existência. Nesse sentido, pode-se dizer que o indivíduo humano não *tem* um sexo; ele *é* sexo. O existir humano comporta e supõe uma maneira própria de ser no mundo e uma capacidade também racional de lhe dar sentido. Em outros termos, como dizia o papa Bento XVI² em sua primeira encíclica, ele não pode, em consequência, ser concebido sem a sexualidade, ou seja, sem o *eros*, que implica o corpo, a *philia*, a dimensão da amizade, e o *ágape*, que abre o ser humano para uma relação que transcende e complementa as duas primeiras. Um ser

**“pesam ainda
preconceitos que datam
de muitos séculos e são
hodiernamente sentidos
como ofensa a direitos
humanos básicos.”**

humano sexualmente adulto sem essas três dimensões é tão impensável quanto um homem sem sentimentos, sem inteligência e/ou sem vínculos pessoais que o impliquem responsabilmente. O problema, nesse campo tão ambíguo da vivência huma-

na, concentra-se especialmente em saber falar sobre o *eros* e o prazer que propicia e saber lidar com eles. A dificuldade não está só ou principalmente na *philia* ou no *ágape*. O problema, no dizer de Moreira (2006), é que, quando o assunto é o *eros* em sentido estritamente sexual, um dos assuntos mais explorados e lucrativos da nossa sociedade atual, aí o tema se torna um tabu para a Igreja e seus representantes ordenados, deixando a todos sem recursos para superar certos impasses. A Igreja, em tais circunstâncias, tende a ficar batendo, monotonamente, nas mesmas teclas (MOREIRA, 2006, p. 4). No caso da homossexualidade, pesam ainda preconceitos que datam de muitos séculos e são hodiernamente sentidos como ofensa a direitos humanos básicos. São temas difíceis que a Igreja, ultimamente, tem tentado enfrentar, até porque seus presbíteros têm sido insistentemente

2 BENTO XVI. *Deus Caritas Est*. São Paulo: Paulinas, 2005, n. 3-5.



acusados de abusos e destemperos sexuais em diversos países do mundo.

Para a Declaração de 1975, a sexualidade relaciona-se com a capacidade que o ser humano tem de reciprocidade (de *ser-com*). Como tendência que tem um componente libidinal congênito, tal capacidade já está presente em algumas espécies inferiores, mas, na espécie humana, ela se faz dentro de uma relação “eu-tu”.

Sendo uma realidade tão fundamental e complexa, a sexualidade, especialmente no caso das homofílias, não pode ser definida apenas desde um único ponto de vista histórico, ético-cultural ou teológico-doutrinal, por importante que ele possa ser. Isso se tornou mais evidente devido aos notáveis avanços das modernas ciências biomédicas, sociais e psicológicas, óticas que exercem enorme influência na atual discussão sobre a homossexualidade. Para quem vem da psicologia, como eu, o fato de um texto como o da Declaração de 1975 iniciar com uma menção expressa à necessidade de ter presente o aporte das ciências representa um passo altamente significativo. De maneira muito clara, o texto diz que a teologia e a ética cristãs não podem voltar as costas às descobertas científicas. Eu acrescentaria que esse princípio tem validade mesmo quando as evidências científicas são altamente questionadoras de modos de ver, julgar e agir defendidos no passado pela Igreja, com ou sem o apoio da Escritura e da Tradição. Como encontrar caminhos que respondam a tais desafios das ciências e da sociedade sem, ao mesmo tempo, negligenciar ou deixar de lado o papel que cabe essencialmente à Igreja no exercício de sua missão evangelizadora no mundo contemporâneo? Acompanhando o que tem sido dito e feito pelo papa Francisco, tenho a impressão de ser essa a pergunta que ele nos faz em alguns de seus pronunciamentos esporádicos sobre o assunto. Entre moralistas católicos de clara fama, a reflexão parece caminhar na

mesma direção. É o caso de Snoek (1981), Azpitarte (1997), Vidal (1985), Moser (2001), Cozzens (2001) e Forcano (1996) e de pastoralistas e psicólogos como Oraison (1976), Leers e Trasferetti (2002), Valle (2011), dentre outros outros, que têm se debruçado sobre o tema da homossexualidade não sem suscitar suspeitas por parte das autoridades eclesiásticas e de setores mais conservadores da Igreja.

No presente texto, não me ateei ao mérito teológico e doutrinário das argumentações. Minha perspectiva será a da psicologia social, com ênfase no cuidado psicoterapêutico e pastoral, procurando evitar polêmicas do tipo “ou tudo ou nada”. Evitarei, igualmente, entrar no debate científico mais específico das ciências biomédicas e demais ciências afins. No fundo, o que pretendo mostrar é que, na parte doutrinária, a Igreja se mantém coerente com os seus ensinamentos tradicionais, mas, no tocante à pastoral (isto é, ao acolhimento e acompanhamento das pessoas), sua atitude é de maior compreensão para a complexidade desse comportamento em cada um de seus múltiplos e distintos aspectos, tanto científicos quanto bíblico-teológicos e históricos (cf. ALISON, 2010; BOSWELL, 1985; CRAWFORD e ZAMBONI, 2005; DI VITO, 2005; MALINA, 2005 e outros). A transição processual das posições da Igreja está longe de ter chegado a resultados conclusivos, mas existe já uma vontade de entender e dialogar. Ao lado dessas inegáveis aberturas, aparecem, porém, resistências e fechamentos. Há grupos fundamentalistas de tendência quase diametralmente oposta, e nesse embate cabe à Igreja preservar dons e valores preciosos. Nos Estados Unidos, a dissensão é ainda mais veemente, devido à força política do movimento *gay* e também aos dolorosos escândalos comportamentais surgidos no seio do clero. Lá, hoje, o debate é escancaradamente público, tendo sido quebrada a maneira sigilosa com que, durante sécu-



los, assuntos como a homossexualidade eram debatidos e as normas e medidas pastorais e disciplinares eram tomadas.

Não é nada fácil solucionar o impasse pastoral em que a Igreja se debate. O primeiro ano do pontificado do papa Francisco aponta, sem dúvida, para uma retomada do diálogo com a modernidade – ela mesma em crise –, mas persistem vacilações e dificuldades que não podem ser subestimadas. Uma delas reside no fato de o magistério eclesial continuar mantendo uma visão e um referencial unilateralmente patriarcais. Desse prisma, torna-se difícil para o magistério discutir padrões de comportamento sexual que há séculos a Igreja declara serem “contra a natureza” criada e desejada por Deus e o exercício de sexualidades alternativas é sempre visto e julgado só negativamente (NOLASCO, 1995; GREEN e TRINDADE, 2005, dentre outros). Ora, na realidade social e cultural contemporânea, a “minoria” homossexual já não vive no “gueto” cultural a que fora relegada (com o aval da Igreja). Hoje, ela se apresenta como legítima representante de uma luta libertária que tem como objetivo defender direitos proclamados elementares em sociedades democráticas. Nas Paradas do Orgulho Gay, esse movimento coloca milhões de simpatizantes e militantes nas grandes avenidas das capitais brasileiras. Conta, para tanto, com a ajuda interessada do “mercado” gay e da indústria do espetáculo (SIMÕES e FRANÇA, 2005). Na tela da Globo, o beijo homossexual em uma novela recente foi recebido com aplausos por milhões de brasileiros, até por famílias inteiras, que encaravam com simpatia o itinerário de um dos principais personagens do enredo e de um grupo de parceiros seus. Além disso, no Congresso Nacional, seguindo uma ten-

dência mundial, são aprovadas leis que legitimam os direitos dos cidadãos e cidadãs homossexuais. Os formadores de opinião e a imprensa caminham inequivocamente na mesma direção. Não existe, porém, unanimidade, pois, assumindo posições antagônicas, existe uma massa até certo ponto anônima, do meio da qual se destacam deputados e senadores ligados principalmente a Igrejas neopentecostais. Resulta daí crescente animosidade entre grupos homofóbicos, que perseguem e agridem homossexuais nas praças e ruas, e outros que, ao contrário, saem às ruas em defesa dos direitos dos homossexuais. Aos poucos, porém, surge e ganha consistência o que Castells (1983) chamou de “cultura identitária homossexual”. Em tal clima cultural, não é de estranhar que surjam desentendimentos de princípio também no seio das Igrejas cristãs, como a Católica.

“Os textos e pronunciamentos emanados da Santa Sé buscam indicar caminhos alternativos, novas atitudes e normas pastorais para o acompanhamento.”

Resumindo: a Igreja (a grande comunidade de fé) e os pastores (os que são postos à frente do povo de Deus) estão, sim, em busca de nova ética sexual, mas, ao mesmo tempo, veem-se presos a certas amarras que os impedem de lidar, de forma mais desimpedida, com a nova mentalidade existente especialmente entre os mais jovens. Os textos e pronunciamentos emanados da Santa Sé buscam indicar caminhos alternativos, novas atitudes e normas pastorais para o acompanhamento. Embora a lógica individualista, secularizada e permissiva que preside hoje a sociedade, a cultura e a política em todos os campos continue sendo rejeitada, é inegável a existência, na Igreja, da disposição de repensar perguntas de fundo antes descartadas e vistas como indignas de consideração. Eis algumas dessas perguntas: a) São as posições e normas tradicionalmente tidas como inquestionáveis corroboradas pelos conhecimentos que temos hoje



da Bíblia e da teologia da sexualidade? b) São os posicionamentos e concepções adotados até bem recentemente compatíveis com os dados seguros das ciências que estudam a sexualidade humana? c) No caso da minoria de tendência homossexual, a Igreja mantém sua posição de respeito à pessoa humana em seus direitos e dignidade? d) Haveria caminhos pastorais alternativos mais aptos para ajudar os católicos e a humanidade a viver suas tendências sexuais – homo ou heterossexuais – na perspectiva dos valores essenciais da fé cristã? e) A motivação que leva a Igreja a falar de um modo mais aberto da homossexualidade teria sido “segurar” a onda da opinião pública, hoje largamente disseminada, segundo a qual os homossexuais teriam direito à plena cidadania na sociedade e na Igreja e seria seu modo de comportar-se “uma” das formas normais de viver a sexualidade humana? Tanto mais que a essa visão e prática se soma vasto movimento político-cultural em torno da “causa” homossexual, cujos objetivos últimos seriam a autorrealização da pessoa, a aplicação dos avanços do conhecimento científico nesse campo e a nova visão antropológica, ética e teológica que a humanidade vem desenvolvendo a respeito da sexualidade como um direito do indivíduo em sociedades livres, laicas e democráticas. Essa é uma polêmica complexa que está longe de chegar ao seu fim.

2. Pronunciamentos da Santa Sé sobre a homossexualidade

Até aqui, apenas contextualizei rapidamente alguns aspectos do estado da questão. Propositadamente, não mencionei o que se passa nos arraiais do clero (sobre esse ponto, cf. NASINI, 2001). Passarei, a seguir, a expor o que os documentos e pronunciamentos da Santa Sé têm reafirmado sobre o tema e indicarei, em rápidas pinceladas, a recepção deles pelos teólogos e pastoralistas da Igreja.

Tomarei como referência os textos que,

em minha avaliação, marcam o surgimento de um enfoque até certo ponto novo na abordagem da homossexualidade pela Igreja oficial. Comentarei especialmente dois deles: o de 1975, publicado no Brasil em 1976, e o outro, de 1985. Ambos têm como destinatários “os bispos da Igreja Católica”, o que os caracteriza como textos também de natureza pastoral, ou seja, não dirigidos ao público externo, mas sim aos que devem conduzir a ação evangelizadora na Igreja. É importante frisar essa origem e esses destinatários dos textos para não buscar neles o que não pretendem nem podem oferecer.

O documento de 1976 leva o nome de *Declaração sobre alguns pontos da ética sexual*. Foi elaborado pela Congregação para a Doutrina da Fé, o que me parece ser sintomático, por deixar claro que, para a autoridade eclesial, se tratava basicamente de uma questão de doutrina. O outro foi publicado dez anos mais tarde, em 1986. Procede da mesma fonte, mas é redigido na forma de uma carta *Sobre o cuidado pastoral de pessoas homossexuais*.

O objetivo de ambos os documentos é esclarecer tanto princípios de doutrina quanto de pastoral afetados pela discussão pública, cada vez mais acesa, em torno da homossexualidade. Há, provavelmente, por trás do documento de 1986 uma decisão pessoal do papa João Paulo II, que, àquela época, imprimia às diretrizes da Cúria Romana uma orientação católico-conservadora, centrada na defesa do pensamento católico sobre a família, o aborto, as políticas de controle de natalidade, as reivindicações do feminismo e as legislações liberais relativas à homossexualidade que começavam a aparecer nos parlamentos dos países ocidentais, secundando costumes cada vez mais disseminados no Ocidente secularizado. Aliás, essa preocupação quanto ao aspecto “teológico-doutrinal” foi uma constante também de outros pronunciamentos do pontificado de João Paulo II. Sabe-se, além do mais, que nos dicas-



térios e secretariados mais diretamente responsáveis pelas tomadas de posição normativas estavam alguns dos cardeais e teólogos mais conservadores da Cúria Romana.

Apesar de os documentos apresentarem avanços – o que é necessário valorizar –, encontraram igualmente rejeições e críticas, como era de esperar.³ Em muitos ambientes, a repulsa foi quase total, o que, provavelmente, fez que leitores e comentaristas engajados não valorizassem devidamente os avanços e pistas novas constantes dos textos. Naturalmente, havia também o outro lado, o partido dos conservadores, que criticava os escritos por terem cedido demasiado à pressão da opinião pública liberal.

2.1. A Declaração sobre alguns pontos de ética sexual, de 1976

O documento de 1976 parte de um posicionamento claro da Santa Sé e marca um distanciamento do magistério em relação à opinião de teólogos católicos e protestantes – mesmo de Igrejas – mais abertos ao diálogo. Considera com extrema preocupação “a tendência a julgar com indulgência e até mesmo a desculpar completamente as relações homossexuais em determinadas pessoas”. E argumenta afirmando que esse modo de pensar fere “o constante ensino do magistério... e o sentir moral do povo cristão”.

3 Não entro aqui na crítica agressiva que o documento pontifício recebeu de grupos de defesa da causa homossexual. Menciono, no entanto, o comentário do Pe. Bruce Williams, dominicano, que valoriza o documento sem omitir que ele próprio teve “reações ambíguas” numa primeira leitura da carta de 1986, a seu ver “construtiva em muitos aspectos e negativamente desapontadora em outros” (WILLIAMS, 1987).

2.1.1. Aventa, em defesa de sua posição bastante severa, dois argumentos principais. Um é bíblico. A declaração afirma de modo categórico que, para a Bíblia, “os atos⁴ de homossexualidade são intrinsecamente desordenados [...] não podem, em hipótese alguma, receber qualquer aprovação”. No entanto, abre uma brecha que evita uma leitura taxativamente negativa e condenatória dos textos do Antigo e do Novo Testamento, ao sublinhar que a Bíblia “não permite [...] concluir que todos aqueles que sofrem de tal anomalia sejam por isso pessoalmente responsáveis”. Um segundo argumento é tirado da *ordem natural* das coisas, um argumento de enorme peso na teologia medieval e na patrística, bem na linha existente já na Bíblia judaica.

De acordo com essa interpretação, existe uma “ordem moral objetiva” segundo a qual “as relações homossexuais são atos destituídos da sua regra essencial e indispensável” que é a procriação, ditada pela natureza criada por Deus.

Apesar dessa avaliação moral “objetivista e extrínseca” (expressões usadas por AZPI-TARTE, 1997), a declaração apresenta vários elementos que podem ajudar a contextualizar, de maneira diferente, a homossexualidade. São conceitos que aparecem, sobretudo, no momento em que a declaração abandona a chave doutrinal e passa a tratar a questão à luz de um sentido pastoral e pedagógico. Mas mesmo esses parágrafos benévolos são precedidos por uma reprovação de todo e qualquer “método pastoral que reconheça uma justificação moral desses atos (homossexuais) por considerá-los conformes à condição dessas pessoas”.

4 Saliento, desde já, que o texto fala aqui de “atos” e não da “tendência” homossexual.

“Ao lado do rigor quanto às questões de princípio, surge, na moral católica e nos textos da autoridade eclesiástica, evidente interesse em favorecer uma atitude de maior acolhida.”



Em outro parágrafo, o documento acentua que os que padecem de tal “anomalia” não são necessariamente responsáveis por ela, uma vez que não o fazem por escolha própria. Este é um ponto fundamental, no qual insistem quase todos os moralistas contemporâneos. Azpitarte, por exemplo, diz:

o simples fato de apresentar tendências homossexuais, de sentir atração pelo próprio sexo, é um fato que não entra no campo da moralidade. Ninguém é bom nem mau por experimentar tendências e sentimentos que não pode afastar de si e que, inclusive, experimenta como um destino imposto à margem de sua vontade, algo assim como faz com que nascamos homem ou mulher. Na medida em que a homofilia não se baseia em uma opção escolhida, não há lugar para culpa. O pecado tem outras categorias, que não radicam na existência pura e simples de um fenômeno psicológico, mas sim na aceitação livre e voluntária das práticas homossexuais (1997, p. 78).

De tal raciocínio decorrem sérias consequências para a consideração do comportamento relativo à pessoa do homossexual. Ao lado do rigor quanto às questões de princípio, surge, na moral católica e nos textos da autoridade eclesiástica, evidente interesse em favorecer uma atitude de maior acolhida na ajuda às pessoas de tendência homossexual. Isso é expresso claramente em frases da declaração como a seguinte:

Indubitavelmente, essas pessoas homossexuais devem ser acolhidas, na ação pastoral, com compreensão, e devem ser apoiadas na esperança de superar suas dificuldades pessoais e sua inadaptação social. Também sua culpabilidade deve ser julgada com prudência.

2.1.2. Após essa breve apresentação do documento de 1976, chamo a atenção do leitor

para uma observação que reputo importante. Há indícios de que no texto existe uma concomitância entre uma “linha dura” e outra, mais branda, no que diz respeito ao acolhimento da pessoa homossexual. João Paulo II, em um discurso aos bispos norte-americanos, reafirmou essa posição, assinando em primeira pessoa o que a Santa Sé e também alguns episcopados já haviam afirmado sobre o mesmo assunto.⁵ Esse discurso do papa antecipava, de alguma maneira, um texto mais denso, publicado dez anos depois pela Congregação para a Doutrina da Fé, em 1986. Dada a tumultuada recepção⁶ da declaração de 1976 por parte da opinião pública mundial, parece que era dupla a intenção do papa com esse discurso pronunciado no país onde a polêmica se fazia mais agressiva: manter o rigor doutrinário, mas, simultaneamente, ressaltar a dignidade fundamental e os direitos do homossexual como pessoa. De alguma forma, João Paulo II pretendia, assim, afastar da Igreja a pecha de hostil à sexualidade e de preconceituosa quanto aos homossexuais e suas reivindicações políticas e sociais.

2.2. Carta de 1986 sobre o atendimento das pessoas homossexuais

2.2.1. A carta se apresenta de maneira modesta ao afirmar que não quer nem pode ser “um tratado exaustivo”, admitindo, assim,

5 Cf. JOÃO PAULO II. Discurso a los obispos de EEUU. *Ecclesia*, n. 39, p. 1314, 5 out. 1979.

6 As críticas foram muitas. Denunciava-se, no documento, uma postura biologicista e medicalizante e uma tentativa de defender concepções pré-modernas que não podem ser hoje sustentadas. No fundo, mantinha-se o conceito de um caráter universal de doença, presente necessariamente na homossexualidade, o que já havia sido contestado por importantes entidades médicas desde a década de 1980. Além disso, a visão de sexualidade, nos meios católicos, mantinha o ponto de vista “procriativo” como o único definidor da validade moral da sexualidade humana, esquecendo sua dimensão interativa e de reciprocidade, mais ampla que o aspecto da genitalidade ao qual o documento estaria limitado.



que também a Igreja sabe que está diante de uma questão de grande complexidade. Nesse sentido, a carta procura se fundamentar “nos resultados seguros das ciências humanas”. Mas, além do que as ciências ajudam a trazer à luz, a Igreja procura em seu horizonte próprio, que é o da fé, sabendo que esse ângulo, muito especialmente em questões de moral sexual, não pode prescindir de um “estudo atento, empenho concreto e reflexão honesta, teologicamente equilibrada”, sobre o fenômeno homossexual.

O texto, porém, causa a impressão de ser doutrinariamente ainda mais restritivo que o anterior. Já em seu terceiro parágrafo, ele volta à questão dos atos homossexuais como atos “privados de sua finalidade essencial e indispensável” e expressa taxativamente:

a particular inclinação da pessoa homossexual, apesar de não ser em si mesma um pecado, constitui um comportamento intrinsecamente mau do ponto de vista moral. Por esse motivo, a própria inclinação deve ser considerada como objetivamente desordenada.

Esse discurso duro e direto permeia quase toda a carta e se faz notar, especialmente, nos seguintes itens: na caracterização dos atos homossexuais; na interpretação teológica dos textos bíblicos; na reação às contestações, críticas e manipulações políticas recebidas pelo documento de 1976 e na condenação de algumas “interpretações excessivamente benévolas” que certos teólogos quiseram dar à condição homossexual etc.

Nos Estados Unidos, a afirmação que causou mais polêmica na imprensa e na militância *gay* foi a que reiterava a noção de “desordem objetiva” como inerente à homossexualidade e,

ao menos indiretamente, também à pessoa do homossexual. Sou da opinião de que a intenção da carta não era diminuir os homossexuais, mas foi assim que ela foi lida, como uma tentativa de breçar a luta por seus direitos. Em vários passos, porém, guardando um tom pastoral, o documento afirma o valor e a dignidade dos homossexuais. Eles são descritos como pessoas “frequentemente generosas e que se doam” (n. 7); como investidos de “uma dignidade natural... (que)... deve ser sempre respeitada em palavras, em ações e nas leis” (n. 10); como detentores de uma “liberdade fundamental que caracteriza toda pessoa humana e lhe confere dignidade” (n. 11); como tendo especial “direito” ao cuidado pastoral da Igreja (n. 13-17).

“Todos, para lá das orientações que sua sexualidade pode experimentar, são chamados ao mesmo caminho de crescimento humano e plenitude espiritual em Cristo.”

2.2.2. Do lado católico, destacaram-se os posicionamentos do bispo norte-americano John

R. Quinn. Em um artigo influente, ele encarou o controvertido ponto da “homossexualidade como desordem e doença”, depreendido da leitura da carta. Quinn se situou na linha da Associação Americana de Psiquiatria, que, em seu famoso DSM (*Diagnostic and Statistical Manual*), havia abandonado a classificação da homossexualidade como enfermidade ou desordem psicológica, passando a considerá-la como uma modalidade normal de comportamento. Em que pese o fato de os textos de Roma insistirem em usar a expressão “desordem intrínseca”, dando quase a entender que à homossexualidade se associa necessariamente algo doentio, na opinião de Quinn, o texto da Congregação para a Doutrina da Fé não tinha nem poderia ter a intenção de dirimir um problema de natureza médica e psiquiátrica. Não competiria ao magistério abordar tecnicamente esse problema, do âmbito da ciência médica e psicológica. É interessante



notar que o cardeal Joseph Ratzinger, então prefeito da congregação que preparara o texto, escreveu uma carta pessoal a Dom Quinn, agradecendo sua “cuidadosa análise” e as “pertinentes orientações... que mostravam clareza e sensibilidade pastorais”.

2.2.3. No tocante à discriminação e violência de que os homossexuais foram vítimas no passado e sofrem também hoje, a carta se expressa sem meias palavras:

é de se deplorar firmemente que as pessoas homossexuais tenham sido, e sejam ainda hoje, objeto de expressões malévolas e de ações violentas. Semelhantes comportamentos merecem a condenação dos pastores da Igreja, onde quer que aconteçam. Eles revelam uma falta de respeito pelos outros, que fere os princípios elementares sobre os quais se alicerça uma sã convivência civil.

O que acontece é que, mesmo quem não está envolvido pessoalmente com a causa homossexual, ao esbarrar com conceitos como “desordem objetiva”, se pergunta sobre a possibilidade de coadunar expressões de apreço pela pessoa do homossexual, presentes em alguns outros trechos desses documentos, com julgamentos tão taxativos quanto o de “desordem objetiva”, à qual, segundo o texto, a homossexualidade estaria sempre e necessariamente associada.

2.2.4. Preparando a parte mais inovadora e positiva – a relativa ao acolhimento das pessoas –, a carta retoma alguns aspectos que já apareciam na Declaração de 1976. Podemos enumerar os seguintes: a referência ao dever dos pastores de procurar melhor compreensão da condição homossexual; a necessidade de julgar com prudência sua possível culpabilidade moral; a distinção entre “a condição ou tendência”, de um lado, e os “atos homossexuais”, de outro. Em sua parte conclusiva, a carta se es-

tende sobre a verdade, a libertação, o amor e a misericórdia, considerados como dimensões integrais do acolhimento pastoral devido a todos os cristãos sem discriminação alguma.

A carta, dando um passo não suficientemente definido no documento de 1976, reconhece a capacidade do homossexual de ser sujeito de suas decisões. Quando cristão, essa dignidade, que lhe vem de sua capacidade de optar e se autogerir, abre-lhe a possibilidade e o dever de viver o que a fé cristã exige de qualquer batizado em termos de santidade, vivência do amor e observância dos mandamentos. Nesse particular, um homossexual não difere, portanto, de um heterossexual. Todos, para lá das orientações que sua sexualidade pode experimentar, são chamados ao mesmo caminho de crescimento humano e plenitude espiritual em Cristo.

3. O Catecismo da Igreja Católica (1992)

3.1. Como se sabe, o Catecismo foi redigido para compendiar o que a Igreja ensina e precisa ser guardado por todos os fiéis, como um item básico de referência. O Catecismo não diz tudo sobre os temas que aborda, quer apenas resumir o que a Igreja considera essencial. No caso da homossexualidade (cf. n. 2.357-2.359 e 2.331-2.333), ele não entra em questões ainda em fase de esclarecimento. Ao falar da homossexualidade, começa com uma espécie de definição. A simples leitura dessa definição já demonstra que os redatores do verbebo estavam atentos ao que hoje se discute na biomedicina e nas ciências psicológicas e sociais. A homossexualidade, afirma o Catecismo, implica “relações entre homens e mulheres que sentem atração sexual, exclusiva ou predominante, por pessoas do mesmo sexo”. Esse fenômeno fundamentalmente humano, segundo o texto, tem uma origem psicológica ainda sem explicações satisfatórias. Além disso, revestiu-se das mais variadas formas ao longo dos séculos, de acordo com as distintas



culturas. A cultura de hoje lhe conferiu algumas características próprias ao nosso tempo.

3.2. Do ponto de vista da moral, o Catecismo retoma o que os dois textos já comentados nos afirmaram. Vê a prática de atos homossexuais como inadmissível do ponto de vista da moral cristã, pois é uma “desordem”. Como tal, contraria a lei natural porque é fechada ao dom da vida e desprovida daquela complementaridade e reciprocidade à qual a sexualidade integral naturalmente se endereça. Reconhece que o número de pessoas com orientação homossexual “não é negligenciável” e que essa tendência pode estar fundamentalmente ancorada no organismo (seria “inata”). Diz, também, que ela pode representar uma “provação” para a pessoa, sublinhando que “toda pessoa, homem ou mulher, deve reconhecer e aceitar sua própria identidade sexual” e que a pessoa humana “não pode ser adequadamente descrita por uma referência reducionista ao seu ou à sua orientação sexual” (n. 16). Essas duas observações são de suma relevância, pois supõem a originalidade fundamental de cada pessoa. Em uma cultura que massifica a sexualidade e a reduz a um objeto, é essencial a defesa da diferenciação e originalidade da pessoa em sua dimensão sexual.

Uma pessoa de orientação homossexual não o é por opção; deve, por isso, ser aceita com respeito, sensibilidade e compaixão, pois também essas pessoas “são chamadas a realizar a vontade de Deus na sua vida e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar por causa de sua condição”.

4. Outros documentos posteriores

Vou me referir ainda a três outros textos, deixando de lado uma consideração mais

cuidadosa da recente encíclica *Deus Caritas Est*, de Bento XVI, que muito tem a nos dizer sobre o amor humano assim como este se revela no homem e na mulher.⁷

4.1. Em um desses documentos, que leva o título de *Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais*, elaborado pela Congregação para a Doutrina da Fé, a tomada de posição é formalmente contrária às modificações que estão sendo introduzidas em vários países no sentido de favorecer a união civil entre casais homossexuais de ambos os sexos. No contexto, estão em discussão também a ética e as normas sobre a adoção de crianças por parte desses casais.

É uma discussão polêmica, presente também no Brasil (cf. MARTIN, 1995). A posição manifestada pela Santa Sé provocou especial repulsa por parte de seus críticos, por ser interpretada como uma intervenção descabida da Igreja em um tema laico e civil. Não caberia a uma Igreja dizer se essa mudança na legislação seria ou não uma exigência da justiça e uma prática pertinente em sociedades laicas como as atualmente existentes no Ocidente. Em uma sociedade plural, o injusto seria tentar impor a opinião de um grupo, religioso ou não, sobre a dos demais. O texto, em si, repisa os mesmos conceitos e princípios nos quais a Igreja

⁷ *Deus Caritas Est*, teologicamente falando, é um texto que mereceria uma análise mais acurada. Em sua primeira parte, a encíclica trata de conceitos como os de *eros*, *philia* e *ágape*, e conversa com filósofos como Nietzsche, que criticava abertamente a maneira como os cristãos praticam e vivem a caridade. Lidas na perspectiva de nosso tema, as considerações de Bento XVI poderiam servir de base teológica para novas reflexões a respeito da sexualidade humana. Em princípio, os conceitos da *Deus Caritas Est* não contradizem o que Joseph Ratzinger assinava quando prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, mas com esse texto ele traz um fundamento evangélico mais promissor. Não é aqui o lugar para entrar nesse assunto.



vinha insistindo desde os anos 1970, por exemplo: “as relações homossexuais estão em contraste com a lei moral natural [...] pois fecham o ato sexual ao dom da vida”. Mas há afirmações mais taxativas e de tom mais duro, por exemplo: “por seu caráter imoral [...] ela é nociva a um reto progresso da sociedade humana”.

4.2. Outro texto veio do Secretariado para a Família, organismo da Santa Sé chefiado por prelados reconhecidamente conservadores. Foi publicado quase concomitantemente com o pronunciamento sobre a união civil de casais homossexuais. Trata-se de um léxicon (não, portanto, de um pronunciamento) sobre a sexualidade e a família. No verbete sobre a homossexualidade, emite-se um juízo crasso e quase grosseiro. Em vez de apresentá-lo, julgo mais oportuno citar o que escreve João Silvério Trevisan, assumindo o papel de porta-voz da indignação dos homossexuais brasileiros (cf. TREVISAN, 2004). Para ele, o *Lexicon perpetua*

velhos preconceitos, num raciocínio capcioso que chega à arrogância. Contrapondo-se à Organização Mundial da Saúde, define a prática homossexual como “um conflito psíquico não resolvido” que “favorece um desvio”, o que a torna “contrária ao vínculo social e aos fundamentos antropológicos”. Assim, desautoriza casais homoafetivos a constituir família, sob o pretexto de se tratar de “atormentados” que sofrem de “impotência ansiogênica”. Numa inversão perversa que torna a sociedade vítima de militantes homossexuais, o documento acusa-os de conspirar para ganhar poder na ONU e no Parlamento Europeu. E demoniza homossexuais como vilões que minam a moral familiar. Há cinismo ao esconder que a própria Igreja partilha da responsabilidade de criar atormentados/as. Basta-

ria um mínimo de sensatez para compreender como o seu poder espiritual afeta gravemente a vida de milhões de pessoas, por minar a autoestima e estimular o ódio social aos homossexuais. Ao contrário de sua propalada vocação pastoral, a Igreja não se dá conta sequer do sofrimento psíquico que impõe a milhares de homossexuais católico/as e à numerosa parcela homossexual do clero.

4.3. O terceiro documento, que retoma e sintetiza muito do que a Igreja oficial havia afirmado nos textos até aqui citados, é a *Instrução sobre os critérios de discernimento acerca das pessoas com tendência homossexual e da sua admissão ao seminário e às ordens sacras*, de 2005.⁸

Dois tópicos dessa instrução chamam especialmente a atenção do psicólogo. Logo no início, após citar suas muitas fontes eclesiais sem fazer distinções (cf. nota 2 da instrução), é tratado o tema da maturidade afetiva e da paternidade espiritual necessária a um presbítero católico. A linguagem é, propositalmente, a da “tradição constante da Igreja”, e não a da academia ou da ciência psicológica. Saliento, nessa parte, duas afirmações da instrução; uma delas “define” o que é a homossexualidade e a outra oferece os critérios a serem usados pela autoridade eclesial responsável pela formação dos futuros padres ou religiosos:

No que respeita às tendências homossexuais profundamente radicadas, que certo número de homens e mulheres apresenta, também elas são objetivamente desordenadas e constituem, frequentemente, mesmo para tais pessoas, uma provação. Estas devem ser acolhidas com respeito e delicadeza: evitar-se-á, em relação a elas, qualquer marca de discrimina-

⁸ Um comentário psicoterapêutico sobre esse documento pode ser encontrado em Valle (2011).



ção injusta. Essas pessoas são chamadas a realizar em sua vida a vontade de Deus e a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que encontrarem (n. 4).

A Igreja não pode admitir ao Seminário e às Ordens sacras aqueles que praticam a homossexualidade, apresentam tendências homossexuais profundamente arraigadas ou apoiam a chamada cultura *gay*. Essas pessoas encontram-se, de fato, numa situação que obstaculiza gravemente um correto relacionamento com homens e mulheres. De modo algum se hão de transcurar as consequências negativas que podem derivar da ordenação de pessoas com tendência homossexual profundamente radicada. Diversamente, no caso de se tratar de tendências homossexuais que sejam apenas expressão de um problema transitório como, por exemplo, o de uma adolescência ainda não completa, elas devem ser claramente superadas, pelo menos três anos antes da ordenação diaconal (n. 6).

Há, nesse documento, uma lacuna que causa estranheza a quem entende de psicologia e/ou psicoterapia. Trata-se de uma questão que envolve a formação profissional de quem deve emitir um parecer a respeito do tipo, grau e complexidade do envolvimento homossexual do candidato portador dessa tendência. A instrução parece dispor que é às autoridades eclesiásticas (o bispo, o reitor do seminário, os formadores, o diretor espiritual e o confessor) que incumbe o discernimento tanto da idoneidade vocacional quanto do psicodiagnóstico de cada candidato. Discernir, por exemplo – coisa nem sempre fácil –,

entre o caráter “transitório” ou “profundamente radicado” da tendência. Não deixa de ser preocupante que a instrução parta desse pressuposto, pois há casos em que se torna indispensável *colaboração* dos especialistas da psicologia e da pedagogia para chegar a distinções diagnósticas e encaminhar os cuidados psicoterapêuticos muitas vezes indispensáveis e que são, por lei, privativos de profissionais devidamente credenciados.

“A finalidade última que o moralista, o educador e o pastor devem ter em mente deveria ser libertar-se e libertar as pessoas e o meio em que atuam “de falsas compreensões.”

5. Pronunciamentos moral-teológicos

5.1. Na teologia católica, os ensinamentos do magistério sempre tiveram um peso decisivo, uma espécie de palavra final seja qual fosse a natureza do tema em debate. As aberturas ou fechamentos do que ele preceitua repercutem na reflexão dos teólogos, seja estimulando, seja coibindo sua função de aprofundamento, explicitação, crítica ou aplicação. As posições hoje existentes na teologia moral sobre a homossexualidade refletem bem essa situação. Os teólogos de outras Igrejas cristãs⁹ gozam de maior liberdade, uma vez que não têm de se preocupar com limites e condições, em geral restritivas, que são de praxe na Igreja Católica. No tocante à sexualidade, têm crescido cada vez mais as posições críticas, mesmo que sub-repeticivamente. Há três correntes teológicas a esse respeito: uma mais tradicional, que até chega a criticar o Vaticano como demasiado condescendente neste campo; outra, seguramente majoritária hoje em dia, que tenta aprofundar as brechas que os pronunciamentos oficiais oferecem; e uma terceira, que vê como inadequado e insuficiente o tratamento que as auto-

⁹ Veja-se, por exemplo, a bem fundamentada posição do Conselho da Igreja Evangélica Luterana da Alemanha em seu documento oficial: *Mit Spannungen leben*, Hannover, EKD, 1996.

ridades maiores da Igreja Católica dão à sexualidade em geral e, conseqüentemente, à homossexualidade e aos homossexuais.

Pioneiro na discussão psicopastoral da homossexualidade foi o médico, psicanalista e sacerdote francês Marc Oraison.¹⁰ Para ele, ser homossexual não podia ser *a priori* visto como algo “mau”. O fato de alguém *ser* homossexual “não comporta em si nenhuma maldade moral” (VIDAL, 1985, p. 117). Oraison foi bem além do ensinamento oficial e teve provavelmente influência sobre ele, na medida em que foi um dos primeiros a propor que, também quanto ao juízo e tratamento pastoral e médico-psicológico da tendência homofílica, o critério principal de sua eticidade fosse o grau e a qualidade de sua “humanização”. Sobre os homossexuais, ele afirmava expressamente:

o prazer intercambiado e compartilhado pode ser uma expressão de amor, na medida justamente em que se o viva em uma relação intersubjetiva alcançada... O prazer erótico não é forçosamente a expressão do amor, ou seja, de uma relação verdadeiramente intersubjetiva. Pode ser “solitário”, pode ser buscado também com um companheiro ao qual se situa, sobretudo, como objeto, como instrumento de excitação e distensão orgástica. Mas pode ser verdadeiramente relacional. Um sujeito homossexual não pode sentir-se atraído por esse prazer se não com um sujeito de seu mesmo sexo. Representa, como vimos, um inacabamento da evolução afetiva, uma imperfeição quanto ao acesso à diferenciação (sexual). Mas o homossexual não pode mudar nada em semelhante situação, que está sofrendo com pesar. Não é, portanto, impossível que, nessa situação que é a sua,

10 No Brasil, tivemos o médico e sacerdote João Mohana, que inovou a visão católica e a pastoral no campo da sexualidade.

chegue a viver uma relação erótica com um companheiro igualmente homossexual que seja, ao nível do que lhes é acessível, a expressão de uma verdadeira relação intersubjetiva. Pode-se falar, em tal caso, de um “pecado”? (*apud* VIDAL, 1985, p. 118).

5.2. Na sequência de reflexões como a de Oraison, vale a pena chamar a atenção para o esforço de moralistas católicos para chegar a uma compreensão e avaliação ética mais correta do “comportamento” homossexual. Em tal comportamento, esses teólogos procuravam distinguir os comportamentos “desintegradores” – que se verificam também em heterossexuais (aberrações, promiscuidade, prostituição, pedofilia, abusos e atos não vinculativos etc.) – dos comportamentos que propiciam e manifestam uma evolução em curso no nível psicoafetivo, humano e cristão. O que diz, por exemplo, J. McNeill resume bem a posição de fundo que hoje se tornou dominante na ética sexual cristã: “as mesmas regras morais que se aplicam às atividades e condutas heterossexuais” se aplicam igualmente às pessoas de tendência homossexual (*apud* VIDAL, 1985, p. 117). Outro ponto em que reina relativo acordo prático e pastoral é a aplicação do princípio do “mal menor”. Mas, naturalmente, há que perguntar, caso a caso, se essa “solução” não seria uma maneira de fugir pela tangente, evitando as árduas controvérsias suscitadas por pessoas com tendência homossexual comportamentalmente estabelecida.

Os pastores, segundo Vidal (1985, p. 110), precisam aprender a adotar uma “atitude de provisoriedade” relativamente ao que é divulgado como resultados (biológicos, genéticos, neurológicos, psicológicos e antropológicos) proclamados definitivos e seguros, venham eles de setores “progressistas” ou de arraiais “conservadores”. Os dados científicos de que dispomos não podem ser vistos dessa



forma simplista. Logo, tampouco o juízo ético e a atitude pedagógica ou pastoral devem ser categóricos quando se observam os critérios e valores teológico-pastorais nos quais a Igreja julga seu dever insistir também em nossos dias. Assim sendo, continua Vidal (1985, p. 110), a avaliação moral e pastoral-pedagógica da homossexualidade “deverá ser formulada em uma chave de busca e de abertura”. A finalidade última que o moralista, o educador e o pastor devem ter em mente deveria ser libertar-se e libertar as pessoas e o meio em que atuam “de falsas compreensões e das injustas normas sociojurídicas em que a mentalidade dominante (acrítica e ideológica) a encarcerou”. É função da educação e da ética “ser uma força mais interna... (na) emancipação humana, nesse âmbito da condição homossexual” (VIDAL, 1985, p. 125).

Portanto, o padre e o educador cristão devem saber integrar a avaliação e a ajuda formativa aos indivíduos de tendência homossexual em um projeto ético mais amplo e mais articulado com toda a sexualidade humana e com cada ser humano em sua unicidade e totalidade de seu ser-assim.

5.3. A história da moral cristã – seja da católica, seja da protestante (cf. MASPOLI, 2006) – mostra especial dificuldade em situar o lugar antropológico e ético do prazer sexual. São maneiras de ver a sexualidade eivadas de elementos antropológicos e filosóficos que se inspiram no dualismo maniqueu e na tendência neoplatônica, popularizada por Agostinho, de negar qualquer espaço e valor ao prazer sexual.

A interpretação tradicional das passagens bíblicas relacionadas à homossexualidade está sendo questionada e superada pelos co-

nhecimentos da exegese contemporânea; representa uma visão minimalista dos dados bíblicos, assim como estes aparecem nas Escrituras e, mais ainda, nas atitudes de Jesus.

A própria teologia da sexualidade e do matrimônio, bem como a nova visão da pessoa, está levando ao questionamento de conceitos e práticas tidas, durante séculos, como as únicas compatíveis com a fé e a santidade cristãs.

À medida que o conhecimento sobre a homossexualidade foi avançando, a Igreja sentiu a necessidade de rever posições já não justificáveis, sem se afastar, contudo, da experiência humana e cristã de quem funda seu comportamento no evangelho e nos valores do Reino. Entre os pontos revisados, podem ser listados os seguintes:

“A valorização exagerada da finalidade procriadora da sexualidade deixa na penumbra outros possíveis critérios, como, numa palavra, a *philia* e o próprio *ágape* cristãos.”

● Reconhecer que houve uma redução indevida da sexualidade homossexual à sua dimensão genital e, em consequência, a uma visão moral e pastoral dependente mais do biológico do que do pessoal;

● Reconhecer que não tem fundamento a suposição de que a homossexualidade seja uma condição reversível, dependente apenas da vontade da pessoa homossexual, e não de outros fatores complexos;

● Reconhecer o caráter machista, “androcêntrico” e antifeminista de suas posições no passado. A visão, por exemplo, da mulher como “um macho mutilado” colaborou muito para uma condenação *a priori* da homossexualidade e do homossexual e do surgimento de um clima homofóbico que caracterizou certos ambientes conventuais;

● Reconhecer a unilateralidade de uma visão que tem a procriação como condição única para o exercício moralmente permitido da sexualidade. Tal critério era aplicado universal-



mente e teve um peso determinante no que concerne à homossexualidade, fazendo que os atos homossexuais fossem vistos fora de uma visão de conjunto mais ampla, que poderia lhes conferir outro significado humano. A valorização exagerada da finalidade procriadora da sexualidade deixava na penumbra outros possíveis critérios, como, numa palavra, a *philia* e o próprio *ágape* cristãos, enfatizados por Bento XVI em sua primeira encíclica.

Em suma, os pronunciamentos da Igreja sobre a homossexualidade não representam um ponto final das discussões. Devem ser encarados como um alerta que baliza o debate, um juízo emitido com o objetivo de salvar o que é essencial, do ponto de vista da dignidade das pessoas, da sexualidade humana e do modo cristão de viver a sexualidade como dom e responsabilidade de vital importância para a humanidade. Nesse sentido, é normal que o conhecimento que a humanidade adquire sobre a sexualidade afete, até certo ponto, as concepções e os modos de comportamento relativos a essa dimensão fundamental para a realização humana, propiciando um amadurecimento cada vez mais pleno das pessoas.

6. O aporte das ciências psicológicas e antropológicas

6.1. Ante um quadro assim complexo, é necessário ter consciência de que a questão não pode ser abordada de maneira unilateral. Seria, por exemplo, demasiado simplista enquadrar as tendências sexuais humanas em dois grupos polarizados: o dos homossexuais e o dos heterossexuais. No tocante à sexualidade, não se pode reduzir o quadro a “ou preto ou branco”. Há toda uma gama de sensibilidades entre esses dois extremos. Cada caso, como se diz, é um caso. Em indivíduos de orientação heterossexual pode existir latente possibilidade de atração ho-

mossexual. E vice-versa. O que acontece é que o machismo repressivo da cultura dominante escondia, durante séculos, essa realidade latente. A atual permissividade e badalação no que se refere ao lado feminino do homem começam a mostrar, com maior nitidez, essa dimensão longamente recalçada seja no homem, seja na mulher.

A Igreja, como mãe e mestra, não tem o direito de simplificar ingenuamente o quadro e desconsiderar o momento sociocultural em que vivemos. Nivelamentos e simplificações a respeito da sexualidade são injustificados e não correspondem à realidade dos fatos. Confundem e mesmo inviabilizam a conquista de uma identidade sexual personalizada e razoavelmente consistente, que é o que interessa e é realisticamente possível.

6.2. A confusão poderá diminuir se esclarecermos algumas ideias errôneas que circulam a respeito da homossexualidade. Algumas delas têm um quê de verdade, uma vez que valem para alguns homossexuais. Outras não passam de “mitos” populares sem fundamento. Eis os mais difundidos:

- O mito de que o interesse do homossexual é sempre ou quase sempre só genital;¹¹
- O mito de que todo homossexual sente atração por crianças e adolescentes e quer ter relações físicas com eles. É hipótese admitida por muitos psicólogos que a pedofilia, hoje um crime punido pela lei na maioria dos países, seja mais frequente entre heterossexuais;
- O mito de que os homossexuais masculinos

¹¹ Nos documentos aqui comentados, pode-se observar que não é essa a posição da Igreja. Interessante documento da Diocese de Michigan (de 1973) lembra que a sexualidade, também a de tendência homossexual, pode e deve implicar a responsabilidade, a disposição ao sacrifício, a fidelidade, a amizade etc. Cf. Kosnik, 1982, p. 246. Recente texto dos bispos norte-americanos a pais de filhos/as homossexuais assume a mesma postura positiva, na tentativa de animar positivamente os pais na ajuda a seus filhos/as.



sejam sempre efeminados e as mulheres de tendência lésbica sejam sempre masculinizadas;

- O mito de que todos os homossexuais tendam, sempre e necessariamente, a formar grupos mais ou menos secretos;

- O mito de que todos os homossexuais masculinos tendem a certas profissões mais típicas de mulheres;

- O mito de que todos sejam promíscuos, instáveis em suas relações e incapazes de compromissos duradouros (quando o são, é por razões que vieram a se somar à sua tendência, como pode dar-se também com heterossexuais);
- O mito de que todos os que se sentem homossexuais ou até cometem atos homossexuais (na fantasia ou comportamentalmente) devam ser sempre e de fato diagnosticados como tais. Há aqui largo espectro de variações a ser levado em conta.

- O mito de que os homossexuais possam sempre mudar essa sua orientação por meio da força de vontade, pela via do tratamento médico e terapêutico ou em virtude da oração e da ascese.

6.3. À luz do exposto, põe-se a questão: qual o objetivo da formação de indivíduos de orientação homossexual propriamente dita que desejam viver como cristãos católicos ou almejam mesmo ser admitidos ao processo formativo da vida religiosa e do sacerdócio? Uma congregação masculina de forte matiz norte-americano, após anos de debate interno, formulou assim o objetivo psicopedagógico de sua formação:

O objetivo de nossa formação, tanto para candidatos heterossexuais quanto homossexuais, é o estilo de vida celibatário. Esse supõe a capacidade de renunciar à atividade sexual genital e busca uma

consistente maturidade psicosssexual, expressa em um desenvolvimento global (humano-afetivo, pessoal, comunitário e espiritual) do candidato.

Nessa abordagem, já bastante adotada nos Estados Unidos, revela-se um estado mais avançado de discussão psicopedagógica do que o existente no Brasil. É concepção que considera possível uma pessoa de orientação homossexual ser encaminhada às or-

“A marginalização e o desprezo a que a homossexualidade foi submetida por séculos e séculos são fenômeno cultural mais vasto do que a Igreja.”

dens e ou à vida religiosa, não havendo razão, em princípio, para ser vetada. Os critérios de admissão e o acompanhamento psicopedagógico devem ser os mesmos usados para os heterossexuais. Mas o parágrafo acima citado enuncia dois requisitos indispensáveis para que uma pessoa assuma o compromisso de um estilo celibatário

de vida: certa maturidade afetivo-sexual e razoável equilíbrio relacional global da pessoa. Tais requisitos são os mesmos para todos os candidatos. Essa proposta pedagógica me parece psicologicamente plausível, com a ressalva que farei logo abaixo. Há outra condição: saber que o objetivo da formação para a vida religiosa e para o serviço presbiteral não é o celibato. Este é apenas um meio e uma expressão de algo mais profundo: o amor a Deus e aos irmãos “por causa do Reino”. O que está no centro da formação é a pessoa em seu ser e agir, na rica trama de relacionamentos e potencialidades de seu existir como sujeito e filho/a de Deus.

O celibato, não se pode olvidar, é *dom* de Deus; tem natureza essencialmente carismática. Há quem diga que a Igreja, em suas normas, tem esquecido essa premissa fundamental. Desde essa perspectiva, que é teológica, não se pode propriamente falar em “educar para o celibato”. O que se pode favorecer é a integração e a estabilidade emocio-

nais que permitem viver esse dom com liberdade interior, fecundidade para os outros e senso de realização pessoal.

6.4. Hesito em apresentar uma opinião para a qual não disponho de dados colhidos diretamente de pesquisas e observações cientificamente conduzidas, mas sim verificados e testados em minha já longa experiência clínica e pastoral.

Conheço dezenas de seminaristas, religiosos e sacerdotes de tendência homossexual que chegaram a razoável integração psicosssexual e afetiva. Alguns entre eles tiveram uma vida feliz e puderam dar testemunho de vida, de serviço e de fidelidade ao ideal de consagração proposto pela Igreja. Mas conheço também casos opostos, alguns dos quais dramáticos. Refiro-me aqui à *homogenitalidade* propriamente dita, sem excluir o *homoerotismo*. Os atos e hábitos voltados unilateralmente para práticas genitais diretas são os que precisam ser questionados de melhor forma. Eles geram, com facilidade, vidas truncadas, sofridas e carregadas de tensões. No caso de ambientes religiosos, são necessariamente obrigadas a um ocultamento angustiada e ambíguo que de modo algum favorece o amadurecimento da pessoa e a expansão da vocação.

Tenho conhecimento, também, de casos de escândalo público e de condenações judiciais, aliás, mais do que justas, pois se tratava de crimes. Note-se que não me refiro apenas aos casos que aparecem nos jornais. Embora as práticas *homogenitais* sejam as que mais chamam a atenção, elas, psicologicamente falando, nem sempre são o problema mais fundamental. Elas tampouco se restringem a clérigos de orientação homossexual. Existem escândalos dessa ordem também entre religiosos e sacerdotes de tendência heterossexual. Não se pode generalizar a afirmação que faço a seguir, mas minha experiência me leva a dizer que, em termos gerais, pessoas com características *estruturais* de tipo homossexual

são mais facilmente infensas a esse tipo de comportamento, provavelmente devido às circunstâncias repressivas impostas pela sociedade e pela cultura e favorecidas pelos ambientes de formação da Igreja. Não me refiro, tampouco, aos casos patológicos, que naturalmente existem e mereceriam uma discussão à parte. O que tenho em mente são pessoas até certo ponto sexualmente consideradas “normais”.

7. À guisa de amarração

Conhecer as vias pelas quais a Igreja vem tentando se reposicionar a respeito da homossexualidade nos mostrou que estamos ainda em meio a um processo de esclarecimento. Eticamente, os formadores da Igreja sabem que estão ante sérios questionamentos e ainda em busca de critérios e procedimentos que façam justiça, sobretudo, às pessoas de tendência homossexual radicada. Não há, assim, nesta “amarração”, como apresentar conclusões, no sentido estrito do termo. É preferível falar em pistas, fazendo mais justiça à complexidade da questão.¹² De grupos com os quais andei buscando tais pistas, aprendi a valorizar algumas indicações que passo a comentar.

7.1. Em minha prática, constato notável incidência, em homossexuais por constituição, de traços atitudinais e comportamentos que denotam habilidades de vários tipos. São distúrbios (não doenças!) de várias origens e tipos. Alguns deles podem, sim, trazer aspectos que exigem cuidado psicoterapêutico e os contraindicam à vida religiosa e ao ministério presbiteral, em boa parte por serem narcisistas e sexualmente infantis. Indivíduos heterossexuais que apresenta-

12 Cerca de 200 participantes de um seminário conduzido por Edênio Valle e Antônio Moser segundo a metodologia ver-julgar-agir, com a assessoria do psiquiatra Dr. João Moura e da psicanalista paulista Dra. Elsa Oliveira Dias, chegaram a interessantes conclusões, redigidas e posteriormente publicadas no formato de cópias mimeografadas.



sem essas mesmas características também deveriam ser considerados como não indicados a uma vida celibatária. Quando aceitos, ambos os grupos devem ser acompanhados especialmente no amadurecimento dos aspectos obscuros que os contraindicam ao sacerdócio e à vida de consagração. Em princípio, os formadores devem propor a todos – sem distinção da orientação sexual da pessoa – aquelas virtudes cristãs e humanas que a Igreja aconselha aos celibatários e que supõem disponibilidade ao outro, riqueza e equilíbrio nos relacionamentos e, naturalmente, abertura a Deus e à caridade pastoral para com todos, sem acepção de pessoas. É uma meta ideal árdua para qualquer ser humano. A Igreja pede, por isso, correspondente maturidade psicosexual, só possível a quem tiver superado os estágios egocêntricos da primeira evolução psicoinfantil. O mínimo que se deveria dizer é que essas pessoas, para se equilibrarem psíquica, emocional e socialmente, necessitariam de um acompanhamento mais especializado.¹³

7.2. A marginalização e o desprezo a que a homossexualidade foi submetida por séculos e séculos são fenômeno cultural mais vasto do que a Igreja. Esta, no entanto, esteve diretamente envolvida na milenar opressão exercida sobre o grupo homossexual, reforçada pelo absoluto monossexismo dos claustros. Hoje, esse isolamento já não existe. Religiosos e religiosas jovens já convivem com naturalidade em espaços secularizados e em contato direto

com pessoas de sua idade. Com isso, acentuou-se a exposição aos estímulos de uma cultura hipererotizada, na qual a homossexualidade se tornou uma bandeira libertária. Por essa razão, é preciso criar, nos lugares de formação, um clima mais saudável em relação à sexualidade e ao comportamento intersexual. Essa é uma pré-condição para que as casas de formação possam ser de auxílio aos portadores de traços que evidenciam tendência à homossexualidade.

“Compreender melhor o fenômeno homossexual em todas as suas dimensões pede um trabalho mais consciencioso nos relacionamentos e procedimentos formativos.”

Como não podia deixar de ser, os que se apresentam à porta das casas de formação são filhos/as da época consumista, permissiva e pluralista que os envolve. Os formadores estão ante a tarefa de rever costumes e normas herdadas de um passado culturalmente cada vez mais longínquo. As velhas práticas pedagógicas precisam ser revistas, mas faltam-nos ainda as metodologias para tanto. No

passado, os formadores eram afetados por grande ignorância (*ignoratio invencibilis elenchi*) a respeito das origens e desenvolvimento da homossexualidade humana. Hoje, já não há o direito de invocar essa justificativa histórico-cultural para omissões e equívocos pedagógicos. Os candidatos de orientação homossexual que eventualmente acolhemos em nossas casas têm o direito de esperar de nós não só compreensão, como também acompanhamento psicológico e espiritual adequados.

7.3. O acolhimento pedagógico de um candidato com orientação homossexual nada tem que ver com atitudes de facilitação e relativismo moral ou religioso. Talvez seja até o contrário. Compreender melhor o fenômeno homossexual em todas as suas dimensões pede um trabalho mais consciencioso nos relacionamentos e procedimentos formativos. Pode-se agir com respeito às pessoas de ten-

¹³ Quando se trata da admissão à vida religiosa ou às ordens sacras, devem ser tomados em conta os dois lados do compromisso que o candidato assume de livre vontade. A congregação ou diocese que o acolhe cabe a responsabilidade de acompanhá-lo em direção ao ideal proposto, mas não se pode esquecer que o candidato, por sua vez, se compromete com um esforço pessoal de crescer nessa mesma direção. Ambos os compromissos precisam ser devidamente ponderados não só na fase formativa, mas também na vida adulta.



dência homossexual sem ferir o que a Igreja pede, ao dizer que “nenhum método pastoral (ou pedagógico, ou psicológico) pode ser empregado que, pelo fato de esses atos serem julgados conformes com a condição de tais pessoas, lhes venha a conceder uma justificação moral” (Declaração, n. 8).

7.4. Da reflexão deontológica aqui feita pode-se tirar uma conclusão desafiadora: as questões afetivo-sexuais prementes em candidatos/as de tendência homossexual exigem maior estudo e melhor treinamento por parte dos pastores que acompanham essas

pessoas no discernimento do que Deus lhes pede como caminho de vida (cf. EMPREUR, 1998; OLIVEIRA, 2007; AARDWEG, 1997). Dessa maneira, no encaminhamento dessas pessoas, o que importa é colaborar para que possam discernir seu caminho de vida segundo as exigências de sua vocação cristã. Esse é um caminho de progressiva libertação pessoal e espiritual, no qual é preciso estabelecer uma parceria entre o esforço de autoconhecimento psicológico e religioso da pessoa e a presença atenta e competente de pastores e formadores bem preparados para essa tarefa. ●

Referências

- AARDWEG, G. L. M. Van Den. *A batalha pela normalidade sexual e homossexualismo*. Aparecida: Ed. Aparecida, 1997.
- ALISON, J. *Fé além do ressentimento: fragmentos católicos em voz gay*. São Paulo: É Realizações, 2010.
- ARIES, Ph.; EBEJIN, A. (Org.). *Sexualités occidentales*. Paris: Seuil, 1982.
- AZPITARTE, E. L. *Ética da sexualidade e do matrimônio*. São Paulo: Paulus, 1997.
- BALDISSERA, D.; MASSIH, E.; PINTO, E. B. (Org.). *Tendências homossexuais em seminaristas e religiosos. Visão psicoterapêutica e pedagógica*. São Paulo: Loyola, 2011.
- BAYLEY, D. S. *Homosexuality and the Western Christian traditions*. New York: Longmans Green, 1955.
- BOSWELL, J. *Christianisme, tolérance sociale et homossexualité: les homossexuels en Europe occidentale des débuts de l'ère chrétienne au XVIe siècle*. Paris: Gallimard, 1985.
- CASTELLS, M. Cultural identity, sexual liberation and urban structure: the gay community in San Francisco. In: _____. *The city and the grassroots*. London: Edward Arnold, 1983.
- COMBLIN, J. Cristianismo e corporeidade. In: SOTER (Org.). *Corporeidade e teologia*. São Paulo: Soter, Paulinas, 2005. p. 7-20.
- COSTA, J. F. *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo*. São Paulo: Escuta, 1999.
- COZZENS, D. B. *A face mutante do sacerdócio: reflexão sobre a crise de alma do sacerdote*. São Paulo: Loyola, 2001.
- CRAWFORD, I.; ZAMBONI, B. D. Elementos para o debate sobre homossexualidade: as ciências do comportamento e a Igreja. In: JUNG, G. P. B.; CORAY, J. A. (Org.). *Diversidade sexual e catolicismo: para o desenvolvimento da teologia moral*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 247-282.
- DI VITO, Robert A. Interrogações sobre a construção da (homo)sexualidade: relações entre pessoas do mesmo sexo na Bíblia hebraica. In: JUNG, G. P. B.; CORAY, J. A. (Org.). *Diversidade sexual e catolicismo: para o desenvolvimento da teologia moral*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 139-162.



- EMPEREUR, James. *Direção espiritual e homossexualidade*. São Paulo: Loyola, 1998
- FORCANO, B. *Nova ética sexual*. São Paulo: Musa, 1996.
- GALLAGHER, R. *Compreender o homossexual*. Aparecida: Santuário, 1985.
- GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005.
- KOSNIK. *A sexualidade humana: novos rumos do pensamento católico americano*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LEERS, B.; TRASFERETTI, J. *Homossexuais e ética cristã*. Campinas: Átomo, 2002.
- MALINA, B. J. O Novo Testamento e homossexualidade. In: JUNG, G. P. B.; CORAY, J. A. (Org.). *Diversidade sexual e catolicismo: para o desenvolvimento da teologia moral*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 247-282.
- MATOS, M. I. O corpo e a história: ocultar, expor, analisar. In: SOTER (Org.). *Corporeidade e teologia*. São Paulo: Soter, Paulinas, 2005. p. 65-88.
- MARTIN, L. *A homossexualidade numa perspectiva cristã: subsídios para a avaliação do projeto de Lei Nº1151, de 1995*. Instituto Teológico do Ceará, 1995(paper)
- MASPOLI, de Araujo Gomes. As representações sociais do corpo e da sexualidade no Protestantismo brasileiro. In: REVER, Ano 6, Nº6, 2006, p.1-38
- MOREIRA, Alberto da Silva. Multiculturalidade e sincretismo. In: MOREIRA, Alberto da Silva; Dias de Oliveira, Irene(Org). *O futuro da religião na sociedade global. Uma perspectiva multicultural*. São Paulo: Paulinas e PUC-GO, 2008, p.17-35.
- MOSER, A. . *O Enigma da esfinge, A sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NASINI, G. *Um espinho na carne: má conduta e abuso sexual por parte de clérigos da Igreja Católica do Brasil*. Aparecida: Ed. Aparecida, 2001.
- NOLASCO, S. *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- ORAISON, M. *A questão homossexual*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- PORTINARI, D. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RANKE-HEINEMANN, U. *Eunucos pelo reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*. 2. ed. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1996.
- SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. I. Do “gueto” ao mercado. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005. p. 309-336.
- SNOECK, J. *Ensaio de ética sexual*. São Paulo: Paulinas, 1981.
- THÉVENOT, X. *Meu filho é homossexual: como reagir? Como acompanhá-lo?* São Paulo: Loyola, 2004.
- TREVISAN, J. S. A Igreja e a homofobia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A3, 28 jul. 2004.
- VALLE, E. (Org.). *Tendências homossexuais em seminaristas e religiosos: visão psicoterapêutica e pedagógica*. São Paulo: Loyola, 2011.
- VIDAL, M. *Homossexualidade: ciência e consciência*. São Paulo: Loyola, 1985.
- WILLIAMS, B. Homosexuality: the New Vatican Statement. *Theological Studies*, v. 48, p. 259-277, 1987.



Homoafetividade e evangelização: abrir caminhos

Luís Corrêa Lima, sj*

O acolhimento pastoral de pessoas homossexuais, recomendado pelo papa Francisco, encontra apoio na leitura crítica da Bíblia, na evolução histórica, nas conclusões das ciências, no ensinamento da Igreja e em iniciativas regionais promovidas pelos bispos. É preciso superar barreiras para viabilizar e fomentar esse acolhimento.

*Padre jesuíta, doutor em História e professor da PUC-Rio. Trabalha em pesquisa sobre história da Igreja, modernidade e diversidade sexual. Colabora na Paróquia N. Sra. da Boa Viagem, na Rocinha, e atua no aconselhamento espiritual de pessoas homossexuais.
E-mail: lclima@puc-rio.br

A Igreja Católica vive um tempo de renovação com o papa Francisco. Ele convoca a Igreja a ir às “periferias existenciais”: ao encontro dos pobres e dos que sofrem com as diversas formas de injustiças, conflitos e carências. A novidade que Deus traz à nossa vida, diz o papa, é verdadeiramente o que nos realiza e nos dá a autêntica alegria e serenidade, porque Deus nos ama e quer apenas o nosso bem. Francisco critica uma Igreja enclausurada, entrincheirada em estruturas caducas incapazes de acolhimento e fechada aos novos caminhos que Deus apresenta. A ação do Espírito Santo ergue nosso olhar para o horizonte, impelindo-nos a essas periferias (FRANCISCO, 2013a).

Importante sinal dos tempos atuais é a visibilização da população homossexual. No passado, gays, lésbicas e bissexuais viviam no anonimato ou à margem da sociedade. Eles se escondiam em casamentos tradicionais e, quando muito, formavam guetos, protegendo-se em espaços de convivência bastante reservados. Hoje, fazem imensas paradas, estão



presentes nas telenovelas, buscam reconhecimento, exigem respeito e reivindicam direitos. Essa população está em toda parte. Com frequência, usa-se o termo *gay* (originalmente “alegre”) para se referir a todos eles. Quem não é *gay* tem parentes próximos ou distantes que são, velada ou manifestamente, bem como vizinhos ou colegas de trabalho. Os *gays* fazem parte da sociedade e, ao se visibilizarem, almejam cidadania plena, com os mesmos direitos e deveres dos demais.

Essa visibilização também manifesta os problemas que os afligem. Há uma aversão a pessoas homossexuais, a homofobia, que produz diversas formas de violência física, verbal e simbólica contra essas pessoas. No Brasil, são frequentes os homicídios, sobretudo de travestis. Há também o suicídio de muitos adolescentes que se descobrem *gays*, e mesmo de adultos. Eles chegam a essa atitude extrema por pressentirem a rejeição hostil da própria família e da sociedade. Há pais que já disseram: “Prefiro um filho morto a um filho *gay*”. Entre os xingamentos mais ofensivos que existem, consta a referência à condição homossexual e à relação sexual entre pessoas do mesmo sexo. Tal hostilidade gera inúmeras formas de discriminação e, mesmo que não leve à morte, traz frequentemente tristeza profunda ou depressão.

Há muitos *gays* na Igreja. São pessoas que nasceram e foram criadas nesse ambiente, têm fé e, em certo momento, descobriram essa orientação sexual. Vários deles participam ativamente de sua comunidade, mas não poucos se afastaram e se afastam por depararem com incompreensão e hostilidade. É preciso que encontrem fiéis e ministros religiosos sensíveis às suas feridas e dificuldades e, também, aos seus talentos e potencialidades. Não há dúvida de que essa realidade faz parte das periferias existenciais apontadas pelo papa.

Para a Igreja, a lei de toda a evangelização é pregar a Palavra de Deus de maneira adaptada à realidade dos povos, como diz o Concílio Vaticano II (1962-1965). Deve haver um intercâmbio permanente entre a Igreja e as diversas culturas. Para isso, ela necessita da ajuda dos que conhecem bem as várias instituições e disciplinas, sejam eles crentes ou não. Os fiéis precisam saber ouvir e interpretar as várias linguagens ou sinais do nosso tempo, para avaliá-los adequadamente à luz da Palavra de Deus, de modo que a Revelação divina seja bem compreendida e apresentada de modo conveniente (*Gaudium et Spes*, n. 44). A correta evangelização, portanto, é

uma estrada de duas mãos, de intercâmbio entre a Igreja e as culturas contemporâneas. A fé cristã necessita dialogar com os diversos saberes legítimos. Só se pode saber o que a Palavra de Deus significa hoje, e que implicações ela tem, com suficiente conhecimento da realidade atual, que inclui a visibilização da população LGBT e o reconhecimento dos seus direitos humanos.

“Não há dúvida de que essa realidade faz parte das periferias existenciais apontadas pelo papa.”

1. A Sagrada Escritura

Para se tratar corretamente da homossexualidade na Bíblia, convém ir além da leitura ao pé da letra. A Revelação divina testemunhada nesse livro é proposta e expressa de modos diversos. Segundo o concílio, o leitor deve buscar o sentido que os autores sagrados, em determinadas circunstâncias, segundo as condições do seu tempo e da sua cultura, pretenderam exprimir, servindo-se dos gêneros literários então usados. Devem-se levar em conta as maneiras próprias de sentir, dizer ou narrar em uso no tempo deles, como também os modos que se empregavam frequentemente nas relações entre as pessoas daquela época (*Dei Verbum*, n. 12).



No judaísmo antigo, acreditava-se que o homem e a mulher foram criados um para o outro, para se unirem e procriarem. Supõe-se uma heterossexualidade universal, expressa no imperativo “crescei e multiplicai-vos” (Gn 1,28). Isso foi escrito no tempo do exílio judaico na Babilônia. Para o povo expulso de sua terra e submetido a uma potência estrangeira, crescer era fundamental para a sobrevivência da nação e da religião. Não se nega o desígnio divino de que a humanidade se espalhe pela terra, mas a necessidade de sobrevivência do povo judeu naquele tempo era urgente.

O sêmen do homem, supostamente, continha o ser humano inteiro e deveria ser colocado no ventre da mulher assim como a semente é depositada na terra. Não se conhecia o óvulo. O próprio nome sêmen está ligado a semente. Ele jamais deveria ser desperdiçado, como mostra a história de Onã. Este praticou coito interrompido e ejaculou fora da vagina da esposa. Por isso, Onã foi fulminado por Deus por causa dessa transgressão (Gn 38,1-10).

É nesse contexto que a relação sexual entre dois homens era considerada uma abominação. Israel devia se distinguir das outras nações de várias maneiras, com seu culto, sua lei e seus costumes, segundo o código de santidade do livro do Levítico. Aí se inclui a proibição do homoerotismo, considerado abominação (Lv 18,22). Proíbe-se também, e com rigor: trabalhar no sábado, comer carne de porco ou frutos do mar, aparar o cabelo e a barba, tocar em mulher menstruada durante sete dias, usar roupa tecida com duas espécies de fio, semear no campo duas espécies de semente e acasalar animais de espécies diferentes. Quando o cristianismo, nascido em Israel, expandiu-se entre os povos não judeus, a santidade do Levítico não se tornou norma para esses povos, mas a proibição do homoerotismo sim.

A essa proibição se somou a história de Sodoma e Gomorra, cujo pecado clamou aos

Psicologia e maturidade na vida consagrada

Eugenio Fizzotti



As pessoas consagradas estão dispostas a viver a vida inteira que lhes é concedida preenchendo-a de sentido, agradecendo sistematicamente a Deus o dom da vida e descobrindo a todo instante o sentido profundo dela.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





céus e resultou no castigo divino destruidor (Gn 19). Esse pecado foi recusar hospitalidade aos homens abrigados na casa do patriarca Ló, a ponto de tentarem estuprá-los. Com frequência, o estupro era uma forma de humilhação imposta por exércitos vencedores aos vencidos. Inicialmente, o delito de Sodoma era visto como “orgulho, alimentação excessiva, tranquilidade ociosa e desamparo do pobre e do indigente”. Por meio do profeta, o Senhor diz: “Tornaram-se arrogantes e cometeram abominações em minha presença” (Ez 16,49-50). Vários séculos depois, tal pecado foi identificado com o homoerotismo, mas na origem ele nada tinha que ver com o amor entre pessoas do mesmo sexo ou mesmo com relações sexuais livremente consentidas entre pessoas adultas do mesmo sexo.

No Novo Testamento, a carta aos Romanos afirma que quem ama o próximo cumpriu a lei, pois os mandamentos se resumem no amor ao próximo como a si mesmo (Rm 13,8-10). Esse é o espírito dos mandamentos e o critério de sua interpretação. Mas, ao refutar o politeísmo, o apóstolo Paulo o associa ao homoerotismo (Rm 1,18-32). Os pagãos não adoravam o Deus único, mas as criaturas. E ainda permitiam essa prática sexual vista como abominação pelos judeus. Esse comportamento era considerado castigo divino pela prática religiosa errada: “Por tudo isso, Deus os entregou a paixões vergonhosas”. Outros escritos paulinos têm a mesma posição, ligando o homoerotismo à idolatria e à irreligião (1Cor 6,9-11; 1Tm 1,8-11). No contexto judaico-cristão da Antiguidade, esse argumento era compreensível. Não havia o conceito de orientação sexual, de uma tendência profundamente enraizada na pessoa, com relativa estabilidade, atraindo-a para o sexo oposto ou para o mesmo sexo. Tal orientação nada tem que ver com

a crença em um ou em vários deuses ou com alguma prática religiosa. Mas, no contexto da Antiguidade, a Igreja herdou a visão antropológica da heterossexualidade universal com suas interdições.

2. A evolução histórica

A religião cristã se tornou hegemônica em muitos países, chegando a ser a religião do Estado. O homoerotismo foi classificado como sodomia e criminalizado. Para a Igreja, a sodomia era um crime horrendo: provocava a ira de Deus, a ponto de causar tempestades, terremotos, pestes e fome que destruíam cidades inteiras. Era algo indigno de ser nomeado, um “pecado nefando”, que não se podia mencionar, muito menos cometer (VIDE, 2007, p. 331-332). Tribunais eclesiásticos, como a Inquisição, julgavam os acusados desse delito e entregavam os culpados ao poder civil para serem punidos, até mesmo com a morte.

Com o advento do Iluminismo e da razão autônoma, independente da Revelação, a prática sexual exercida sem violência ou indecência pública não devia cair sob o domínio da lei. Começou uma crescente descriminalização da sodomia. A modernidade, impulsionada pelo Iluminismo, trouxe a separação entre Igreja e Estado, a autonomia das ciências e os direitos humanos, que restringem o poder do soberano sobre o súdito e ampliam a liberdade da pessoa em relação à coletividade. O termo sodomia foi substituído, no século XIX, por “homossexualismo”. A questão é trazida do âmbito religioso e moral para o âmbito médico. O que então era visto como abominação passa a ser considerado como doença. Por muitas décadas, pessoas homossexuais eram internadas em sanatórios. Chegou-se até mesmo ao uso do choque elétrico.

“Muitas vezes se fazem citações descontextualizadas da Bíblia e simplificações indevidas da doutrina, com extrema rigidez e terrível ímpeto condenatório.”



A partir dos anos 1970, houve progressiva “despatologização” da homossexualidade, impulsionada pelo crescimento do movimento *gay*. Nos anos 1990, a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da lista de doenças. E em 1999, o Conselho Federal de Psicologia declarou que a homossexualidade não é nem doença, nem distúrbio, nem perversão, e proibiu os psicólogos de colaborar em serviços que proponham tratamento e cura da homossexualidade. Assim, algumas pessoas são homossexuais e o serão por toda a vida. Não se trata de opção, mas de condição ou orientação. Com isso, surgiu também novo campo jurídico: o direito homoafetivo, contemplando a população LGBT.

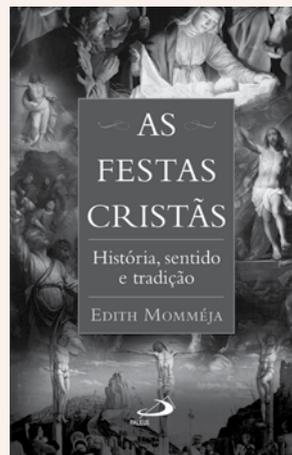
A modernidade, em suas grandes linhas, foi assimilada pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II. Além do novo enfoque da evangelização e da leitura da Bíblia, o concílio legitimou a separação entre Igreja e Estado e a autonomia da ciência e reconheceu a liberdade de consciência, o direito de a pessoa agir segundo a norma reta da sua consciência e o dever de não agir contra ela. Nela está o “sacrário da pessoa”, onde Deus está presente e se manifesta. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos às outras pessoas no dever de buscar a verdade e de nela resolver os problemas morais que surgem na vida individual e social (*Gaudium et Spes*, n. 36 e 16). Nenhuma palavra externa substitui a reflexão e o juízo da própria consciência. O *Catecismo da Igreja Católica* aprofunda esse ensinamento e cita o cardeal Newman: “A consciência é o primeiro de todos os vigários de Cristo” (n. 1.778). É ela quem primeiro representa Cristo para o fiel.

3. O ensino atual da Igreja e as perspectivas pastorais

O papa Bento XVI, certa vez, afirmou que o cristianismo não é um conjunto de proibições, mas uma opção positiva. E acrescentou

As festas cristãs História, sentido e tradição

Edith Momméja



O objetivo é encontrar o sentido das festas religiosas, e pô-lo ao alcance de todos. Trata-se de recuperar a verdadeira essência de cada festa porque, muitas vezes, o que resta são os sinais exteriores e a forma.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





que é muito importante evidenciar isso novamente, porque essa consciência hoje quase desapareceu por completo (BENTO XVI, 2006). É muito bom que um papa reconheça esse problema. Há ênfase demais na proibição, gerando ameaça de condenação eterna, culpa e medo que paralisam as pessoas. O ponto de partida do ensinamento cristão deve ser o seu elemento positivo, que é boa notícia (evangelho). Francisco segue esse caminho e avança: “o anúncio do amor salvífico de Deus precede a obrigação moral e religiosa. Hoje, por vezes, parece que prevalece a ordem inversa”. Para ele, a prioridade da pregação deve ser curar todo tipo de ferida. Depois se pode falar de todo o resto. O anúncio, concentrando-se no essencial, é também aquilo que mais apaixona e atrai, aquilo que faz arder o coração, como aos discípulos de Emaús (FRANCISCO, 2013c). A compreensão e a exposição do ensinamento da Igreja também devem seguir esse itinerário.

Uma carta pastoral afirma que nenhum ser humano é mero homo ou heterossexual. Ele é, acima de tudo, criatura de Deus e destinatário de sua graça, a qual o torna filho seu e herdeiro da vida eterna (CDF, 1986, n. 16). A posição da moral católica deve se basear na razão humana iluminada pela fé e encontrar apoio também nos resultados seguros das ciências humanas (n. 2). Toda violência física ou verbal contra pessoas homossexuais é deplorável, merecendo a condenação dos pastores da Igreja onde quer que se verifique (n. 10). Os atos homossexuais, por sua vez, são considerados intrinsecamente desordenados e, como tais, não podem ser aprovados em nenhum caso (n. 3). Sobre a culpabilidade da pessoa, porém, deve haver prudência no julgamento. São reconhecidos casos em que a tendência ho-

mossexual não é fruto de opção deliberada da pessoa e que esta não tem alternativa, mas é compelida a se comportar de modo homossexual. Por conseguinte, em tal situação, ela agiria sem culpa. Alerta-se para o risco de generalizações, mas podem existir circunstâncias que reduzem ou até mesmo eliminam a culpa da pessoa (n. 11). Nesta situação, não se pode dizer jamais que a pessoa está em pecado mortal e deve se afastar dos sacramentos.

A castidade, hoje, é definida primeiramente como a integração bem-sucedida da sexualidade na pessoa, na sua unidade de corpo e alma (*Catecismo*, n. 2.337). Essa integração é um caminho gradual, um crescimento em

etapas marcadas pela imperfeição e até pelo pecado (n. 2.343). Não é o reino do tudo ou nada. É preciso levar em conta a situação em que a pessoa se encontra e os passos que ela pode e deve dar. Só há uma integração bem-sucedida se a pessoa viver em paz com a sua sexualidade, amando o seu semelhante e a si mesma.

O estudo crítico da Bíblia, a devida atenção aos resultados das ciências, a fidelidade à própria consciência e os matizes da moral são referências que tornam o ensinamento da Igreja um componente rico e dinâmico na vida dos fiéis. Não se deve buscar nesse ensinamento nem na Bíblia um manual de instruções próprio de um eletrodoméstico ou um código moral detalhado, universal e imutável. Muitas vezes se fazem citações descontextualizadas da Bíblia e simplificações indevidas da doutrina, com extrema rigidez e terrível ímpeto condenatório dirigido aos gays. A pregação, em vez de curar feridas e aquecer o coração, traz mais devastação; e a Palavra do Deus da vida acaba se tornando palavra de morte. Os gays jamais devem ser tratados como en-

“Muitas vezes, a pregação, em vez de curar feridas e aquecer o coração, traz mais devastação; e a Palavra do Deus da vida acaba se tornando palavra de morte.”



demoninhados a serem exorcizados ou submetidos a orações de “cura e libertação” para mudar a sua condição.

Sobre o reconhecimento legal da união homossexual, o ensino da Igreja faz severa oposição à equiparação dessa união àquela entre homem e mulher, bem como a mudanças no direito familiar que caminhem nesse sentido. No entanto, ainda que com ressalvas, afirma que se podem reconhecer direitos de pessoas homossexuais conviventes, com proteção legal para situações de interesse recíproco (CDF, 2003, n. 5 e 9). Esse passo é muito importante. Se não há nenhum reconhecimento social ou proteção legal das uniões homoafetivas, a homofobia presente na sociedade pressiona os *gays* a contrair uniões heterossexuais para fugirem do preconceito. Isso tem acontecido há séculos e traz muito sofrimento às pessoas envolvidas. É necessário que pare. O sacramento do matrimônio, nessas circunstâncias, é inválido (*Código de Direito Canônico*, Cân. 1.095, n. 3). Os fiéis precisam saber disso. O casamento tradicional não é solução para a pessoa homossexual.

Outra iniciativa é a dos bispos norte-americanos, que escreveram bela carta pastoral aos pais dos homossexuais. O título é oportuno e profético: “Sempre nossos filhos”. Os bispos afirmam que Deus não ama menos uma pessoa por ela ser *gay* ou *lésbica*. Deus é muito mais poderoso, mais compassivo e, se for preciso, mais capaz de perdoar do que qualquer pessoa neste mundo. Os bispos exortam os pais a amar a si mesmos e não se culpar pela orientação sexual de seus filhos, nem por suas escolhas. Os pais não são obrigados a encaminhar os filhos a terapias de reversão para torná-los heterossexuais. Os pais são encorajados, sim, a lhes demonstrar amor incondicional. E, dependendo da situação dos filhos, observam os bispos, o apoio da família é ainda mais necessário (USCCB, 1997).

CD Francisco, no abraço do Redentor

PAULUS Música



Belas músicas e arranjos, que nos fazem manter viva em nossa memória a grande mensagem de esperança que o Papa Francisco trouxe ao Brasil e ao mundo de hoje.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Há muitas famílias que têm filhos gays e sofrem imensamente com isso. Os pais frequentemente culpam a si mesmos e não sabem o que fazer. Essa mensagem é muito oportuna também na realidade social e eclesial do Brasil. Os bispos norte-americanos também trataram da pastoral com homossexuais. Nesse trabalho, os ministros religiosos são convidados a ouvir as experiências, as necessidades e as esperanças dessas pessoas. Assim se manifesta o respeito à dignidade inata e à consciência do outro. Gays e lésbicas podem, dependendo das circunstâncias, revelar a sua condição a familiares e amigos e

crescer na vida cristã (USCCB, 2006).

As iniciativas em favor do acolhimento são corroboradas pelo papa Francisco: “Se uma pessoa é gay e procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para a julgar?... Não se devem marginalizar essas pessoas por isso” (FRANCISCO, 2013b). Em vez de julgá-las ou marginalizá-las, deve-se fomentar na Igreja um ambiente acolhedor, no qual pessoas gays possam buscar a Deus. Que a Igreja seja um lugar onde suas feridas sejam curadas e seus corações aquecidos. Um lugar onde sintam o jugo leve e o fardo suave oferecidos por Jesus. ●

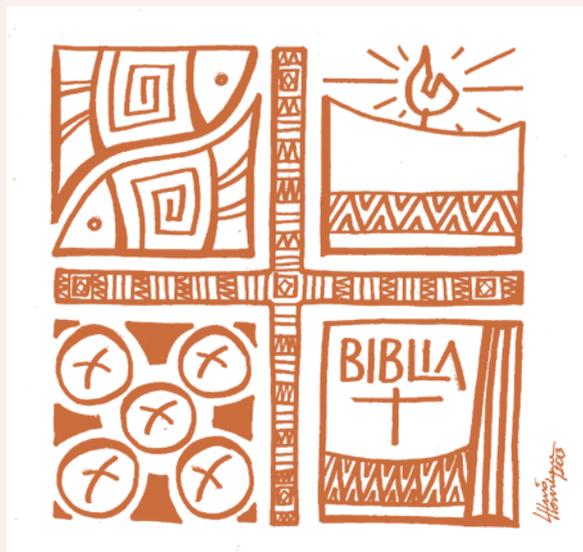
“As iniciativas em favor do acolhimento são corroboradas pelo papa Francisco: ‘Se uma pessoa é gay e procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para a julgar?’”

Referências

- CDF (Congregação para a Doutrina da Fé). *Homosexualitatis problema*. Roma, 1986. Disponível em: <www.vatican.va>.
- _____. *Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais*. Roma, 2003.
- CES (Conférence des Évêques Suisses). *Note pastorale 10*. Friburgo, 2002. Disponível em: <www.eveques.ch>.
- BENTO XVI. Entrevista de Bento XVI em previsão de sua viagem à Baviera (I). *Zenit*, 16 ago. 2006.
- FRANCISCO. *Solenidade de Pentecostes*. Roma, 19 maio 2013a. Disponível em: <www.vatican.va>.
- _____. *Encontro do santo padre com os jornalistas durante o voo de regresso do Brasil*. 28 jun. 2013b.
- _____. Entrevista exclusiva do papa Francisco às revistas dos jesuítas. *Brotéria*, 19 ago. 2013c.
- USCCB (United States Conference of Catholic Bishops). *Always our children*. Washington, 1997. Disponível em: <www.usccb.org>.
- _____. *Ministry to persons with a homosexual inclination*. Washington, 2006. Disponível em: <www.usccb.org>.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*. Brasília: Senado Federal, 2007.

Também na internet:
vidapastoral.com.br

*Nascido na Bélgica, reside há muitos anos no Brasil, onde leciona desde 1972. É doutor em Teologia e mestre em Filosofia e em Filologia Bíblica pela Universidade Católica de Lovaina. Atualmente é professor de Exegese Bíblica na Faje, em Belo Horizonte. Dedicar-se principalmente aos seguintes assuntos: Bíblia – Antigo e Novo Testamento (tradução), evangelhos (especialmente o de João) e hermenêutica bíblica. Entre outras obras, publicou: *Descobrir a Bíblia a partir da liturgia*; *A Palavra se fez livro*; *Liturgia dominical: mistério de Cristo e formação dos fiéis – anos A-B-C*; *Ser cristão*; *Evangelho segundo João: amor e fidelidade*; *A Bíblia nas suas origens e hoje*; *Sinopse dos Evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas e da “Fonte Q”*.



Pe. Johan Konings, sj*

14º DOMINGO DO TEMPO COMUM

6 de julho

O Messias humilde e não violento

I. Introdução geral

O profeta cristão deve ser um pequenino: a eficácia de sua mensagem se confirma na reação de bondade gratuita que ele provoca no coração dos que recebem a mensagem. No evangelho de hoje, contemplamos o modelo deste tipo de profeta: Jesus. Não apenas como mensageiro, mas como detentor de tudo o que o Pai lhe deu nas mãos, ele é humilde e livre de toda forma de violência (militar, política, intelectual, religiosa e cultural). Nele reconhecemos a plena realização da figura de Zc 9,9-10 (1ª leitura), o Messias humilde, que troca o cavalo militar por um jumentinho.



II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Zc 9,9-10)

A primeira leitura apresenta o rei messiânico humilde. É tirada da segunda parte do livro de Zacarias (Zc 9-14), que contém pregações do século IV a.C. Naquele tempo, os judeus já não tinham rei próprio. Os direitos régios, naquele tempo, estavam nas mãos de reis estrangeiros, Alexandre Magno e seus sucessores. Zacarias exprime a “saudade do futuro”, o anseio por um rei não violento e opressor, um rei que fosse justo e não recorresse à violência (é isso que o termo “manso” quer dizer). O profeta imagina este Esperado de Deus, o Messias, como um rei diferente: em vez de entrar na cidade sentado num cavalo guerreiro, está sentado num jumento, animal que simboliza, ao mesmo tempo, a mansidão e a paz, pois, sendo animal de carga, serve para o bem-estar do povo e não para a destruição. Esse rei acabará com os carros e os arcos de guerra e estenderá, como outrora Davi, um império de paz de um mar (o Mediterrâneo) a outro (o golfo de Ácaba). Este rei está na mesma linha que o justo oprimido por seu próprio povo (cf. Zc 12,10; 13,7-9), assim como, anteriormente, o Servo Padecente de Deus (cf. Is 42,1-4; 52,13-53,12). Ele é justo e dedicado a Deus, que o ajuda e faz dele o salvador do povo que tinha sido dispersado pelo exílio babilônico e por outras violências.

2. Evangelho (Mt 11,25-30)

O evangelho de hoje sugere que Jesus é quem leva à plenitude o “messianismo diferente” presente em Zc 9 (1ª leitura). Com maior clareza ainda, encontraremos essa realização da profecia de Zacarias em outro cenário do evangelho: a entrada de Jesus em Jerusalém, situada, significativamente, no começo da semana da Paixão (cf. Mt 21,1-10 e

paralelos). Quanto ao evangelho de hoje, sua relação com o texto de Zc 9 está, sobretudo, no tema da mansidão. Jesus acolhe os humildes e revela a eles – e não aos sábios e entendidos – algo que não vem de instância humana, mas do Pai (cf. Mt 11,25-27). E, por causa de sua mansidão, seu “jugo” (= sua doutrina e orientação) é leve e suave (cf. Mt 11,28-30, festa do Sagrado Coração).

O contexto em que a leitura do evangelho de hoje se situa é o seguinte: Jesus acaba de censurar as cidades da Galileia por causa de sua autossuficiência e orgulho (cf. Mt 11,20-24). Em oposição a esse orgulho, surge a figura do mestre humilde, do revelador de Deus que se dirige aos simples e “pequenos” (apelido aplicado aos discípulos-missionários cristãos). Aqui, o que vale não são os critérios de grandeza humana, mas o puro dom gratuito de Deus: Jesus é o Filho, aquele que conhece o Pai por dentro e pode dispor de tudo o que é do Pai (cf. Mt 11,25-27, o “júbilo de Jesus”).

Concatenada com essas palavras de júbilo, segue outra sentença (v. 28-30): um convite aos humildes para que acolham o “jugo” do mestre humilde. Jesus é um mestre diferente. Seu jugo, à diferença do de outros rabinos, não pesa nem machuca: é suave, dá paz e descanso às almas. Jesus é o mestre humilde e manso de coração, porém não no estilo “água com açúcar”. Para compreender melhor o que se quer dizer com humildade e mansidão, veja-se o que é o contrário. O contrário da humildade (literalmente, “estado baixo”) são o orgulho e a ostentação, que caracterizam os “grandes” de todos os tempos. E o contrário da mansidão (ou mansuetude) de Jesus é a violência. Ora, se a missão de Jesus e do missionário cristão (posto em foco no 13º domingo comum) é abrir as portas dos corações, para que serviria a violência?

A violência não converte ninguém. Da violência não se pode esperar resultado válido e duradouro. Mesmo que, às vezes, a ética nos



obrigue a usar de pressão ou força (por exemplo, para proteger a vida de um inocente contra um criminoso), nunca se recorrerá à violência para comunicar uma convicção ou, como o fazia a Inquisição, impor a fé! Antes pelo contrário: na violência que se lhe opõe, o coração violento encontrará uma justificativa para si! Só a “mansidão” (no sentido de firmeza permanente) desmancha os argumentos da violência – lição do grande Mahatma Gandhi e, sobretudo, de Jesus crucificado.

3. II leitura (Rm 8,9.11-13)

Na segunda leitura, encontramos uma mensagem semelhante: viver conforme o Espírito. Fechado a Deus, o ser humano é “carne”, existência humana limitada, sem perspectiva. Se ele não se abre a Deus, também seu intelecto é “carnal”. Mas quem se abre ao Espírito (que vivificou o Cristo), até seu corpo se torna espiritual, destinado para a vida verdadeira. A oposição “carne-espírito” corresponde à oposição “morte-vida”. Toda a nossa vida – corporal, psicológica, intelectual – deve estar a serviço do Espírito; à “carne” (no sentido paulino de autossuficiência) não devemos nada.

Os critérios da vida nova em Cristo, ou seja, da vida espiritual, são bem diferentes dos da vida antiga, carnal. O Espírito é a força vivificadora e transformadora que nos é dada em Jesus Cristo e da qual sua ressurreição é o sinal (v. 11). Não devemos nada aos critérios estreitamente humanos, fechados no egoísmo. É difícil convencer-nos disso. Estamos sempre prestando contas a critérios humanos, que nos são impostos sem a mínima “razão razoável”: moda, consumo, aparência, ditadura, medo. Parece até que temos medo de não ter algum poder ao qual prestar contas. Temos medo da liberdade do Espírito, da liberdade dos filhos de Deus. Ora, não estamos devendo nada àquilo que, nesses critérios mundanos, se opõe à vontade de Deus. Quantas vezes participamos ativa ou passivamente de atitudes e juízos injustos, de pres-

Fé e viagens no mundo globalizado

Joerg Rieger



142 págs.

O autor analisa a viagem como um conceito central para a fé cristã, baseando-se numa rica variedade de narrativas.

Ingressos meramente ilustrativos.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





sões exercidas sobre outras pessoas, de “proveitos” injustos e de egoísmo grupal! A tudo isso, não estamos devendo nada. Nosso compromisso é outro.

III. Pistas para reflexão: Jesus, a violência e a mansidão

Percebe-se, no mundo, violência crescente. O terrorismo e o banditismo suscitam nas pessoas a vontade de responder com violência. Está certo usar de violência para enfrentar a violência? Conforme o plano de Deus, não. Seu enviado é o mestre manso e humilde, cujo jugo é suave. O evangelho ensina a revelação da mansidão de Jesus aos pequeninos e mansos, aos não violentos. A pregação de Jesus provoca opção a favor ou contra seu modo de ver e de ser. Contra Jesus optam as ambiciosas cidades da Galileia (cf. Mt 11,20-24). A favor dele, os humildes que escutam sua palavra e a põem em prática (cf. Mt 11,25-30). Os que recebem sua revelação, não os que estão cheios de si, é que vão conhecer o íntimo de Jesus, seu coração iluminado pelo amor que ele recebe do Pai e que o leva a amar seus irmãos até o fim. Jesus é o mestre dos humildes, porque ele é, no sentido bíblico, manso, não opressor. E assim é também sua doutrina.

Jesus mostra o sentido pleno da mensagem do profeta Zacarias, que apresenta o Messias como rei pacífico, não violento e não opressor (1ª leitura). A missão do Messias não se realiza pela violência e pela opressão, mas pela mansidão de um pedagogo, que deixa penetrar nos humildes, gota por gota, o espírito de amor e solidariedade que faz crescer o verdadeiro Reino de Deus. É por isso que o mistério de Deus e de seu Filho se manifesta no coração dos humildes, enquanto os poderosos o rejeitam.

Jesus convida os “cansados”. Estes são muitos, entre nós, hoje. Os que já não aguentam o arrocho salarial, a subnutrição, a de-

gradação da vida social e pública, a violência econômica, a exclusão em todas as suas formas. Será que Jesus tem uma solução para esses “cansados”? Contrariamente à lei do poder do mais forte (aparentemente a “lei natural!”), a comunidade de amor e solidariedade lhes oferece coisa melhor do que o consumismo da tevê e dos *shopping-centers*, aquilo que os torna realmente felizes: valorização fraterna, sustento mútuo e, sobretudo, a certeza da sintonia com Deus.

Aos cristãos cabe conscientizar o povo – pobres e ricos – de que a mera força e opressão não resolvem nada, pelo contrário, afastam as pessoas do espírito de Cristo. E perguntemo-nos: em nossas comunidades, existe verdadeira “mansidão” ou, ao invés, reinam práticas opressoras? Será que aplicamos uma “pedagogia da mansidão”? Convém cuidar da grama com paciência, para deixá-la crescer, em vez de “puxá-la” – como diz um provérbio – para fazê-la crescer mais rápido e, assim, arrancá-la?

Jesus veio como libertador manso e humilde, não como revolucionário armado, porque o reino do amor fraterno não pode ser instaurado pela violência, mas somente pela convicção interior. Essa é sua resposta ao poder da força.

15º DOMINGO DO TEMPO COMUM

13 de julho

A semente que é a Palavra

I. Introdução geral

A primeira leitura de hoje nos põe diante dos olhos a imagem da semente, significando a palavra de Deus. Isso serve como pano de fundo para o evangelho, no qual a semente é a palavra de Deus em Jesus Cristo e na prega-



ção cristã. A segunda leitura não contempla a mesma temática, mas nos chama a atenção para a participação do inefável mistério de Deus, que é a nossa vocação.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Is 55,10-11)

A primeira leitura, Is 55,10-11, é uma chave de interpretação para tudo o que Deus faz por sua gente. É a conclusão do “Segundo Isaías” e retoma o início dessa parte do livro (Is 40-55), no qual lemos que “a palavra de nosso Deus permanece sempre” (Is 40,8). A palavra de Deus é sua vontade eterna, seu desígnio, que se torna ativamente presente em nossa história humana (mediante os profetas, os líderes e o empenho do povo todo), realizando o que pretende (sua “missão”), como a chuva que cai do céu e faz frutificar a terra (v. 11). Mas o ouvinte da palavra tem de colaborar. Deus não força ninguém, ele se deixa acolher. Se alguém não o acolhe ou acolhe mal, de modo superficial, nada feito: não cria vínculo com Deus. Aí está o mistério da liberdade da alma humana.

2. Evangelho (Mt 13,1-23)

Como dissemos, o texto da primeira leitura constitui o pano de fundo do evangelho de hoje. O capítulo 13 de Mateus contém sete parábolas do Reino de Deus; hoje ouvimos a parábola inicial, a parábola do semeador (Mt 13,1-23), referindo-se à palavra de Deus. A parábola do semeador aplica-se à pregação de Jesus e à pregação de seus discípulos de todos os tempos. Descreve o que acontece com a semente da Palavra em várias circunstâncias, com diversos tipos de pessoas; e, conforme o caso, o resultado é diferente. Resultado bom mesmo, que corresponda à fecundidade que a palavra de Deus possui

Jogos e brincadeiras para a catequese

Rogério Bellini



O autor inventou e reinventou brincadeiras para serem aplicadas nos encontros de catequese, para catequizando aprenderem a gostar de Deus e sentir-se bem em Sua Casa.

Ilustrações: Ineogens

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





em si mesma (cf. 1ª leitura), só se produz quando ela cai em terra boa: naquele que, ao ouvir a palavra, a deixa penetrar, a absorve e integra no próprio pensar e sentir (pois é isso que significa a expressão “entende” em Mt 13,23) e a põe em prática.

A parábola propriamente (os versículos 1-9) pertence ao gênero das parábolas da natureza, mais especificamente da vida agrícola e pastoril, que são frequentes no ensinamento de Jesus e revelam o ambiente em que se deu a sua pregação. Além da parábola do semeador (Mt 13,1-9/Mc 4,1-9/Lc 8,4-8), conhecemos outras parábolas que recorrem à imagem da semente e da colheita (a semente que cresce por si, Mc 4,26-29; o joio e o trigo, Mt 13,24-30; o grão de mostarda, Mt 13,31-32/Mc 4,30-32; a colheita se aproximando, Jo 4,35-36). Jesus deve ter usado muitas vezes tais imagens, em sentidos diversos, variando conforme a circunstância da pregação. São imagens de sentido aberto, de “leitura infinita”.

A explicação da parábola em Mateus (os versículos 18-23) é, em grandes linhas, igual à que se encontra em Marcos (4,13-20) e em Lucas (8,11-15), descrevendo as diversas maneiras de ouvir a Palavra. Contudo, ao explicar o primeiro caso do que acontece à semente, Mateus insiste num ponto específico: “todo aquele que ouve a palavra do Reino (= a pregação de Cristo) *e não a compreende*” (Mt 13,18). Marcos e Lucas falam apenas do cair fora do campo. Mateus, o “evangelista escriba”, insiste no compreender, que implica o aprender. No domingo anterior, também num texto próprio de Mateus, vimos que Jesus insistiu no seu “jugo”, ou seja, no seu ensinamento, que é melhor que o dos mestres judeus (Mt 11,28-30). Aqui temos novamente essa insistência no compreender, na atitude de discípulo, não apenas de seguidor entusiasmado. A Igreja insiste em que sejamos *discípulos*-missionários. E no atual contexto de nosso mundo, tão avesso ao aprofundamento, essa insistência no aprender e com-

preender pode ser muito importante.

Entre a parábola propriamente (v. 1-9) e sua explicação (v. 18-23), Mateus insere uma reflexão (v. 10-17) que revela a preocupação das primeiras gerações cristãs com a incredulidade (cf. também Mc 4,11-12). Os discípulos perguntam por que Jesus fala em parábolas, em vez de dizer as coisas direta e claramente. A resposta é: porque o Reino de Deus não é algo de evidência imediata. Não se mostra ao olhar superficial. Só é compreendido por quem quiser participar; por quem, na fé, se entrega à sua dinâmica. A realidade do Reino, nas parábolas, revela-se a quem crê e esconde-se a quem não crê. Por que alguns entendem, outros não? A uns é dado conhecer os mistérios do Reino, outros não chegam a abrir a casca da parábola (v. 11). É como nos negócios: a quem tem, será dado; a quem não tem, ainda se retira o pouco que tem (v. 12). É como no banco: quem tem bastante depósito, ganha crédito; mas quem não tem, não consegue nada e ainda vê sua conta secar por causa das tarifas... Jesus cita essa “regra bancária” não como um dogma, mas como ilustração, porque seu povo conhecia muito bem essas coisas! Jesus aplica essa imagem à fé. Os judeus farisaicos achavam que possuíam algo: o seu refinado conhecimento das regrinhas da Lei; mas esse “algo” não valia nada em vista da graça de Deus. Já aos que têm a fé, no sentido de abertura de um coração simples e humilde (cf. evangelho de domingo passado), a esses é dado conhecer o mistério do Reino.

Ora, a existência da incredulidade não contraria o plano de Deus: o projeto de Deus dá conta até da incredulidade. O confronto com a incredulidade já fazia parte do programa do profeta Isaías, citado no evangelho de hoje (Mt 13,14-15; os primeiros cristãos citavam com frequência essa passagem de Is 6,9-10; cf. também Jo 12,40; At 28,26-27). O ser humano é livre para ser incrédulo, mas o plano de Deus é tão grande, que consegue até incluir essa incredulidade... Segue, então,



mais uma felicitação para os simples e pequenos, que podem enxergar o que muitos profetas quiseram ver e não viram (v. 16-17; cf. evangelho do domingo passado). E os incrédulos, será que não conhecerão a salvação? Paulo, em Rm 9-11, debate-se com esse problema e só sabe responder que ninguém sonda o “abismo” da sabedoria de Deus (cf. Rm 11,33-36). A incredulidade ante a mensagem cristã não tem necessariamente por consequência a rejeição a Deus. Só Deus sabe quem se abre intimamente a ele e quem não. Mas os que, por causa da incredulidade, não conseguem acolher e fazer frutificar a Palavra carecem da felicidade de ser, desde já, povo-testemunha de Deus. Talvez se salvem, mas não podem cantar, já agora, as maravilhas do Senhor e reconhecer seu Reino em Jesus Cristo.

3. II leitura (Rm 8,18-23)

A segunda leitura, falando da “criação que anseia pela manifestação dos filhos de Deus”, dá sequência ao tema da vivificação pelo Espírito e da vida nova em Cristo, abordado na segunda leitura do domingo passado. Existir, para o ser humano, implica sofrer. No seu sofrimento, o ser humano exprime o gemido da criação inteira, ainda não libertada. Talvez seja por isso que tanto se procura reprimir esse gemido pelo mito da transformação tecnológica! Mas não é sufocando o grito da criação que o ser humano se realiza, e sim intermediando, como sacerdote, seu pleno desabrochamento. No ser humano, a criação deve participar da realidade divina, da “liberdade dos filhos de Deus” (Rm 8,23.21). No contexto imediatamente anterior, Paulo disse que recebemos o Espírito de Cristo, que clama em nós “*Abbá, Pai*”; o Espírito que nos transforma em filhos adotivos de Deus, cordeiros com Cristo, chamados para a glória com ele (cf. Rm 8,14-17). Mas essa glória ainda não se revelou em nós, embora já tenhamos recebido o Espírito como primícia, como sinal do benefício pleno. Por isso, nós

e toda a criação estamos ansiando por essa plenitude, como uma mulher em dores de parto (cf. Jo 16,21): o filho está aí, mas, até que se manifeste, a mãe tem de passar pelo trabalho de parto. É essa a situação nossa e de nosso mundo, solidário conosco.

III. Pistas para reflexão: o porquê das parábolas

Isaías disse que a palavra de Deus é eficaz “como a chuva no chão” (1ª leitura). Mas Jesus acrescenta: depende da acolhida dada pelo chão! A semente da palavra tem tudo para crescer, mas precisa ser acolhida num chão aberto, generoso, preparado... num coração acessível e profundo ao mesmo tempo (evangelho).

Jesus usa imagens, parábolas. Pode acontecer que uma pessoa simples as entenda, enquanto os de “coração empedernido” ouvem e veem exteriormente, mas não percebem interiormente o que a palavra significa – ao contrário da “terra boa”, que representa quem “ouve a palavra e a compreende”.

Jesus falou em parábolas, para que os mais simples pudessem entender e para que, assim, aparecesse o endurecimento daqueles que ouvem sem entender. Naqueles que ouvem e não compreendem, a palavra não cria raízes. Jesus explica as causas disso: o “maligno” (as forças contrárias a Jesus e ao Reino de Deus), a superficialidade, a desistência na hora da dificuldade, as “preocupações do mundo e a ilusão da riqueza”. Mas, graças a Deus, existem também aqueles que ouvem e compreendem e produzem fruto. A diferença está na disposição do ouvinte.

As causas da incompreensão da Palavra são ainda as mesmas hoje: estratégia das forças contrárias ao evangelho, consumismo, idolatria da riqueza. Em compensação, os “mistérios do Reino”, quando apresentados em imagens compreensíveis ao povo, são tão transparentes, que até os mais simples os entendem e



se tornam seus melhores propagandistas.

Importa, pois, prepararmos o chão dos corações, para que possam receber a Palavra. Importa combatermos as causas do “endurecimento”: dominação ideológica, alienação, consumismo, culto da riqueza e do prazer etc. Em nosso “combate” não devemos desprezar os meios humanos, principalmente a educação geral sólida e profunda. Em vez do fascínio dos sempre novos – e tão rapidamente envelhecidos – objetos de desejo, devemos fomentar a formação para a autenticidade e a simplicidade, a educação libertadora com vistas ao evangelho. Então, a Palavra, que desce como a chuva do céu, poderá penetrar no chão e fazer a semente frutificar.

16º DOMINGO DO TEMPO COMUM

20 de julho

Deus é paciente

I. Introdução geral

O tema principal das leituras de hoje é a grandeza de Deus. Deus é tão grande, que seu coração tem lugar para todos, também para os pecadores. Ele “contemporiza” até o momento em que eles terão de decidir se aceitam a sua graça, sim ou não. Isso nos ensina também algo sobre o pecado: com o tempo, o pecado se transforma, ou em arrependimento, ou no orgulho “infernai”, cujo fim é o destino dado ao joio de que fala a parábola do evangelho.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Sb 12,13.16-19)

A bela primeira leitura, tomada do livro da Sabedoria (escrito no tempo em que Je-

sus nasceu), ensina que o poder de Deus se mostra na capacidade de perdoar. O israelita piedoso (como também o “bom cristão”) gosta de dividir os seres humanos em bons e maus e, quando vê que Deus não observa essa divisão, chega a ponto de acusá-lo! Mas a sabedoria de Deus mostra-se tanto na paciência quanto no julgamento. Por outro lado, também os “bons” precisam da misericórdia de Deus. Já vimos, no domingo passado, que ninguém conhece a profundeza do pensamento de Deus. Incredulidade não significa necessariamente perdição. Como ainda muitos “bons cristãos” hoje, também os antigos judeus se admiravam de que Deus deixasse coexistir fé e incredulidade, justos e injustos. Mas Deus não precisa prestar contas a ninguém. Sua grandeza, ele a mostra julgando com benignidade, pois tem suficiente poder; Deus não é escravo de sua própria força (v. 18a)! Contrariando nossa impaciência e intolerância, Deus aguarda que talvez o injusto ainda se converta (v. 19; cf. Lc 13,6-9). Segundo o profeta Oseias, Deus exprime seu direito a ser paciente e generoso com a expressão: “Eu sou Deus, não ser humano” (Os 11,9). Em sua automanifestação a Moisés, em Ex 34,5-6, Deus se apresenta antes de tudo como misericordioso, clemente, lento na ira, mas rico em bondade e fidelidade. O salmo responsorial de hoje (Sl 86[85]) acentua exatamente esse tema da magnanimidade de Deus.

2. Evangelho (Mt 13,24-43)

A generosa paciência de Deus de que falamos é também o tema do evangelho. Em torno desse tema, Jesus bordou uma de suas mais eloquentes parábolas: a parábola do joio e do trigo. Quando, num campo, no meio do trigo, é encontrado o joio (erva ruim, cizânia), é muito imprudente extirpá-lo apressadamente, pois se poderia arrancar também o trigo. Melhor é ter paciência, deixar tudo amadurecer e, no fim, conservar aquilo que



serve e queimar a cizânia. Deus é tão grande, que no seu Reino há espaço até para a paciência com os incrédulos e injustos. Ele é quem julga.

Assim como fez com a parábola do semeador (cf. evangelho do domingo passado), também aqui Mateus provê a parábola de uma explicação (v. 36-43). O tempo da Igreja é o tempo do crescimento. No último dia, o joio será separado do trigo. Nem todos os que estão na Igreja são realmente dela, são “eleitos” dignos do povo de Deus (cf. a parábola da rede, Mt 13,47-50).

Antes da explicação da parábola do joio, são inseridas algumas outras parábolas, de semelhante inspiração campestre (v. 31-33: o grão de mostarda e o fermento). Ambas se referem ao incrível crescimento do Reino de Deus. Há, porém, diferenças de acento. Na parábola do grão de mostarda, o enorme crescimento do Reino, incomparável com seu humilde início, dá uma impressão de amplidão, de expansão, de espaço. Na parábola do fermento, é a força interior que é acentuada: um pouco de fermento faz a massa crescer e dá gosto ao todo. Assim, o ouvinte vai combinando os diversos acentos, para que tenha uma percepção bem rica do mistério do Reino.

Nos versículos 34-35, o evangelista faz uma consideração sobre a pedagogia de Jesus. Não foi para confundir o povo que Jesus falou por meio de parábolas. Contudo, sua pregação confundia, de fato, os que achavam que sabiam tudo (cf. Mt 13,12-15, domingo passado). Ora, para quem quiser escutar, cumpre-se, graças à pedagogia de Jesus, aquilo que o salmista havia anunciado muito tempo antes: revelam-se as coisas escondidas desde a formação do mundo (13,35, cf. Sl 78[77],2).

O tema principal para hoje é, pois, a *grandeza de Deus*, que tem lugar para todos, também para os pecadores, até o momento em que estes terão de decidir se aceitam a sua gra-

Qual o futuro do Cristianismo?

J. B. Libanio



Perceber as falhas do passado e as carências do presente não exige tanta acuidade de espírito como vislumbrar a aurora que está para nascer.

Caminhos de existência

J. B. Libanio



A vida humana transita por muitos caminhos. Nem sempre tomamos a consciência dos seus trajetos. As paisagens nos escapam da mirada, tão preocupados andamos com o solo que pisamos.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





ça ou não. Mas como viver num mundo onde coexistem fé e incredulidade, justiça e pecado (muitas vezes, dentro da mesma pessoa e também dentro da Igreja)? Como aceitar as pessoas, sem aceitar seu pecado nem a estrutura pecaminosa de nosso mundo? São perguntas candentes, que podem ser meditadas à luz da paciência – não tanto “histórica”, mas antes escatológica – de Deus: a paciência de Deus não tem fim; o que tem fim é o nosso tempo...

3. II leitura (Rm 8,26-27)

A segunda leitura nos ensina algo sobre a “espiritualidade”. Para muita gente, espiritualidade é uma espécie de conquista de si mesmo, um treinamento, uma ascese – tanto que, antigamente, nos seminários e institutos religiosos, “ascese e espiritualidade” eram estudadas no mesmo tratado. Ora, espiritualidade cristã existe quando o Espírito de Cristo vive em nós, toma conta de nós. Isso nada tem que ver, de per si, com ascetismo, uma vez que o Espírito adota até a nossa fraqueza. Nós nem sabemos rezar como convém, mas “o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis” (v. 26). O Espírito Santo auxilia nossa fraqueza. Fé e esperança são antecipações daquilo que ainda não está aí (cf. Rm 8,24). Assim, nossa vida cristã é uma vida “a amadurecer”, por enquanto inacabada. O “sopro” (= “espírito”) de Deus, “adotando” nossa fraqueza, ajuda a alma a se desenvolver desde sua infância espiritual. O Espírito conhece os dois “abismos”: o ser de Deus e o coração humano. Como não temos bastante amplidão, seu soprar em nós é um gemido dirigido a Deus. No entanto, ele já nos faz ser santos. Portanto, o importante é deixar-nos envolver por esse Espírito e não expulsá-lo pela autossuficiência do nosso próprio espírito. O Espírito de Cristo é que consegue dar conta da nossa fraqueza; o nosso, dificilmente...

III. Pistas para reflexão: paciência na evangelização

O evangelho de hoje (Mt 13,24-43) apresenta Jesus muito tolerante. Isso pode até desagradar a quem gostaria de um Jesus mais radical. A Igreja parece tão pouco radical... Por que não romper, de vez, com os que não querem acompanhar? Ou será que o radicalismo do evangelho é coisa diversa daquilo que imaginamos? Neste evangelho, Jesus descreve o Reino de Deus (o agir de Deus na história) em três parábolas. Na primeira, explica que, junto com os frutos bons (o trigo), podem crescer frutos menos bons (o joio, a erva ruim); é melhor deixar a Deus a responsabilidade de separá-los, na hora certa... Na segunda, ensina que o agir de Deus tem um alcance que sua humilde aparência inicial não deixa suspeitar (a sementinha). Na terceira, adverte que a obra de Deus, muitas vezes, é escondida, enquanto, invisivelmente, penetra e leveda o mundo, como o fermento na massa.

Nós gostamos de ver resultados imediatos. Somos dominadores e impacientes com os outros. Deus, ao contrário, tem tanto poder, que ele se domina a si mesmo... Não é escravo de seu próprio poder. Sabe governar pela paciência e pelo perdão (1ª leitura). Seu “reino” é amor, e este penetra aos poucos, invisivelmente, como o fermento. Impaciência em relação ao Reino de Deus é falta de fé. O crescimento do Reino é “mistério”, algo que pertence a Deus.

No tempo de Mateus, a impaciência era explicável. Os primeiros cristãos esperavam a volta de Cristo (a parusia) para breve. Hoje, já não é essa a razão da impaciência. A causa da impaciência, hoje, bem pode ser o imediatismo de pessoas aparentemente “superengajadas” – e podemos questionar se muito ativismo é realmente verdadeira generosidade a serviço de Deus ou apenas autoafirmação. É preciso dar tempo às pessoas para que fi-



quem cativadas pelo Reino, e a nós mesmos também. Isso exige maior fé e dedicação do que certo radicalismo mal compreendido, pelo qual são rechaçadas as pessoas que ainda estão crescendo.

Devemos ter paciência especial com aqueles que, vivendo em condições subumanas, não conseguem assimilar algumas exigências aparentemente importantes da Igreja: os jovens, as pessoas que “perderam a cabeça” (por causa das complicações da vida moderna urbana ou por causa da televisão, que pouco se preocupa em propor às pessoas critérios de vida equilibrada etc.). Devemos dar tempo ao tempo... e entrementes dar força ao trigo, para que não se deixe sufocar pelo joio.

Em nossas comunidades, importa cativar os outros com paciência. Fanatismo só serve para dividir. Moscas não se apanham com vinagre. Importa ter confiança em Deus, sabendo que ele age mesmo. Então, sentir-nos-emos seguros para colaborar com ele, com “magnanimidade”, com “grandeza de alma” (pois é assim que se deveria traduzir o termo “paciência”, tão desvirtuado...). Deus reina por seu amor, e o amor não força ninguém, mas cativa a livre adesão das pessoas.

17º DOMINGO DO TEMPO COMUM

27 de julho

Investir no Reino de Deus

I. Introdução geral

A liturgia de hoje tem acento duplo: *sapiencial* e *escatológico*. A segunda parte do evangelho é claramente escatológica (parábola da rede), e com isso sintonizam as orações. Mas o tema principal é o do “investimento” da pessoa naquilo que é seu valor supremo. Esse tema, mais sapiencial, retém nossa aten-

ção. Aparece na primeira parte do evangelho (o tesouro, a pérola) e na primeira leitura (o rei Salomão não pediu a Deus riqueza, e sim sabedoria, isto é, o dom de distinguir entre o bem e o mal).

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (1Rs 3,5.7-12)

O tema principal da liturgia de hoje é ilustrado pela primeira leitura: o rei Salomão não pede a Deus riqueza, e sim sabedoria, isto é, o dom de julgar e decidir acertadamente, “distinguindo entre o bem e o mal” (v. 9). Esta leitura nos convida a ler o episódio seguinte do livro dos Reis, a aplicação prática dessa sabedoria (1Rs 3,16-28: o “julgamento salomônico”). O próprio fato de não pedir outra coisa já mostra a sabedoria. Ainda assim, além da sabedoria, Deus lhe deu, como que “de brinde”, algumas coisas menos importantes (riqueza, fama, longa vida; cf. 1Rs 3,13-14).

2. Evangelho (Mt 13,44-52)

O evangelho contém as últimas parábolas e a conclusão do “sermão das parábolas” de Mt 13: as parábolas do tesouro e da pérola, que ensinam o pleno investimento no Reino (v. 44-46), e a parábola da rede, que ilustra a situação “mista” da Igreja (mistura de fiéis convencidos e de batizados mornos) até o tempo final (v. 47-50). Nos últimos versículos coloca-se a pergunta “compreendeis?” (v. 51), dirigida aos discípulos do tempo de Jesus e aos de hoje também. Esse “compreender” consiste em receber em si todas as palavras do Senhor, tiradas do tesouro que contém “coisas novas e velhas” (v. 52). As “coisas novas” são o novo ensinamento de Cristo; as “velhas”, a releitura cristã das antigas Escrituras e tradições judaicas. Essa releitura está sendo feita desde os primeiros tempos da



Igreja (a igreja judeu-cristã do evangelista Mateus) até hoje (por exemplo, na primeira leitura na liturgia dominical, no uso dos salmos etc.). Por esta razão, o mestre cristão é chamado de “escriba instruído no Reino dos Céus” (v. 52).

Olhemos primeiro as parábolas da pérola e do tesouro. O negociante que aparece na parábola da pérola é um homem de bem, perspicaz (como Salomão, na 1ª leitura). Ele arrisca tudo o que tem num investimento que lhe parece valer a pena (Mt 13,44). Para que o ouvinte compreenda melhor, esta parábola vem acompanhada de outra, que até parece elogiar a “especulação imobiliária”: um homem vende tudo para comprar um campo no qual está escondido um tesouro (v. 45-46). A lição destes textos é: *investir tudo* naquilo que é o mais importante. Isso parece sabedoria humana, mas aplica-se muito bem à realidade divina, ao Reino de Deus. Mas em que consiste, concretamente, o tesouro dessa parábola? Para discernir isso, precisamos da sabedoria que Salomão pediu (cf. 1Rs 3,9) e que lhe propiciou pronunciar juízos sábios (cf. 1Rs 3,16-28). Ora, sabendo que Deus tem predileção pelos que mais precisam, os pobres e desprotegidos, podemos pensar que neles está o melhor investimento. É isso que fez o diácono e mártir Lourenço quando o imperador lhe pediu que mostrasse os tesouros da Igreja: mostrou-lhe os pobres de Roma.

Essas parábolas sugerem duas *atitudes básicas*. Há um momento negativo, o *desprender-se* das posses que não vale a pena segurar. Pensando bem, Salomão relegou a riqueza material para o segundo plano (pelo menos, em sua oração). Mas fez isso em função do momento positivo, que é o *investir* naquilo que é realmente o mais importante, aquilo em que Deus mesmo investe: justiça e bondade, iluminadas pela sabedoria. A atitude negativa (o desprendimento) e a positiva (o investimento) são “dialéticas”:

uma não funciona sem a outra. Não somos capazes de nos desprender daquilo que é secundário se não temos claro o principal. Por falta do que é principal – a saber, o investimento do amor –, o esforço do desprendimento pode virar masoquismo, prazer em diminuir-se a si mesmo. Por outro lado, nunca conseguiremos investir o nosso coração para adquirir a pérola do Reino de Deus se não soubermos nos desprender das joias falsas que enfeitam nossa vida. Por isso, há tanto idealismo que não consegue ir além de um suspiro piedoso...

A leitura mais longa do evangelho apresenta ainda a parábola escatológica da rede, que encerra a coleção reunida no “sermão das parábolas” de Mateus (Mt 13,47-50). Esta parábola, muito semelhante à do joio e do trigo, lida no domingo passado, lembra que, no tempo atual, bons e ruins ficam misturados, mas no fim será feita a triagem. Na leitura evangélica abreviada, esta parábola fica fora, e o pregador que assim preferir pode deixar esse assunto para o fim do ano litúrgico (32º – 34º domingos do tempo comum). Contudo, esse pensamento escatológico dá um peso especial ao tema sapiencial do investimento, acima abordado. Ensina-nos que se trata de um investimento *para sempre*. Responde, assim, à pergunta dos antigos mestres espirituais: “Que é isso em vista da eternidade?” E serve também como antídoto contra o desânimo que pode tomar conta de nós ao constarmos, ao nosso redor, tanta coisa que não presta. No fim será feita a triagem.

3. II leitura (Rm 8,28-30)

Na segunda leitura, encontramos um dos textos maiores da carta aos Romanos: o planejamento de Deus e sua execução. Deus, como bom empreiteiro, faz todo o necessário para o bem daqueles que o amam, levando a termo a execução de seu desenho (“desígnio”) (v. 28). O texto é construído em redor da corrente conhecer-destinar-chamar-justificar-glo-



rificar: as fases do acabamento, por Deus, do ser humano; uma obra de arquiteto. Deus de antemão conheceu os que queria edificar, como um arquiteto tem o edifício na mente; ele os projetou (“predestinou”; o termo grego *proorizein* significa “planejar, projetar”) conforme o protótipo que é Jesus mesmo, seu Filho querido, ao qual ele gostaria que todos se assemelhassem. E aos que assim planejou, também os escolheu (“chamou”); os “justificou” (qual empreiteiro que verifica sua obra durante a execução, decidindo se serve ou não) e, arrematando a obra, os “glorificou” (como em certas regiões os construtores celebram o arremate coroando de flores a cumeeira da casa nova). O protótipo é Jesus Cristo mesmo: o primogênito dos mortos. O Espírito já nos tornou filhos (Rm 8,16). Agora é só levar a termo a obra de arte já iniciada (v. 30). E o distintivo do cristão é que ele tem consciência de ser essa obra (“sabemos”, v. 28).

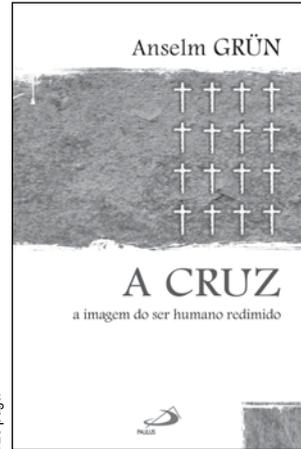
Esse texto nos faz entender o que os teólogos chamaram de “predestinação”: não significa que Deus criou uns para serem salvos e os outros (a “massa condenada”) para serem perdidos. Significa que, como bom empreiteiro, Deus faz tudo o que for preciso para completar perfeitamente a salvação naqueles que a ela se dispõem; e como conhece o coração de todos, ele também conhece os que se abrem à salvação e os que não se deixam atingir. O pregador que optar por acentuar a linha escatológica na liturgia de hoje (cf. Mt 13,47-52) encontrará nesta leitura um tema digno de reflexão.

III. Pistas para reflexão: escolher é renunciar

Renunciar não está na moda, é contrário à economia de mercado, ao consumo irrestrito... O evangelho, porém, mostra a atualidade eterna da renúncia. E para entender isso melhor, a liturgia nos lembra primeiro o exemplo de Salomão. Quando Deus o convi-

A cruz A imagem do ser humano redimido

Anselm Grün



120 págs.

Cada vez mais, a cruz coloca diante de nossos olhos a imagem do verdadeiro ser humano, que une em si todos os opostos. Ela é sinal do amor de Deus e, ao mesmo tempo, um constante protesto contra a repressão do sofrimento.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





dou para pedir o que quisesse, ele não escolheu poder e riqueza, mas sim sabedoria, para julgar com justiça (1ª leitura).

Jesus ensina o povo a escolher o que vale mais: o Reino de Deus. Para participar do Reino, vale pôr tudo em jogo, como faz um negociante para comprar um campo que esconde um tesouro ou para adquirir uma pérola cujo valor resiste a qualquer crise.

O que se contrapõe, nestas leituras, são, por um lado, as riquezas imediatas (materiais), por outro, o dom que Deus nos dá (para Salomão, a sabedoria no julgar; para nós, o Reino). Na hora de escolher, deve prevalecer o dom de Deus, e o resto tem de ser sacrificado se for preciso.

Qual seria o dom de Deus hoje? Aquilo que queremos ter em nosso poder, aquilo que com tanta insistência agarramos e procuramos segurar? Nossas posses, privilégios de classe, *status* etc.? Ou, antes, participar da comunhão fraterna, superar o crescente abismo entre ricos e pobres e transformar as estruturas de nossa sociedade, para que todos possam tomar parte na construção do mundo e da história que Deus nos confia? “Os pobres, nosso tesouro”, como apontou o diácono Lourenço ao imperador que desejava os tesouros da Igreja. Queremos investir tudo, os nossos bens materiais, culturais etc., para edificar uma sociedade que encarne melhor a justiça de Deus?

Às vezes, a gente preferiria não fazer escolha nenhuma e ficar com tudo: a riqueza, o poder e, além disso, Deus. Como os que, durante a semana, exploram seus funcionários, seus clientes e a sociedade toda, mas no domingo querem bela missa para Deus... Isso não vale. *Quem não escolhe não se realiza*. Para se realizar, é preciso decidir, e “de-cidir” é fazer uma cisão, cortar. Optar e renunciar é que nos torna gente. O grande escultor Michelangelo disse que realizava suas obras de arte cortando fora o que havia demais. Podemos meditar neste sentido sobre a segunda leitura de hoje: Deus, artesão perfeito, quer fazer de nós

uma obra de arte: conhece o material, projeta, escolhe, endireita... até coroar sua obra que somos nós, feitos imagem de seu Filho.

O cristão deve, de maneira absoluta, renunciar ao pecado; é essa uma das promessas de nosso batismo. Mas, se for preciso para servir melhor ao Reino de Deus, ele deve renunciar também a muitas coisas que não são más em si (riqueza, prestígio etc.). Pois o Reino vale mais do que tudo.

18º DOMINGO DO TEMPO COMUM

3 de agosto

O dom do pão

I. Introdução geral

A liturgia de hoje tem como acento principal o sinal do pão. Leva-nos a ver neste sinal uma revelação da “compaixão”, do terno amor de Deus para conosco; amor este que se revelou plenamente no dom de seu Filho, do qual o pão se tornou o sinal sacramental.

Esse sentido “místico”, porém, faz surgir também um sentido prático. Como realização escatológica da vontade de Deus, o sinal do pão tem sentido messiânico – o de “multiplicar o pão” –, e a comunidade escatológica de Jesus, que é a Igreja, não pode deixar de unir forças para enfrentar o problema da fome, no espírito de Cristo, não por cálculo de poder político, mas por verdadeira “compaixão”. Isso será certamente sinal da presença de Deus e de seu Reino.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Is 55,1-3)

Ouvimos primeiro o convite para o banquete messiânico segundo o capítulo 55 de



Isaías. Esse capítulo é a conclusão do Segundo Isaías (Is 40-55), que contém os textos da “tradição isaiana” compostos no fim do exílio babilônico (538 a.C.). O povo no exílio babilônico é representado como faminto e sedento, exatamente como o povo daquele outro “exílio” que foi o do Egito, oitocentos anos antes. A fome e a sede vividas no êxodo do Egito tornaram-se símbolos da fome e da sede do Deus vivo e próximo. Assim também, no fim do exílio, o povo poderia cair na tentação de se satisfazer com a vida à qual se acomodara na Babilônia e com os deuses babilônicos (Is 55,2). Mas nenhum ídolo feito e pago com ouro ou prata pode aliviar a sede que o ser humano tem do Deus vivo (também hoje). Para os judeus que voltam do exílio babilônico, o texto traz o convite de Deus para se saciarem com o dom de sua instrução, na Lei e no culto verdadeiro, dom que não exige dinheiro para comprar, como exigem as idolatrias do mundo.

2. Evangelho (Mt 14,13-21)

O evangelho narra a primeira multiplicação dos pães segundo Mateus. O conjunto Mt 14,13-16,12 é conhecido como a “seção do pão”. Comporta as duas multiplicações do pão (14,13-21 e 15,32-39), além de outros textos que tratam do pão (cf. 15,32-39; 16,9-12). A primeira multiplicação do pão (evangelho de hoje) ajuda o discípulo iniciado no Reino de Deus pelas parábolas (cf. Mt 13,1-52) a entender mais profundamente o mistério de Deus que se revela em Jesus. A multidão procura Jesus, que lhes dispensa os sinais do Reino (curas) e sua palavra. Mas depois de tanto falar, será que Jesus vai mandar o povo embora com fome? Impossível. “Vós, dai-lhes de comer”, diz Jesus. Confia a seus discípulos a missão de não deixar o povo com sua fome. Repartindo-se o pão, ele não faltará. Isso vale tanto para o pão da Palavra quanto para o pão material.

Na multiplicação dos pães, não é a façanha de Jesus que está no centro da atenção,

mas sua própria pessoa: ele é o Messias e Enviado do Pai. Depois de sua farta pregação na região da Galileia (cf. Mt 5-13), terminada com inquietante referência ao juízo (cf. 13,49-50), defrontamo-nos com o mistério da incredulidade em várias formas: na pátria de Jesus (cf. 13,53-58) e na figura de Herodes, intrigado com Jesus, julgando ser ele João Batista redivivo (cf. 14,1-2), pois o tinha mandado executar (cf. 14,3-12). Diante dessa incredulidade, Jesus muda de área, vai para o deserto (cf. 14,13), o lugar preferido para Deus encontrar sua gente. Aí afluem as multidões de pobres e humildes, os prediletos do Reino, e o Enviado de Deus, movido por “compaixão” – a qualidade divina por excelência (cf. 14,14) –, cura todos os seus enfermos. Quando, ao entardecer, chega a hora da refeição, Jesus realiza o que a primeira leitura (Is 55,1-3) prefigurou: o banquete que não exige riqueza. Aos discípulos, que querem mandar a turma embora, diz que eles mesmos lhes deem de comer – implicando-os assim, misteriosamente, na sua missão (como já fizera quando os chamou, cf. Mt 10,1; 11º domingo do tempo comum): nas suas mãos, enquanto distribuem, multiplica-se a humilde comida de uns pãezinhos e peixes até a fartura messiânica. A “compaixão”, a cura do povo, o deserto, a lembrança do alimento que Deus deu aos antigos israelitas, o convite de Is 55 para ver nisso uma nova aliança: eis alguns elementos que caracterizam esta cena como uma manifestação messiânica de Jesus. Para os cristãos imbuídos do espírito da liturgia, é uma prefiguração da ceia da nova aliança, celebrada na eucaristia.

3. II leitura (Rm 8,35.37-39)

A segunda leitura é a conclusão da primeira parte da carta aos Romanos: a exposição sobre a salvação pela graça de Deus e a fé em Jesus Cristo. “Nada nos pode separar do amor de Cristo.” Todos precisamos de re-



denção (cf. Rm 1,18-3,20), e ela nos é dada em Cristo, que nos introduz na vida do Espírito (cf. Rm 3,21-8,39). Ao fim desta seção, Paulo proclama a certeza de vencer os poderes adversários: estes nada conseguirão! A certeza que Paulo tem não vem de “provas” (da razão ou das Escrituras); é a convicção de quem já a experimenta (v. 38).

Ao terminar a primeira parte de sua carta, Paulo faz efusiva proclamação de fé e confiança na obra de Deus em Jesus Cristo. Se Deus é conosco (pois nos deu seu próprio Filho), quem será contra nós, quem nos condenará (Rm 8,31-34)? A leitura de hoje se inicia com a exclamação: “Quem nos separará do amor de Cristo?” (v. 35). “Amor de Cristo” significa o amor de Deus manifestado em Jesus Cristo (cf. v. 39), portanto, um amor que vence o mundo (cf. v. 37; 1Jo 5,1-5). Não se trata de amor sentimental. Paulo expressa o mesmo que escreve João: “Nós acreditamos no amor” (1Jo 4,16). Paulo está polemizando com os que situam a salvação em coisas que não são o amor de Deus manifestado em Jesus Cristo: o legalismo farisaico, a cultura helenística e tantos outros pretensos caminhos da salvação. Não, exclama Paulo com paixão: o que nos salvou é o amor que Deus nos mostrou em Jesus Cristo (cf. Rm 5,1-11), e esse amor não o largamos, ou melhor, ele não nos larga! Pois esse amor não é “criatura” (está ausente no elenco das criaturas nos vv. 38-39a, que inclui até os anjos), é graça de Deus mesmo.

III. Pistas para reflexão: o Reino de Deus e o pão do povo

No evangelho de hoje, Jesus se retira de sua cidade para outro lugar à beira do lago, e as multidões saem à sua procura. Movido de compaixão, Jesus cura os doentes no meio da multidão. Depois, não quer que o povo vá

embora com fome. Manda que os discípulos, com sua pequena reserva de cinco pães e dois peixes, alimentem a multidão. E saciam os cinco mil homens, sem contar mulheres e crianças...

Trata-se de um gesto profético de Jesus. O profeta Isaías tinha anunciado pão de graça (1ª leitura): o pão da sabedoria, da palavra, da instrução da Lei. Jesus “põe em prática” essa palavra profética, acrescentando também o pão material. A multiplicação do pão material é sinal de que Jesus nos alimenta com o pão que vem de Deus, sua palavra, a mensagem do Reino. É um gesto que inaugura o Reino. O pão material é o primeiro fruto do pão da Palavra...

Se a Igreja prega a Palavra, cabe-lhe também realizar gestos proféticos. Existem muitos famintos para que se justifique um novo “sinal do pão”, que realize, por um exemplo material, algo do Reino anunciado por Jesus. Não podemos falar do amor de Deus se não realizamos a justiça material (e vital) para a multidão, assim como Jesus dela teve “compaixão”. A fome de Deus será sempre o mais importante, mas a fome do pão é o mais urgente. O pão material não é o dom último, mas é um “aperitivo” do Reino. (Por isso devemos atentar para que ele tenha o gosto do Reino e não do materialismo.)

Na multiplicação dos pães, Jesus envolveu os discípulos em sua atuação; são eles que devem dar de comer à multidão. Seu lanche é insuficiente; mas, enquanto o repartem, Jesus faz que seja até mais do que suficiente. “Vós mesmos, dai-lhes de comer...” Não devemos aguardar até que o pão caia do céu. Devemos começar a repartir o que temos (economia da partilha *versus* economia de monopólio e de capitalização). Assim falaremos do Reino pelas nossas ações.

No pai-nosso, rezamos pedindo “o pão de cada dia”. Tudo é dom de Deus, também esta coisa mais elementar que é o pão de cada dia. Seu amor seria questionável se Deus não



nos desse o necessário para viver. Mas quem deve distribuir esse dom de Deus somos nós. Nosso empenho pelo pão cotidiano de todos dá credibilidade ao Reino de Deus.

19º DOMINGO DO TEMPO COMUM

10 de agosto

O Deus da brisa mansa

I. Introdução geral

As leituras de hoje falam de tempestade e escuridão. Elias, desanimado, procura Deus no monte no qual este se havia manifestado a Moisés. Deus lhe promete uma “entrevista”. Elias o espera, no vento, no terremoto, no fogo, mas é na brisa mansa que Deus lhe fala... No evangelho, vemos que, depois da multiplicação dos pães, Jesus manda os discípulos atravessar o mar sozinhos. Ele mesmo fica na montanha, para orar. No meio da noite, enquanto os discípulos lutam contra a tempestade, ele vai até eles, andando sobre o mar. Incute-lhes confiança: “Não tenhais medo”. Pedro se entusiasma, quer ir até ele sobre as ondas, mas duvida... Quais tempestades angustiam e enfraquecem nossa fé hoje? A Igreja passa por momentos difíceis. É tempo de recordar as palavras paradoxais do Pe. Arrupe, superior-geral dos jesuítas no tempo do Concílio Vaticano II: nunca o Senhor esteve tão perto de nós, porque nunca estivemos tão inseguros...

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (1Rs 19,9a.11-13a)

No seu zelo pelo único Senhor e sofrendo a perseguição da rainha Jezabel, adoradora

Como saborear a celebração eucarística

J. B. Libanio



Série de elementos litúrgicos que pode transformar o modo como vemos a Eucaristia, vindo a celebrá-la com muito mais sabor e profundidade; partindo de seu ponto fundamental, a compreensão do símbolo e do rito.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL

paulus.com.br



Ingressos meramente ilustrativos.



das divindades pagãs, o profeta Elias (c. 850 a.C.) invocou o fogo do céu sobre os sacerdotes de Baal, no monte Carmelo. Mas Deus o fez experimentar que o zelo não é sempre vitorioso e que sua vocação não é a violência, mas o serviço paciente. Elias, perseguido, fica sem força e foge até o Horeb, a montanha no deserto do Sinai onde anteriormente Deus tinha mostrado a sua grandeza a Moisés e ao povo de Israel durante o êxodo do Egito. Elias quase que deseja provocar Deus a mostrar novamente sua força e a esmagar aqueles que passaram os seus profetas a fio de espada (cf. 1Rs 19,9-10). E aí Deus lhe fala, porém não nos elementos violentos. Deus o manda esperar no cume da montanha. Passa um vento violento, mas Deus não está no vento violento; há um terremoto, mas Deus não está no terremoto; flameja o fogo, mas Deus não está no fogo. Depois, ouve-se o murmúrio de uma brisa ligeira... Então, Elias cobre o rosto e escuta a voz de Deus.

2. Evangelho (Mt 14,22-33)

Também no evangelho de hoje vemos os sinais de Deus superando a violência da natureza: a história de Jesus que anda sobre as águas e dá paz e segurança aos seus discípulos.

Na tradição sobre Jesus que Mateus acolhe no seu evangelho, a multiplicação dos pães (que mostra a participação dos discípulos na obra de Cristo) vinha seguida de uma cena em que os discípulos se encontram em dificuldades, no mar. Jesus, andando sobre as ondas, como Deus (cf. Jó 9,8; 38,16; Sl 77[76],17-19; Is 43,16) ou como a sabedoria de Deus (Eclo 24,8[5]!), vem-lhes prestar ajuda. Ao assumir as duas narrações dessa tradição (que se encontra em forma mais primitiva em Mc 6,35-52), Mateus modifica um pouco o sentido da marcha de Jesus sobre as águas, acentuando a figura de Pedro, fraco na fé. Assim fazendo, Mateus transforma a história numa lição de fé.

Deus não está necessariamente nas coisas grandiosas ou violentas. Apesar da violência humana, Deus é de paz e serenidade. A religiosidade mágica facilmente acredita que Deus se manifesta na tempestade. Mas ele se manifesta acalmando a tempestade. Na primeira leitura vimos que Deus falou depois da brisa mansa, para confiar a Elias nova missão. De modo semelhante, ele se manifestou em Cristo, diante dos apóstolos, que estavam lutando contra o vento no barco no lago de Genesaré.

Depois da multiplicação dos pães (cf. domingo passado), Jesus tinha feito seus discípulos atravessar sozinhos o lago de Genesaré. Ei-los agora confrontados com forças da natureza, às quais eles atribuíam uma origem maligna. Por trás dessa narração está um mundo de mitologia. O mar era visto como domínio de Leviatã, o monstro marinho, primitivamente considerado como divindade e mais tarde degradado até anjo ou diabo. A tempestade era a força do Inimigo, acreditavam os supersticiosos pescadores galileus. Então, Jesus lhes aparece andando sobre as ondas. Simão Pedro (só o Evangelho de Mateus conta este detalhe) sente-se logo animado e quer ir ao encontro de Jesus por sobre as ondas. Mas, de repente, vê novamente diante de si o vento e as águas e perde a confiança em si, mas não em Jesus, pois grita: “Senhor, salva-me” (cf. também o salmo responsorial). E Jesus o salva, mas não sem lhe censurar a falta de fé. E então, com um gesto que revela toda a sua majestade, Jesus acalma as ondas. Agora, os discípulos reconhecem-no como o Senhor, o Filho de Deus, e adoram-no.

O Deus que se manifesta em Jesus Cristo não é de tempestade, não é um Leviatã, mas um Deus rico em bondade e fidelidade (cf. aquela outra manifestação na montanha, Ex 34,5-6), o que não quer dizer um Deus de moleza – pois ele tem mais força que a tempestade. Mas ele quer que *não tenhamos*



medo. Não é um Deus que reina na base do medo, mas da confiança, da fé. Ora – e esta é a segunda consideração –, *a fé deve ser mais do que um momento passageiro de entusiasmo*. Se for só isso, logo de novo vamos, assim como Pedro, ver surgir Leviatãs de todos os lados. Fé semelhante a fogo de palha é pouca fé, para Cristo. Foi o que aconteceu com Pedro. “Se és tu, manda-me vir”... (a frase condicional mostra que ele ainda duvidava se era Jesus, manifestando-se como Filho de Deus, ou se era um fantasma, algum Leviatã; cf. v. 26).

3. II leitura (Rm 9,1-5)

Paulo, apesar de pregar a salvação universal para lá dos limites do judaísmo, está muito preocupado com a salvação dos judeus, seus parentes. O evangelho salva todo o que crê: primeiro o judeu, depois o grego (Rm 1,16). Antes da chegada de Cristo como Messias, os judeus tinham sido privilegiados (cf. Rm 3,1; 9,4). Eles têm até o Messias, o Cristo, pelo menos em termos de pertença natural e sociológica. Contudo, parece que não têm a salvação, pois não têm a fé no evangelho de Cristo. É sobre esse problema que Paulo reflete na segunda grande parte da carta aos Romanos (cap. 9-11); o trecho que ouvimos hoje é o início dessa parte. Paulo confessa sua paixão pelo povo de Israel, do qual é membro – embora tenha de combater o legalismo farisaico. Ele mesmo gostaria de ser condenado se, com isso, os seus irmãos judeus tivessem a salvação (v. 3). Palavra forte, mas não mero exagero: Paulo sabia que era impossível que os judeus estivessem pura e simplesmente perdidos. O plano de salvação, mesmo aberto aos gentios, vale também para os judeus. Como? Veremos isso nos próximos domingos. De toda maneira, tanta confiança tem Paulo no plano de Deus, que pode dizer: se Israel for totalmente rejeitado, então eu também (v. 3)!

III. Pistas para reflexão: Cristo abandonou a Igreja?

Deus é precedido pela tempestade, mas domina-a. É na calmaria que ele dirige a palavra a Elias. Jesus domina as ondas do lago e dissipa o pânico dos discípulos. Sua manifestação é um convite a ter fé nele. Os doze, o barco, o porta-voz Pedro: tudo isso evoca a Igreja, abalada pelas tempestades da história, enquanto Cristo parece estar demorando a chegar – pois os primeiros cristãos esperavam vivamente e para breve a nova vinda de Cristo, a parusia, que sempre mais parecia tardar a realizar-se. A mensagem da narrativa parece ser que a Igreja deve acreditar na presença confortadora de seu Senhor. Mas nessa fé podem aparecer falhas, como no caso de Pedro...

Que tempestades e escuridão angustiam a Igreja hoje? Cristo nos parece estar longe, não percebemos sua presença...

A Igreja, como poderosa instituição, está sendo atingida pelo desmantelamento da força política que, durante muito tempo, lhe serviu de sustentáculo: o Ocidente e suas extensões coloniais. “Morreu a cristandade”, o regime no qual Igreja e Sociedade se identificavam. Sociologicamente falando, a Igreja aparece sempre mais como o que era no início: mera comunidade de fiéis, sem maior peso civil que as sociedades culturais, círculos literários e clubes de futebol (e olhe lá!). Quem ainda não acostumou os olhos a essa redução de poder e destaque sociológico tem dificuldade de enxergar a presença de Cristo.

As dificuldades que a Igreja enfrenta hoje devem nos fazer enxergar melhor a presença de Cristo em novos setores da Igreja, sobretudo na população empobrecida e excluída da sociedade do bem-estar globalizado. De repente, Jesus se manifesta como calmaria no ambiente tempestuoso das “periferias” do mundo, na simplicidade



das comunidades nascidas da fé do povo. Temos coragem para ir até ele ou duvidamos ainda, deixando-nos “levar pela onda”?

20º DOMINGO DO TEMPO COMUM /
ASSUNÇÃO DE N. SENHORA

17 de agosto

A Mãe gloriosa e a grandeza dos humildes

I. Introdução geral

Em 1950, o papa Pio XII proclamou o dogma da Assunção de Nossa Senhora ao céu. Um dogma é um marco referencial de nossa fé, do qual ela não pode retroceder e sem o qual ela não é completa. Proclamamos que Maria, no fim de sua vida, foi acolhida por Deus no céu “com corpo e alma”, ou seja, coroada, plena e definitivamente, com a glória que Deus preparou para os seus santos. Assim como ela foi a primeira a servir Cristo na fé, é a primeira a participar na plenitude de sua glória, a “perfeitissimamente redimida”. Maria foi acolhida completamente, de corpo e alma, no céu porque ela acolheu o céu nela, inseparavelmente.

A presente festa é grande felicitação de Maria por parte dos fiéis, que nela veem, a um só tempo, a glória da Igreja e a prefiguração da própria glorificação. A festa tem uma dimensão de *solidariedade* dos fiéis com aquela que é a primeira a crer em Cristo e, por isso também, é a mãe de todos os fiéis. Daí a facilidade com que se aplica a Maria o texto do Apocalipse, na primeira leitura, originariamente uma descrição do povo de Deus, que deu à luz o Salvador e depois se refugiou no deserto. Na segunda leitura, a assunção de Maria ao céu é considerada

como antecipação da ressurreição dos fiéis, que serão ressuscitados em Cristo. Observe-se, portanto, que a glória de Maria não a separa de nós, mas a torna unida a nós mais intimamente.

Merece consideração, sobretudo, o texto do evangelho, o *Magnificat*, que hoje ganha nova atualidade, por traduzir a pedagogia divina: *Deus recorre aos humildes para realizar suas grandes obras*. Esse pensamento pode ser o fio condutor da celebração. Na homilia, convém que se repita e se faça entrar no ouvido e no coração esse pensamento ou uma frase do *Magnificat* que o exprima.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Ap 11,19a; 12,1.3-6a.10ab)

O sinal da Mulher, no Apocalipse, aplica-se, em primeiro lugar, ao povo de Deus, do qual nasce o Messias: à Igreja do Novo Testamento, nascida dos que seguem o Messias. Aparece no céu a Mulher que gera o Messias; as doze estrelas indicam quem ela é: o povo das doze tribos, Israel – não só o Israel antigo, do qual nasce Jesus, mas também o novo Israel, a Igreja, que, no século I d.C., quando o livro foi escrito, precisava esconder-se da perseguição até que, no fim glorioso, o Cristo pudesse revelar-se em plenitude. Ao ouvir esse texto, a liturgia pensa em Maria. Maria assunta ao céu sintetiza em si, por assim dizer, todas as qualidades desse povo prenhe de Deus, aguardando a revelação de sua glória.

2. II leitura (1Cor 15,20-27a)

No quadro da glória celestial, a segunda leitura evoca a visão da vitória de Cristo sobre a morte (presente também na liturgia da festa de Cristo Rei, no ano A). O sinal da vitória definitiva de Cristo é a ressurreição, seu



triufo sobre a morte. Essa vitória se realizou na sua própria morte e se realizará também na morte dos que o seguem. Maria já está associada a Jesus nessa vitória definitiva; nela a humanidade redimida reconhece sua meta.

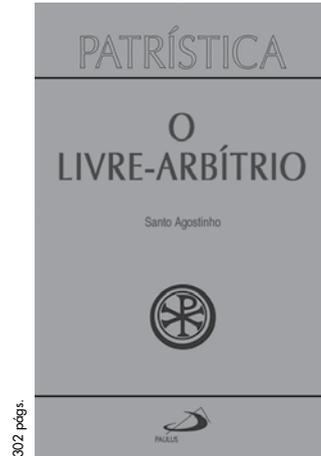
3. Evangelho (Lc 1,39-56)

O Evangelho de hoje é o *Magnificat*. O quadro narrativo é significativo: Maria vai ajudar sua parenta Isabel, grávida, no sexto mês. Ao dar as boas-vindas à prima, Isabel interpreta a admiração dos fiéis diante daquilo que Deus operou em Maria. Esta responde, revelando sua percepção do mistério do agir divino: um agir de pura graça, que não se baseia em poder humano; pelo contrário, envergonha este poder, ao elevar e engrandecer o pequeno e humilhado que, porém, se dedica ao serviço de sua vontade amorosa. O amor de Deus se realiza não por meio da força, mas da humilde dedicação e doação. E nisso manifesta sua grandeza e glória.

O *Magnificat*, hoje, ganha nova atualidade, por traduzir a pedagogia divina: Deus recorre aos humildes para realizar suas grandes obras. Ele escolhe o lado de quem, aos olhos do mundo, é insignificante. Podemos ler no *Magnificat* a expressão da consciência de pessoas “humildes” no sentido bíblico: rebaixadas, humilhadas, oprimidas. A “humildade” não é vista como virtude aplaudida, mas como baixo estado social mesmo, como a “humilhação” de Maria, que nem tinha o *status* de casada, e de toda a comunidade de humildes, o “pequeno rebanho” tão característico do Evangelho de Lucas (cf. 12,32, texto peculiar de Lc). Na maravilha acontecida a Maria, a comunidade dos humildes vê claramente que Deus não obra por meio dos poderosos. É a antecipação da realidade escatológica, na qual será grande quem confiou em Deus e se tornou seu servo (sua serva), e não quem quis ser grande pelas próprias forças, pisando os outros. Assim, realiza-se tudo o que Deus deixou entrever desde o tempo dos patriarcas (as promessas).

O livre-arbítrio Patrística – Vol. 8

Santo Agostinho



O tema principal é a liberdade do ser humano e a origem do mal moral. Para Agostinho, a fonte do pecado está no abuso da liberdade, sendo, entretanto, o livre-arbítrio um grande dom de Deus.

Ingeners meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





A glorificação de Maria no céu é a realização dessa perspectiva final e definitiva. Em Maria são coroadas a fé e a disponibilidade de quem se torna servo da justiça e da bondade de Deus – impotente aos olhos do mundo, mas grande na obra que Deus realiza. É a Igreja dos pobres de Deus que hoje é coroada.

A celebração litúrgica deverá, portanto, suscitar nos fiéis dois sentimentos dificilmente conjugáveis: o triunfo e a humildade. O único meio para unir esses dois momentos é pôr tudo nas mãos de Deus, ou seja, esvaziar-se de toda glória pessoal, na fé em que Deus já começou a realizar a plenitude das promessas.

Em Maria vislumbramos a combinação ideal da glória e da humildade: ela *deixou Deus ser grande* na sua vida.

III. Pistas para reflexão: a Mãe gloriosa e a grandeza dos pobres

O *Magnificat* de Maria é o resumo da obra de Deus com ela e em torno dela. Humilde serva – faltava-lhe o *status* de mulher casada –, foi “exaltada” por Deus para ser mãe do Salvador e participar de sua glória, pois o amor verdadeiro une para sempre. Sua grandeza não vem do valor que a sociedade lhe confere, mas da maravilha que Deus nela opera. Aconteceu um *diálogo de amor entre Deus e a moça de Nazaré*: ao convite de Deus responde o “sim” de Maria, e à doação dela na maternidade e no seguimento de Jesus responde o grande “sim” de Deus, com a glorificação de sua serva. Em Maria, Deus tem espaço para operar maravilhas. Em compensação, os que estão cheios de si mesmos não o deixam agir e, por isso, são despedidos de mãos vazias, pelo menos no que diz respeito às coisas de Deus. O Filho de Maria coloca na sombra os poderosos deste mundo, pois, enquanto estes oprimem, ele salva de verdade.

Essa maravilha só é possível porque Maria não está cheia de si mesma, como os que confiam no seu dinheiro e *status*, mas é “cheia de graça”. Ela é serva, está a serviço – também de sua prima, grávida como ela –, e por isso sabe colaborar com as maravilhas de Deus. Sabe doar-se, entregar-se àquilo que é maior que sua própria pessoa. *A grandeza do pobre é que ele se dispõe a ser servo de Deus*, superando todas as servidões humanas. Ora, para que seu serviço seja grandeza, o fiel tem de saber decidir a quem serve: a Deus ou aos que se arrogam injustamente o poder sobre seus semelhantes. Consciente de sua opção, quem é pobre segundo o espírito de Deus realizará coisas que os ricos e os poderosos, presos na própria autossuficiência, não realizam: a radical doação aos outros, a simplicidade, a generosidade sem cálculo, a solidariedade, a criação do homem novo para um mundo novo, um mundo de Deus.

A vida de Maria, a “serva”, assemelha-se à do “servo”, Jesus, “exaltado” por Deus por causa de sua fidelidade até a morte (cf. Fl 2,6-11). De fato, o amor torna as pessoas semelhantes entre si. Também na glória. Em Maria realiza-se, desde o fim de sua vida na terra, o que Paulo descreve na segunda leitura: a entrada dos que pertencem a Cristo na vida gloriosa concedida pelo Pai, uma vez que o Filho venceu a morte.

Congratulando Maria, congratulamo-nos a nós mesmos, a Igreja. Pois, mãe de Cristo e mãe da fé, Maria é também mãe da Igreja. Na “mulher vestida de sol” (primeira leitura) confundem-se os traços de Maria e os da Igreja. Sua glorificação são as primícias da glória de seus filhos na fé.

No momento histórico em que vivemos, a contemplação da “serva gloriosa” pode trazer uma luz preciosa. Quem seria a “humilde serva” no século XXI, século da publicidade e do sensacionalismo? Sua história é: serviço humilde e glória escondida em Deus. Não se assemelha a isso a Igreja dos pobres? A exal-



tação de Maria é sinal de esperança para os pobres. Sua história também joga luz sobre o papel da mulher, especialmente da mulher pobre, “duplamente oprimida”. Maria é “a mãe da libertação”.

21º DOMINGO DO TEMPO COMUM

24 de agosto

A responsabilidade de Pedro

I. Introdução geral

O acento principal da liturgia de hoje está no “poder das chaves”, confiado ao líder dos primeiros discípulos de Jesus, Pedro apóstolo. A chegada do papa Francisco mostrou a importância do serviço que o bispo de Roma exerce para o bem da Igreja e do mundo. É um exemplo de poder-serviço, o oposto do poder pelo poder, fenômeno que tão facilmente se infiltra nas estruturas deste mundo. A comunidade de Jesus deve mostrar uma alternativa.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Is 22,19-23)

A primeira leitura narra a missão de Isaías junto a Sobna, prefeito do palácio (a cidade-templo de Jerusalém), para o depor do cargo e instalar no seu lugar Eliacim, filho de Helcias, “pondo sobre seus ombros as chaves da casa de Davi” (v. 22). Ao prefeito ou mordomo do palácio cabia a tarefa de admitir ou recusar as pessoas diante do rei, como também a responsabilidade de sua hospedagem; daí ele ser chamado de “pai para os habitantes de Jerusalém”: aquele que dirigia a casa.

Os oráculos contra o prefeito do palácio, Sobna (cf. também Is 22,24-25), estão, na verdade, um tanto deslocados no livro de Isaías. Encontram-se inseridos no meio dos oráculos contra as nações pagãs. Não pertencem ao Isaías original, mas refletem o interesse de promover a figura de Helcias, homem de confiança do rei Josias, por volta de 620 a.C. Lembram que o “poder das chaves”, isto é, a administração da família real, tinha sido transferido de Sobna para Eliacim.

2. Evangelho (Mt 16,13-20)

O evangelho de hoje põe em cena a profissão de fé em Jesus como Messias. Jesus, primeiro, indaga a respeito do que o povo diz sobre ele e, depois, pergunta aos doze apóstolos: “E vós, quem dizeis que eu sou?” (v. 15). Simão toma a palavra e responde, certamente em nome dos outros: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo” (v. 16). Por isso, Jesus confirma Pedro na sua função de porta-voz da fé eclesial. Ele será, até o tempo da parusia, o rochedo, o fundamento firme da Igreja, que deverá resistir a muitas investidas.

Jesus felicita Pedro, porque ele falou o que Deus lhe revelou (“não carne e sangue, mas meu Pai que está no céu”, v. 17). Depois, dá a Simão um nome novo, que em aramaico soa *Kefas* e em grego, Pedro. Significa “rocha”. Na mesma frase, Jesus compara a Igreja a uma cidade contra a qual a outra cidade, chamada de “portas do inferno”, não tem poder algum. E confia a Pedro as chaves dessa cidade. À luz da primeira leitura, podemos dizer que Pedro é o “prefeito” dessa cidade. Ele tem o poder de ligar (= ordenar, obrigar) e de desligar (= deixar livre), portanto, o dom do governo, ratificado por Deus: o que o responsável faz aqui na terra, Deus o ratifica no céu.

Nesse relato, os v. 17-19, dedicados a Pedro, são típicos de Mateus. Não aparecem no texto paralelo de Marcos (Mc 8,27-30). Mateus traz ainda outros textos sobre Pedro



que os outros evangelhos não trazem (por exemplo, Mt 14,28-31, no evangelho de domingo retrasado). Mateus insiste que Pedro é quem responde pela fé da Igreja. Este é o “carisma” de Pedro, não uma inspiração de “carne e sangue”, mas um dom de Deus mesmo (Mt 16,17). Pedro deve enunciar a palavra decisiva quando é preciso formular aquilo que a Igreja indefectivelmente assume na sua fé. Essa condição tem por objeto a fé que a Igreja quer conservar e expressar (mas não a fórmula considerada de modo meramente verbal). E Pedro, sendo aquele que respondeu à pergunta de Jesus, responde também pelo governo, embora não em seu próprio nome, mas como prefeito-mor-domo da casa do Cristo.

O texto deixa claro que Simão se tornou chefe pela iniciativa de Cristo (imposição do novo nome). Liderar a Igreja não pode ser uma ambição pessoal. Na comunidade cristã não há lugar para tais ambições (cf. Mt 18,1-4; 20,24-28). Só porque o único Mestre e Senhor assim o quer, Pedro pode assumir essa responsabilidade; e, do mesmo modo, os seus sucessores. Por isso, desde o início da Igreja, sob invocação do Espírito Santo, o papa é *escolhido* – provavelmente a mais antiga tradição ininterrupta de governo por eleição que existe no mundo! O salmo responsorial sublinha, aliás, que Deus olha para os humildes ao distribuir os seus dons.

3. II leitura (Rm 11,33-36)

A segunda leitura de hoje é o hino pelo qual Paulo conclui a parte doutrinal da epístola aos Romanos, tendo versado durante onze capítulos sobre o mistério da salvação e da justificação gratuita pela graça de Deus e pela fé em Jesus Cristo. É o hino à insondável sabedoria de Deus, manifestada em Jesus Cristo. Nos capítulos 9-11 da carta aos Romanos, Paulo revela seu espanto diante do fato de que não Israel, mas as nações pagãs foram os primeiros a encontrar a salvação

pela fé. Mas ele mostra também sua convicção de que Israel seguirá, afinal, o caminho das promessas das quais foi o destinatário primeiro. Considerando agora o plano de Deus num olhar global, o espanto de Paulo se transforma em admiração. Depois de ter meditado tanto, só lhe resta exclamar a imensurável profundidade deste mistério da graça. Deus não fica devendo a ninguém. “Quem primeiro deu-lhe o dom (a graça), para receber em troca?” (v. 35). Este hino cabe em qualquer circunstância de nossa vida.

III. Pistas para reflexão: o “poder das chaves”

Costumamos dizer que o papa detém o “poder das chaves”. Mas que significa isso? A liturgia de hoje nos ajuda a compreender melhor esse tema. Pela primeira leitura, aprendemos que “o poder das chaves” significa a administração da casa ou da cidade. O administrador do palácio do rei, Sobna, será substituído por Eliacim, que receberá “as chaves da casa de Davi”. No evangelho, Pedro, em nome dos doze apóstolos, proclama Jesus Messias e Filho de Deus. Jesus, em compensação, proclama Pedro fundamento da Igreja e confia-lhe “as chaves do Reino dos Céus”. Dá-lhe também o poder de “ligar e desligar”, o que significa obrigar e deixar livre, ou seja, o poder de decisão na comunidade (em Mt 18,18, esse poder é dado à Igreja como tal).

“As chaves do Reino dos Céus” significam o ministério ou serviço pastoral; portanto, uma realidade no nível da fé. Nessa expressão, “Reino dos Céus” não é o céu como vida do além, mas o Reino de Deus (os judeus chamavam a Deus de “os Céus”). Trata-se do Reino de Deus entendido como comunidade, contraposta às “portas do inferno”, a cidade de Satanás, que não prevalecerá sobre a comunidade cujas chaves Pedro recebe. Trata-se, pois, de duas cidades que se enfrentam *aqui na terra*. Pedro é o prefeito da cida-



de de Deus aqui na terra. Respondendo pelos Doze, administra as responsabilidades da fé e da evangelização. Na medida em que a Igreja realiza algo do Reino de Deus neste mundo, Jesus pode dizer que Pedro tem “as chaves do Reino dos Céus”, isto é, do domínio de Deus. Ele administra a comunidade de Deus no mundo. Quem exerce esse serviço hoje é o papa, bispo de Roma e sucessor de Pedro.

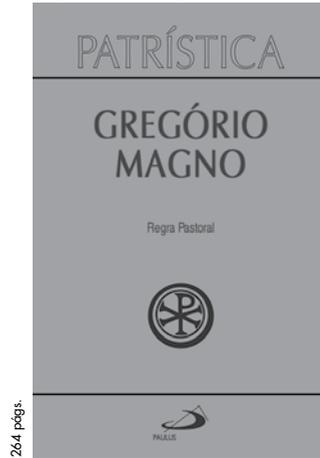
Mas já os antigos romanos diziam: o prefeito não deve se meter nas mínimas coisas. Pedro e seus sucessores não exercem sua responsabilidade sozinhos. A responsabilidade ordinária está com os bispos, como pastores das “igrejas particulares” (= dioceses). É o que se chama de colegialidade dos bispos. O bispo de Roma, irmão eleito entre seus pares, deve cuidar especificamente dos problemas que dizem respeito a *todas* as igrejas particulares. O papa é o “Servo da Unidade”.

Há quem não goste de que se fale em “poder” na Igreja, muito menos no poder papal. Mas quem já teve de coordenar algum *serviço* sabe que *precisa de autoridade*, pois senão nada acontece. No desprezo da “administração pastoral” da Igreja pode haver um quê de antiautoritarismo juvenil. Aliás, os jovens de hoje, pelo menos de modo confuso, já estão cansados do antiautoritarismo e percebem a falta de autoridade. Sem cair no autoritarismo de épocas anteriores, convém ter uma compreensão adequada da *autoridade como serviço* na Igreja. O evangelho nos ensina que essa autoridade está intimamente ligada à fé. Pedro é responsável pelo governo porque “respondeu pela fé” dos Doze.

Por outro lado, se é verdade que Pedro e seus sucessores têm a última palavra na responsabilidade pastoral, eles devem também escutar as “penúltimas” palavras de muita gente. Devemos chegar a uma obediência adulta na Igreja: colaborar com os responsáveis num espírito de unidade, sabendo que se trata de uma causa comum, não nossa, mas de Deus. Nem mistificação da autoridade, nem anarquia.

Regra pastoral Patrística - Vol. 28

Gregório Magno



Descrição do dinamismo entre o ser e o agir do pastor; obra de grande atualidade e utilidade, não só para ministros ordenados, mas para todos os envolvidos em atividades pastorais.

Ingresso meramente ilustrativo.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





22º DOMINGO DO TEMPO COMUM

31 de agosto

O seguimento de Jesus

I. Introdução geral

Pedro apóstolo, mesmo depois de sua indicação como chefe da comunidade de Jesus (evangelho do domingo passado), não entendeu que o caminho de Jesus é o caminho da abnegação de si – se preciso, até a morte. Se nem mesmo Pedro compreendeu isso, o que dizer da sociedade atual! A liturgia de hoje nos convida a refletir sobre a missão da comunidade de Jesus num mundo dominado pela realização imediata do desejo.

II. Comentário dos textos Bíblicos

1. I leitura (Jr 20,7-9)

O primeiro texto da liturgia da Palavra de hoje apresenta o profeta Jeremias “seduzido” por Deus para um trabalho ingrato. Já desde o início, Jeremias não gostou da vocação profética (cf. 1,6). Seu temperamento sensível não era o de um lutador contra os abusos religiosos e sociais de seu tempo e, sobretudo, não servia para proclamar as catástrofes que viriam sobre Judá. Aliás, essas catástrofes se faziam esperar, mas não assim o escárnio e a perseguição que caíram sobre o profeta! Por isso, o profeta chega a amaldiçoar sua própria existência (cf. 15,10-21). Mas, sempre de novo, sua revolta o reconduz a seu Senhor.

Hoje em dia, há muitos que passam por profetas. Mas ser profeta não é fácil, tampouco seguir um profeta. Jeremias descreve sua vida de profeta como uma sedução. “Entrei numa fria”, diríamos hoje. Desde o começo,

foi um tanto recalcitrante (cf. 1,6). Até quis fazer greve (cf. Jr 20,9), mas a voz de Deus era como um fogo ardente no seu peito. Não conseguia reprimi-la... Tal é a sorte do profeta. Deus não deixa o profeta em paz quando tem uma mensagem desagradável a ser transmitida. O profeta, sempre de novo, deverá ferir os ouvidos.

2. Evangelho (Mt 16,21-27)

Com a profissão de fé messiânica, apresentada na liturgia de domingo passado, relacionam-se, nos três evangelhos sinóticos, a predição da paixão e o tema do seguimento de Jesus no sofrimento. Pedro mostra-se novamente porta-voz, mas, desta vez, da incompreensão diante do mistério. Que o Messias e sua Igreja devem sofrer é um ensinamento difícil de compreender e que terá de ser repetido e aprofundado sempre de novo.

Jesus sabia que esse era o seu caminho. Sabia que sua visão de Deus e do mundo não concordava com aquilo que o povo esperava, sobretudo os chefes. Pois é grande a diferença entre uma religião que só busca comprar o benefício de Deus (e, se possível, o céu) e uma fé que incansavelmente procura a vontade de Deus (seu incansável amor)! Quem não se quer converter da falsa segurança não pode tolerar a presença do incômodo profeta de Nazaré.

Simão Pedro, o mesmo que, pouco antes, proclamara a fé em Jesus Messias e, por isso, se tornara o responsável dos seus irmãos, ainda não entendia a sorte do profeta. Pensava ainda em termos de sucesso, não em termos de cruz. Afinal, é agradável termos igrejas cheias, obras funcionando bem, entrevistas na TV etc. Mas quem acha isso mais importante do que a fidelidade à Palavra de Deus – mensagem amarga, que deve ser proclamada até o fim – não é digno de Jesus Cristo. É um “adversário” dele (em hebraico, um “Satanás”). Para seguir Jesus, é preciso sentir o que Deus sente e não o que as pessoas acham...



A partir daí, Jesus começa a falar do seguimento. Seguir Jesus é renunciar a si mesmo, isto é, aos próprios conceitos feitos e acabados. É assumir a própria cruz, a condenação humana, a degradação total... Diante da exigência da missão profética, querer salvar-se é perder-se (deixar de se realizar na missão de Deus). No modo como hoje traduzimos o texto, Jesus fala em “perder sua vida”, mas na língua original se dizia: “perder sua alma”, significando “alma” a vida em toda a sua profundidade e totalidade. Jesus não apregoa o desprezo da vida corporal em favor de uma alma puramente espiritual, como às vezes se entende a expressão “salvar a alma”. Corpo e alma constituem uma unidade, o ser humano que interessa a Deus inteiramente! Salvar a alma é realizar a própria vida autenticamente. E com “perder sua alma/vida” (aos olhos humanos), Jesus quer dizer: arriscar toda a sua vida. Arriscando-nos inteiramente por Jesus, salvamos nossa alma/vida de verdade e nos realizamos como filhos e filhas de Deus.

A fidelidade à mensagem de Deus nos põe diante de uma escolha: garantir o sucesso aos olhos do mundo (ganhar o mundo todo, que é, no fundo, perder a própria alma/vida) ou ganhar a própria alma/vida diante de Deus. Devemos escolher entre uma realização superficial (diante das pessoas) e a realização radical de nossa vida (diante de Deus). Ora, que podemos dar em troca dessa realização radical? E essa, que pode pôr em jogo até a nossa vida corporal, será sancionada pelo próprio Jesus, que entrou na glória porque pôs em jogo sua vida por nós.

Quem descobre a visão de Deus sobre a realidade (sobre a estrutura socioeconômica, a estrutura religiosa, o abuso ecológico, o esbanjamento dos bens vitais, o cinismo da guerra, a usurpação dos direitos humanos, o desprezo da verdade – tudo o que está em desacordo com Deus) fica, como os profetas, “assombrado” pela mensagem de Deus: só consegue “desfazer-se” dela proclamando-a... e cor-

rendo o risco da rejeição. A não ser que sufoque a própria alma num suicídio espiritual.

Neste evangelho, Jesus anuncia sua paixão e morte. Devemos entender bem isso. Jesus sabia que o esperava uma morte de profeta. Mas ele não procurava a morte. Ele morreu porque a fidelidade à palavra do Pai o levou a isso. Se os homens se tivessem convertido à sua palavra, ele não teria sofrido (cf. Mt 26,39-42)! Enfrentou até o fim a “dureza de coração” da humanidade, para dar seu testemunho do amor infinito de Deus.

3. II leitura (Rm 12,1-2)

Nos capítulos 1 a 11 da carta aos Romanos, Paulo descreveu a salvação pela graça de Deus (e pela fé do ser humano). Diante dessa “misericórdia de Deus” (Rm 12,1, início do trecho de hoje), Paulo propõe uma prática de vida que é o “culto razoável”, adequado: as recomendações morais de Rm 12-14. Falando segundo a compreensão judaica, Paulo compara a vida com um sacrifício. Sacrifício não é necessariamente destruição ou negação; significa que algo é transformado pela santificação. Nesse sentido, a vida do cristão é santificada, já não é como a do mundo. O cristão é crítico em relação ao mundo: assume o que é valioso e rejeita o que não o é. Assim, encarna a ação salutar de Cristo no mundo. Esta leitura de Rm 12,1-2 recebe uma luz particular do evangelho de hoje: oferecer-nos como hóstias vivas a Deus não é desprezar a nós mesmos, mas é “culto razoável”, cultivo coerente e consequente da vontade de Deus – sermos plenamente seus (seu povo, seus filhos, seus profetas), não nos conformando a este mundo, mas procurando conformidade com a vontade de Deus.

III. Pistas para reflexão: tomar a cruz e seguir Jesus

“Tomar a cruz e seguir Jesus”: essa é a lição do evangelho de hoje. Mas o que o mun-



do nos ensina é outra coisa. Hoje em dia não se tolera nada que restrinja o prazer e o poder: “É proibido proibir”. Privar-se de algum prazer é contrário ao que ensinam os grandes doutrinadores da sociedade – a publicidade, a televisão... “Chega desse cristianismo triste! Para que falar em cruz e sacrifício?”

No domingo passado, vimos que Pedro, com entusiasmo, proclamou a fé em Jesus Messias. Mas, no evangelho de hoje, Jesus começa a ensinar que “o Filho do homem” vai sofrer e morrer. Ao ouvir essas palavras, Pedro fica indignado. Jesus o repreende, porque pensa segundo categorias humanas e não segundo o projeto de Deus. E ensina-lhe que, para segui-lo, é preciso assumir a cruz. Séculos antes, Jeremias já experimentara a estranha lógica de Deus. Ele disse abertamente que Deus o “seduziu” para a tarefa ingrata de ser profeta (1ª leitura).

Os critérios humanos se opõem ao modo de proceder de Deus. O ser humano envereda pelo sucesso e pela eficiência, Deus pelo dom da própria vida. O caminho de Jesus e de seus seguidores é convencer o mundo do amor de Deus.

Deus não deseja “sacrificar pessoas” (como é praxe em estratégias militares, políticas e, mesmo, empresariais e acadêmicas...). Apenas deseja que sejamos testemunhas de seu projeto. Mas os que não concordam com esse projeto matam os profetas e os enviados de Deus que querem ser fiéis à sua missão. Exemplos disso

não faltam em nosso mundo. Por isso, quando Pedro protesta contra a ideia da morte de Jesus, este o vê ao lado do grande “adversário”, Satanás: “Vai para trás de mim, Satanás, tu és uma pedra de tropeço para mim”. Pedro deve ir atrás de Jesus, em vez de desviá-lo para um caminho que não condiz com o projeto de Deus (Satanás significa sedutor). Pedro pensava num Messias de sucesso, Jesus pensa no Servo Sofredor de Deus, que liberta o mundo por sua dedicação e pelo dom de si próprio até a morte.

A lição que Pedro recebe ensina-nos a olhar para Cristo, para ver nele a lógica de Deus; ensina-nos a olhar para os pobres, vítimas da estratégia do Adversário... Pois a sede de poder e a ganância produzem os porões da miséria.

Devemos analisar o sistema de Deus e o sistema do Adversário hoje. O sistema de Deus proíbe ao ser humano dominar seu irmão, porque Deus é o único “dono”; os sistemas contrários são baseados na dominação do ser humano pelo ser humano. Quem quiser ser mensageiro do Reino de Deus experimentará na pele a incompatibilidade com os sistemas deste mundo (2ª leitura). O mensageiro de Deus, seguidor de Jesus, será rejeitado pela sociedade como “corpo alheio”. Tomando consciência disso, vamos rever nossa escala de valores e critérios de decisão. A mania do sucesso, o prazer de dominar, de aparecer, de mandar... já não valem. Vale agora o amor fiel, que assume a cruz, até o fim. ●

Conheça nossa
página na internet
vidapastoral.com.br



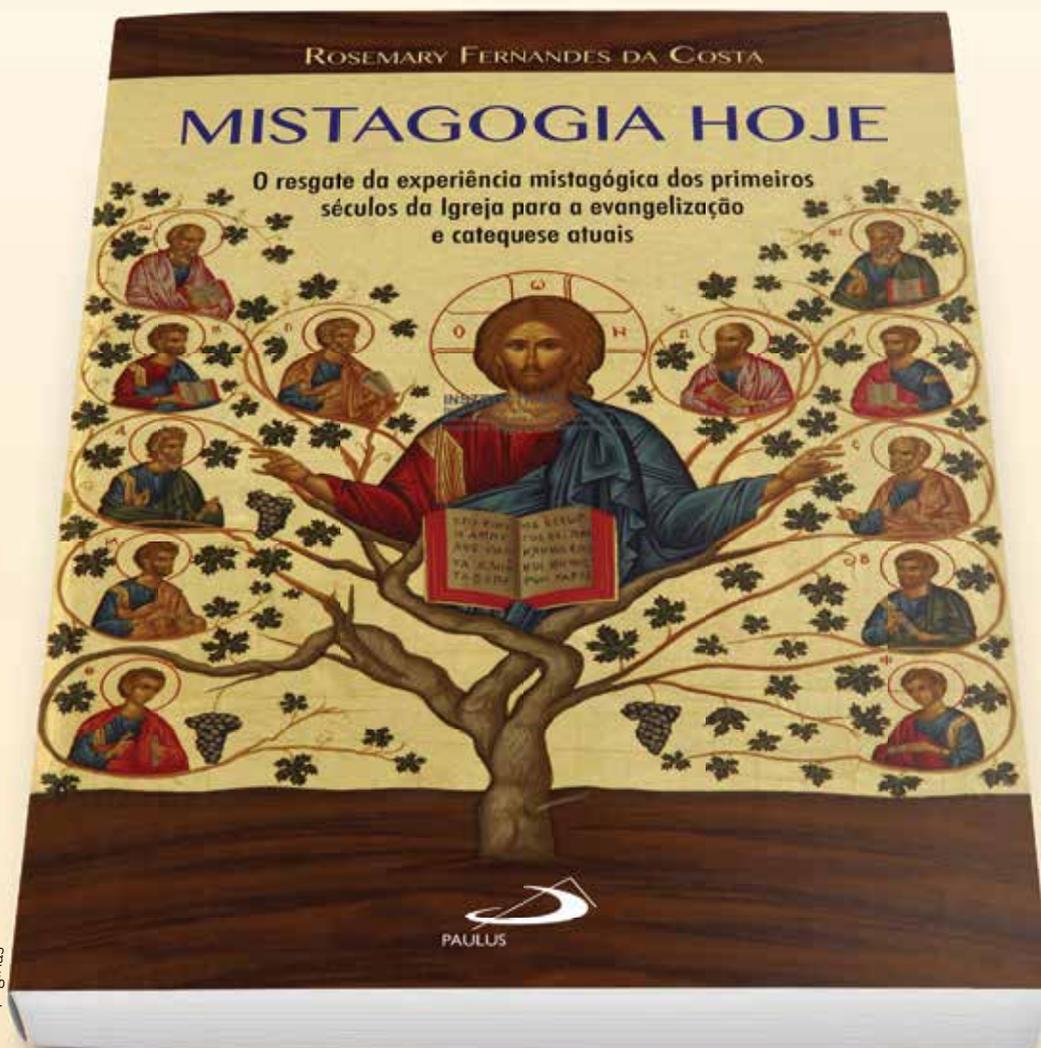
MISTAGOGIA COMO PEDAGOGIA DA FÉ

Mistagogia hoje

O resgate da experiência mistagógica dos primeiros séculos da Igreja para a evangelização e catequese atuais

Rosemary Fernandes da Costa

A experiência mistagógica é determinante no processo de evangelização, conhecimento e adesão à fé cristã. O objetivo é ajudar no processo de retomada dessa experiência como fonte e referencial para a atualidade.



240 páginas

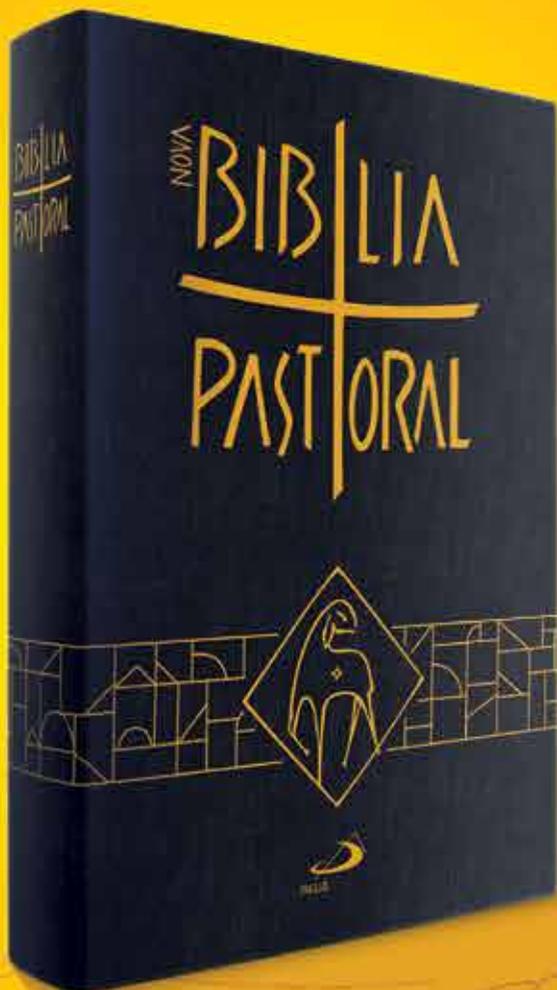
Criação PAULUS / A PAULUS se reserva o direito de alterar ou retirar o produto do catálogo sem prévio aviso. Imagens meramente ilustrativas.

VENDAS:
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br

 pauluseditora.official
 editorapaulus
 paulus.com.br

100
ANOS

PAULUS



Características

- Tradução das línguas originais
- Linguagem simples e corrente
- Introdução a cada livro, apresentando seu contexto e tema central
- Títulos e subtítulos descritivos ou interpretativos
- Notas que ajudam a compreender e atualizar o texto
- Mapas para situar a leitura
- Ilustrações para cada livro bíblico
- Disponível nas versões cristal, zíper e encadernada
- Formato: 13,7 cm x 21 cm / 1.544 páginas

«Sempre que procuramos voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho, despontam novas estradas, métodos criativos, outras formas de expressão, sinais mais eloquentes, palavras cheias de renovado significado para o mundo atual. Na realidade, toda a ação evangelizadora autêntica é sempre “nova”». (Papa Francisco, *Evangelii Gaudium* 11)

VENDAS:

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br

